

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 06/2018

2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima Sequeira e Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *José Miguel Romão Cunha*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito bom dia a todos. Espero que tenham passado um noite descansada, depois de um dia longo, como foi o de ontem.

Caros Senhores Deputados Municipais, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Público em geral, faço votos para que hoje, com dois temas extremamente interessantes, se consiga um debate esclarecedor.

Iniciamos a manhã com um assunto da maior importância, que são os problemas das nossas Freguesias. Naturalmente que vai ser frutífero, de certeza absoluta, quer para as Freguesias, quer para nós, para podermos fazer uma apreciação mais “fria” da realidade e dos problemas que eles sentem, para depois podermos, também, julgar de forma diferente.

Veremos como poderemos proceder a este debate alargado, o 2.º Secretário tem, para já, um plano mais ou menos estabelecido que vai expor e se estiverem de acordo, é aquele que iremos seguir para que, por um lado, se consiga pela manhã resolver este ponto, mas também para não existir um vazio, porventura, de debate. Vamos tentar ocupar o tempo devidamente com a intervenção de todos e com as explicações que a Senhora Presidente terá que dar.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Ferreira disse:** Muito bom dia Senhora Presidente de Câmara, Senhores Vereadores. Muito bom dia a todos os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Presidentes de Junta e Público aqui presente.

A Mesa formula uma proposta para esta Sessão Extraordinária e tendo em conta a nobreza dos temas em discussão, faz a seguinte proposta, por uma questão de gestão de tempo.

Como sabemos, apesar da Sessão da Assembleia Municipal ser Extraordinária, está naturalmente sujeita aos termos regimentais dos tempos de intervenção que diz que: “cada Deputado tem direito a 10 minutos de intervenção quando se trata de assuntos incluídos na Ordem do Dia”. Contudo, a Mesa entendendo a nobreza dos temas que estão em questão, resolveu guindá-los à qualidade daquilo que é discussão e o tempo extra consagrado para a discussão do Orçamento e do Relatório de Gestão em abril e em dezembro, respetivamente.

Nesse sentido, aquilo que propomos à Assembleia, porque também alguma regra teríamos que estabelecer, sob pena de entrar em roda livre em termos de tempo e ser difícil a gestão dos trabalhos para todos nós, aquilo que propomos à Assembleia é exatamente aquilo que consta, como eu disse, para a discussão de temas nobres de uma Sessão Municipal e qualificamos esse tema com essa qualidade de nobreza.

Nesse sentido, o que propomos é que cada Deputado Municipal pode intervir 10 minutos da 1.ª vez e 5 minutos de uma 2.ª vez ou optar, se for o seu desejo, por uma única intervenção de 15 minutos, devendo naturalmente manifestar à Mesa a opção que toma, por forma a podermos gerir o tempo e consagrar possibilidade a todos de intervirem nos temas agendados para esta Sessão.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito bom dia Senhor Presidente, Senhor 2.º Secretário, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e Público aqui presente.

Passo a iniciar a 2.ª Sessão Extraordinária de 13 de outubro de 2018, com as informações relativamente à mobilidade, rapidamente reiterando a nobreza dos temas, já aqui falada.

Relativamente a esta questão da mobilidade, a Senhora Deputada *Maria Eduarda de Freitas Ferreira Neiva Rosa* é substituída pelo Senhor Deputado *José Ferreira*. O Senhor Deputado *José Trovisco* é substituído pelo Senhor Deputado *Mário da Cunha Pereira*. O Senhor Deputado *Nuno Magalhães* é substituído pelo Senhor Deputado *Luís Pereira*. A Senhora Deputada *Otilia Lima* é substituída pela Senhora Deputada *Rute Gonçalves*. O Senhor Deputado Presidente da Junta de Vale Telhas, *Joaquim Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Deputado *Hélder Armando Ruivo Castelo*. O Senhor Deputado *Rui Melo* é substituído pela Senhora Deputada *Rute Medeiros*.

A Mesa recebeu ainda a informação, esta manhã, da ausência do Senhor Deputado *Ricardo Fidalgo* por motivo de doença.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar todas as faltas.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Relativamente a informações e tal como indiquei na Sessão de ontem, também não há Ata pelos mesmos motivos, ou seja, manifesta falta de tempo para a audição das respetivas gravações, pelo que, passo então ao período da Ordem do Dia...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Antes de dar início ao período da Ordem do Dia, tenho um pedido de intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*. Queira informar-nos do que pretende.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e Público em geral.

Congratulo-me com a menção que o Senhor Secretário fez em relação aos temas que vão ser hoje discutidos e à sua nobreza. Concordo plenamente com esse tempo a mais que foi dado pela Mesa, por isso, tenho que agradecer à respetiva Mesa esse tipo de atitude em relação à nobreza do ato. Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passamos ao período da Ordem do Dia.

1.1 Debate alargado sobre os problemas das Freguesias, distribuição de verbas, critérios e proporções entre verbas transferidas/necessidades reportadas.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Iniciamos o período da Ordem do Dia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Para além das inscrições e espero que surjam mais ao longo da manhã, eu sugeria o seguinte: dado que este ponto foi requerido sob a forma de uma Sessão Extraordinária pelo senhor Presidente da Junta de Alvites, Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, entendo que deveria ser ele a fazer a introdução e dizer de sua justiça os motivos, a razão e a importância que entende, ao ponto de realizarmos uma Sessão Extraordinária, estando certo que justifica exatamente isso.

Desafiaria o Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso* para iniciar este debate alargado. Pode ser? Então, agradeço.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, *Eurico Carrapatoso* (PSD) disse:** Bom dia a todos. Opto por utilizar os 15 minutos, se bem que não irei utilizar o tempo todo, pois planeei esta intervenção para 10 minutos. Agradeço por me ter sido permitido falar em primeiro lugar, porque casualmente hoje vou ser padrinho de uma menina e tenho que estar às 11:30h em Macedo, por isso, só estarei aqui à tarde para a continuação dos trabalhos.

Dito isto, então, começo.

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e respetiva Vereação, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Municípes e membros da Comunicação Social.

É com imenso prazer que me dirijo a todos na sequência da aceitação da proposta de realização de uma Reunião Extraordinária de Assembleia Municipal, para nesta Câmara ser dada voz aos Presidentes de Junta das Freguesias do Concelho de Mirandela, por forma a poderem expressar os anseios das pessoas que representam.

É certo que nada nos impede de o fazer em cada uma das Reuniões Ordinárias, mas acredito, e só por isso fiz a proposta, que há vantagens consideráveis em tal poder ser feito deste modo e neste momento.

Assim, não só fica registado em Ata aquilo que é dito e respondido, como isso é ouvido por quem de direito no local mais apropriado que é esta Casa da Democracia, além de se potenciar a sensibilização daqueles a quem compete apreciar e fiscalizar a atividade do Executivo Camarário para os problemas e necessidades dos Mirandelenses.

É, com efeito, um mecanismo com a potencialidade para perceber de forma mais clara e transparente quais os constrangimentos com que o Executivo tem que lidar para dar respostas às solicitações feitas, para, posteriormente, podermos ajuizar em consciência as opções tomadas e o caminho seguido.

O momento em que esta Reunião é feita também é apropriado por se estar na véspera de ser apresentado o Orçamento para o próximo ano e ter sido feita a promessa eleitoral de atribuir um envelope financeiro a cada uma das Juntas apto a proporcionar uma maior autonomia na gestão de recursos.

Não se estranha que, por um lado, haja a legítima expectativa dos meus colegas Presidentes de Junta de que essa promessa seja materializada e que, por outro, essa expectativa seja obscurecida pela inevitável e avisada apreensão de ser certo que muito do que se prometeu não ser realizável, restando “esperar para ver” o que acontece e “ver para crer” o que foi cumprido.

Feito este intróito dirijo-me agora à Senhora Presidente e aos Senhores Vereadores a propósito da Freguesia de Alvites, a qual tenho a honra e privilégio de representar.

Vossa Excelência, durante a campanha eleitoral e no período que a antecedeu, fez um admirável e extenuante trabalho de campo junto da população do Concelho de Mirandela, que lhe valeu o mérito de hoje aí estar sentada.

No que a Alvites diz respeito, após ter ouvido os anseios da população da Freguesia, a Senhora Presidente sufragou o programa eleitoral do candidato do seu partido que se comprometeu, com o seu aval, a fazer o que vou citar textualmente:

“Alvites: Reabilitar a Junta de Freguesia bem como a Escola Primária criando um espaço para o Centro de Dia e funcionamento de Associações; Terminar as obras na Casa Mortuária; Requalificar os principais largos da aldeia.

Assureira: Pavimentar as ruas em falta; Colmatar falha da rede de saneamento.

Lamas de Cavallo: Diligenciar a colocação de iluminação de rua em falta até à última casa; Pavimentar acesso à aldeia, bem como as ruas em falta; Pavimentar o acesso ao cemitério; Manutenção e limpeza do cemitério.

Vale de Lagoa: Pavimentar o caminho de acesso ao cemitério; Terminar a restauração da Igreja; Requalificar os principais largos da aldeia; Reabilitar a Escola Primária; Alargar e pavimentar a estrada entre Vale de Lagoa e Alvites.

Garantir em toda a Freguesia: Caminhos agrícolas limpos; Limpeza das ruas dentro das localidades; Manutenção e limpeza de todos os cemitérios, bem como colocação de água; Pavimentação das ruas em falta; Colocar abrigo nas paragens de autocarro; Promoção da saúde da nossa população (trazer profissionais de saúde)”. Fim de citação.

Para que se possa comparar, passo a citar o programa eleitoral com o qual me propus e comigo, a minha lista:

“Garantimos que:

A Junta de Freguesia vai ser reabilitada; Será possível pagar contas de água, eletricidade, telefone, impostos e outros serviços sem ter que sair da Freguesia; Será possível a inscrição no Portal das Finanças, da Segurança Social e no Gabinete de Apoio ao Município, para não ser necessária a deslocação a Mirandela; Será possível agendar a entrega de medicação na Freguesia; Vamos colaborar com a Associação de Caçadores de Alvites para aproveitar o potencial da caça para benefício da Freguesia; Vai ser estudado o melhor mecanismo para reabilitar a Residência Paroquial e a Capela do Santo Amaro em Alvites;

Vamos promover:

A divulgação do serviço disponibilizado pela Câmara Municipal de Unidade Móvel de Saúde para rastreio periódico de problemas de saúde; A divulgação do programa “envelhecer saudável” criado pela Câmara Municipal que consiste na deslocação gratuita a Mirandela para realização de atividades físicas (ginástica e natação); O agendamento de consultas com o médico de família no mesmo dia de vários utentes para beneficiar do transporte gratuito disponibilizado pela Câmara Municipal; A criação de uma associação cultural e recreativa para o desenvolvimento de diversas atividades, cuja sede será a Escola Primária de Alvites.

Tentaremos, com o apoio da Câmara Municipal e de todos nós, fregueses de Alvites, realizar as seguintes intervenções:

Pavimentar a estrada de Alvites e Vale de Lagoa; Terminar a casa mortuária; Calcetar a rua do cemitério de Vale de Lagoa; Terminar o calcetamento das ruas de Lamas de Cavallo; Calcetar a Rua da Açoreira”.

Comparando os dois programas eleitorais são óbvias as diferenças qualitativas e quantitativas. O da lista que encabecei é mais modesto. Com a escolha das palavras “tentaremos, com o apoio da Câmara Municipal e de todos nós” pretendi que houvesse a consciência de que fazer tudo é impossível e que mesmo o pouco que se vai fazendo é difícil. O seu candidato e Vossa Excelência “comprometeram-se” a fazer tudo. Como se, por magia, bastasse um levantamento das necessidades e a vontade de as satisfazer para que, ganhando o PS tudo possa acontecer.

Senhora Presidente, nenhuma dessas promessas acarretaria qualquer problema para Vossa Excelência não fosse o caso de ter ganho as eleições.

Agora que é Presidente da Câmara Municipal por ter, e bem, auscultado os anseios de muitos Mirandelenses propondo-lhes um outro caminho, tem nas suas mãos a responsabilidade de não frustrar a confiança e esperança depositada em si e na sua equipa.

Volvido um ano da sua governação e da minha, de pouco me posso queixar, a não ser de mim, porque pouco pedi, daí que a haver culpa de neste período quase nada de relevante ter sido feito na Freguesia é exclusivamente minha e assumo-a, atribuindo-a à novidade e inexperiência no desempenho do cargo.

Verdade seja dita que as relações consigo e com a sua equipa não podiam ser melhores, sempre pautadas pelo respeito e cordialidade inerentes à dignidade do cargo e funções que cada um desempenha.

Mas tenho que dizer que até hoje ainda não foram atendidos pedidos elementares que fiz logo no início do Mandato. Refiro-me à instalação de 3 postes elétricos em Lamas de Cavallo, à colocação de caixotes do lixo em cada um dos cemitérios e à instalação de duas paragens de autocarro, uma em Alvites e outra em Vale de Lagoa.

O argumento apresentado para justificar o atraso na satisfação desses pedidos foi o de ser necessário proceder à inventariação das necessidades de todas as Freguesias, para poder adquirir material de uma só vez por forma a poupar dinheiro nessas aquisições. Entendo e aceito a explicação mas parece-me que já ia sendo tempo de essa inventariação estar feita.

Quanto a perspectivas de futuro, não vou ser demagógico e reclamar de Vossa Excelência tudo quanto prometeu aos fregueses de Alvites.

Apenas, pretendo, a curto prazo, que a Freguesia de Alvites tenha um sítio a que possa chamar de sede com condições dignas. Esse sítio é a Escola Primária de Alvites, um edifício maravilhoso, tristemente degradado e abandonado.

Além disso, o que também é do seu conhecimento, a estrada entre Vale de Lagoa e Alvites e a estrada de Lamas de Cavallo estão num estado deplorável e requerem intervenção urgente. Finalmente, é uma vergonha que se mantenha em terra batida a única Rua da Açoreira, onde é quase impossível passar com um carro.

Senhora Presidente, custa-me a crer que haja Freguesias tão carentes de intervenção como a de Alvites e é por isso que deve haver uma discriminação positiva na definição de critérios de distribuição. Uma sede, uma estrada, uma rua, num ano é esse o repto que lhe faço.

Uma última palavra para si: foi graças às promessas que foi eleita. Tenho dito a colegas Presidentes de Junta, e não me desmentem, porque é verdade, que tenho a firme convicção que se Vossa Excelência fizer metade do prometido nas Freguesias não volta a perder as eleições. Mas o inverso também é verdade. Caso desiluda os Mirandelenses nunca mais as ganha.”

Aproveito o tempo que me resta para dizer que a sua Reunião promovida a propósito da Delegação e Transferências, se não teve o mérito de permitir chegar a alguma conclusão, teve o mérito de lançar a discussão e de alertar os Senhores Presidentes de Junta para esse processo, que se irá realizar daqui para a frente, que é negociar e como é que isso será tratado. aguardo com muita expectativa esse momento. Bom dia a todos.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Ferreira disse:** Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites.

Conferida a deferência pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ao promotor da iniciativa da discussão, sobre esta matéria das Juntas de Freguesia, a Mesa abre as inscrições para as intervenções subsequentes. Estão abertas as inscrições.

Não é fácil registar todas as inscrições, dado o número delas, iríamos solicitar à bancada do Partido Socialista que levantasse o braço quem deseja intervir. Muito obrigado. Solicitávamos, de novo, à bancada do PSD o favor de voltarem a levantar o braço.

Temos as inscrições dos Senhores Presidentes de Junta e Senhores Deputados *Paulo Pontes, António André Geraldo, Carlos Pires, Nelson Teixeira, Cláudia Afonso, Pedro Beato, Paulo Pinto, Rui Sá, António Figueiredo, Bernardino Pereira*, a que acresce a inscrição do Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Não falhou ninguém? Muito obrigado pela colaboração.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Passo, então, a chamar o Senhor Deputado *Paulo Pontes*, faça o favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD) disse:** Bom dia a todos. Antes de dar início à minha intervenção, apesar de já ser um pouco extemporâneo, queria fazer um pedido ao Senhor Presidente da Assembleia e um comentário.

O pedido é que nesta minha intervenção, e se for preciso vou ao limite comprometendo-me aqui a fazer só duas intervenções, pedia que fosse um pouco mais condescendente no tempo, que já o afirmou.

O comentário que faço é que lamento, mas lamento sinceramente que hoje, nesta Assembleia, esteja tão pouco público, apesar de haver público presente, mas que seja tão pouco público presente nesta Assembleia. Digo isto, porque irão ver hoje, o nível desta Assembleia protagonizada pelos Presidentes de Junta essencialmente, digo eu, e também a importância de estar aqui o público para levarem a informação do que é a realidade das Juntas de Freguesia.

Então, vou começar.

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal e restantes Membros do Executivo, Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Público e Comunicação Social. Cumprimento a todos, desejando-lhes um bom dia.

Dou início a esta intervenção começando por referir que hoje, nesta Assembleia Municipal de Mirandela, se está a fazer história.

Infelizmente, se acontecer o que eu prevejo, talvez, no final, nos seja apresentada uma triste história, mas se tal não se confirmar, aqui virei, novamente, assumir o erro e pedir as devidas desculpas. Fá-lo-ei com a maior satisfação, pois será sinal de que tudo terá corrido a contento de todos.

Levo vinte e tal anos de Autarca e não me lembro, que em momento algum, houvesse uma Assembleia dedicada, em exclusivo, aos problemas sentidos pelas Juntas de Freguesia, apesar de sabermos todos que esses foram e continuam a ser muitos e graves, quase sempre, sem uma boa solução.

Porque os meios, normalmente, são escassos? Talvez, mas sobretudo, porque tem havido uma enorme falta de vontade política. Deixo a crédito, o trazermos aqui os nossos problemas, pois foram e são merecedores de virem à Casa da Democracia e serem objeto, de uma séria e profunda reflexão, para que se possam encontrar as soluções possíveis, que visem a resolução, sempre em benefício das populações, que para aqui nos elegeram.

Permitam-me a imodéstia, mas sinto que esta Assembleia só acontece, porque a nível pessoal, tomei a iniciativa de fazer uma proposta, que relembro, foi aprovada, para que o tema fosse agendado e despoletada a sua discussão.

Reitero que a minha proposta inicial continua válida. Tinha e continua a ter o único objetivo de reivindicar, através do Orçamento Municipal, a implementação de alguma justiça e alguma equidade orçamental, entre os mirandelenses da cidade e os mirandelenses do meio rural.

Deixem-me que lhes diga, contudo, que então fiquei muito surpreendido quando, na vossa votação da citada proposta, todos, repito, todos os Presidentes de Junta, eleitos nas listas do Partido Socialista e presentes na sala, na altura, a votaram desfavoravelmente.

São opções e lógicas que por vezes têm razões que a própria razão desconhece. Mas nunca é tarde para arrepiar caminho e retificarmos posições, por isso, cabe-me dizer-lhes, “*sejam muito bem-vindos ao debate*”.

Lembro esta Assembleia de que fomos eleitos para defender os interesses da nossa população e não defender quaisquer outros. O que nos une deverá ser, sem dúvida, muito mais relevante do que o que nos separa.

Desconheço se a Comunicação Social local então, fez o devido eco da proposta que aqui apresentei e se vai ou não, continuar a noticiá-la. Se então a noticiou, cumpriu o seu papel de prestador de serviço público ao informar, se não o fez, prejudicou os cidadãos, coartando-os do acesso à informação. Os cidadãos têm o direito de ser informados de forma imparcial e clara, do papel que desempenham e a forma como o fazem, nesta Assembleia, os seus eleitos. Se estes cumprem ou não o dever de acautelar os seus interesses ou se aqui estão, exclusivamente, para dar cumprimento às orientações, vindas sabe-se lá de onde, mesmo que elas possam ir contra a sua própria consciência e interesse geral dos eleitores, quiçá da população.

Aos que me acusaram de, ao fim de tantos anos nesta Assembleia, nunca ter apresentado uma proposta desta natureza e de o fazer apenas agora, digo-lhes que, embora nunca tenha renegado a partido político que sustentou a minha candidatura, sou suficientemente independente para decidir as minhas posições e escolher o momento oportuno das mesmas. Quem me conhece sabe que ajo, exclusivamente, pela minha cabeça, não sigo orientações partidárias, nem me submeto a elas, não recebo e não aceitaria diretrizes do que devo ou não devo fazer, como o devo fazer ou de quando o devo fazer, sobretudo, quando estão em causa os interesses da população que me elegeu.

Dizer-vos também que na minha vida sempre procurei pautar-me por ser coerente, por isso, se para alguns, dúvidas houver, a propósito deste tema, convido-os a ler uma entrevista que, ainda no anterior mandato, dei ao *Jornal de Notícias de Mirandela*, onde poderão ler, exatamente, a mesma proposta, que há pouco tempo apresentei e submeti à votação desta Assembleia Municipal.

Na passada quarta-feira fui convocado, como o foram todos os Presidentes de Junta para uma Reunião, com o Executivo Municipal.

A Ordem de Trabalhos estava bem definida e era objetiva. Passo a citá-la: “*Discussão sobre o tema das Freguesias, distribuição de verbas, critérios e proporções entre verbas transferidas/necessidades reportadas*”.

Estive, do início ao fim, na referida Reunião, que durou cerca de duas horas e não vi, nem ouvi na mesma, discutir absolutamente nada do que constava na Ordem de Trabalhos.

De lá tirei, para mim, duas conclusões:

Primeira, a Câmara irá reunir individualmente com cada Presidente de Junta, para definir os critérios e prioridades de cada um, para *a posteriori* atribuir as verbas. Afinal, foi exatamente isto que sempre aconteceu, com todos os Executivos. No final, é sempre a Câmara que decide os critérios, as prioridades e as verbas a atribuir.

A segunda conclusão a que cheguei foi a de que, ao fim de todos estes anos, enquanto Autarca, tive conhecimento, por uma assessora da Senhora Presidente, que as limpezas das ruas, no meio rural, são da total responsabilidade da Câmara Municipal, ou seja, andamos desde há muitos anos a esta parte e parece que iremos continuar, a substituir a Câmara Municipal a cem por cento nesta rubrica, realizando nós, pelos vistos, um serviço que é da sua exclusiva responsabilidade.

Depois de suportarmos todas estas despesas, quando necessitamos e pedimos um qualquer apoio, nem sequer temos resposta ou para a ter-mos, teremos que o solicitar vezes sem conta, acabando, a maior parte delas, por nem sequer sermos atendidos.

Se algum outro Presidente de Junta tirou, desta Reunião, outras conclusões divergentes das que enumerei, tem agora a oportunidade de as vir apresentar, para meu conhecimento e desta Assembleia

Diversas vezes ouvi elementos deste Executivo Municipal e, também, de outros anteriores, com muitas lamentações e até aparentarem estar contrafeitos, justificando a não atribuição de verbas às Juntas, por serem, quase, obrigados a patrocinar obras de restauro ou requalificação em imóveis de cariz religioso, nas aldeias. Não querendo ser muito pessimista, julgo ter quase a certeza de que ao longo destes quarenta e tal anos de democracia, somando as verbas gastas em todas as edificações religiosas do meio rural, a Câmara não terá gasto uma verba igual à que está a gastar, presentemente, no Santuário de Nossa Senhora do Amparo. Se a esta somarmos a que já gastou na Igreja Matriz, na Igreja dos Salesianos, na Igreja da Santa Casa e na Igreja de S. Bento, então constatem a que distância destes valores ficará o total gasto em todas as nossas aldeias.

Reafirmo o que já disse anteriormente, isto não quer dizer que eu seja contra os valores gastos na cidade, não, de modo algum. Apenas alerta, mais uma vez, para a enorme falta de equidade nos gastos e para a ostracização que vimos sentindo, a cada dia que passa.

Os Presidentes de Junta, em todos os mandatos, o que mais reivindicam é o arranjo dos caminhos públicos, porque fazem muita falta a quem se desloca para os seus terrenos. Uns vão-no conseguindo, outros vão sendo indefinidamente adiados, alegadamente, por falta de verbas ou de meios. Reparem que nem sequer reivindicamos calcetamentos ou asfaltamento dos mesmos.

Deparamo-nos, contudo, com situações escandalosas noutros locais, para onde não faltam e até se esbanjam meios, como até para ciclovias que, depois de instaladas, pelos vistos, já ninguém quer.

Mirandela é conhecida como “Cidade Jardim” e ainda bem que assim é, pois também nós sentimos orgulho em tal, mas infelizmente, não podemos deixar de o referir, é feito à custa do meio rural, das verbas que deveriam ser-lhes atribuídas e que acabam por não serem. Que fique claro que nada nos move contra o que se faz na cidade, pois também isso é para nós muito relevante, porque somos adeptos de que a cidade deve ser atrativa e agradável a quem a visita, mas, acreditem, sou um acérrimo defensor da aplicação de alguma equidade, que nunca existiu e continua a não existir, entre a cidade e o meio rural, salvaguardando, evidentemente, as devidas distâncias.

Senhora Presidente da Câmara Municipal, não acredito que nesta altura a Senhora e o seu Executivo não tenham já formada uma ideia dos valores que vai comportar o Orçamento desta Câmara Municipal, para o ano de 2019, pois se tal não fosse verdade era sinal de que não estavam a trabalhar bem, e não acredito. Deixe-me que lhe diga que eu, nunca fiz nem nunca participei na sua elaboração, sei que o mesmo rondará entre os vinte e os vinte e três milhões, mais milhão menos milhão. Nesta base, não acredito que não tenha, também nesta altura, uma ideia formada dos valores que irá cabimentar para as Juntas de Freguesia.

Assim, nesta Assembleia apenas lhe solicito que nos apresente o valor que pensa distribuir pelas Juntas de Freguesia e que em função do mesmo sejam aqui definidos, democraticamente, critérios objetivos, se possível até por unanimidade, que irão determinar o cálculo da distribuição das verbas às Freguesias.

Apesar de eu ter discordado, ficou decidido reunir, individualmente, com as trinta Juntas de Freguesia. Pergunto, ainda, como e quando vai reunir, com todos, a tempo de elaborar o Orçamento? Pergunto-lhe, ainda, se vai apresentar, em Orçamento, a verba total a atribuir às Juntas de Freguesia ou se vai apresentar em Orçamento, as verbas a atribuir, individualmente, a cada uma das Freguesias?

Quanto à definição de critérios tenho a certeza que qualquer Membro desta Assembleia é capaz de definir alguns de forma imparcial e o mais equitativa possível. Além dos que já tinha referido na minha anterior proposta que considero os mais válidos, enumero-lhe, já agora, mais alguns, entre muitos outros, que poderão surgir e serem tidos em conta, atribuindo-lhes a respetiva percentagem valorativa:

- Área total da Freguesia;
- Extensão/área de todos os caminhos rurais;
- Número/extensão/área de todas as ruas existentes na Freguesia;
- Número de eleitores da Freguesia;
- Número de fogos da Freguesia;
- Distância da Freguesia à Sede de Concelho;
- Situação geográfica, tendo em conta a orografia do terreno;
- Acessibilidades;
- Área urbana com falta de calcetamentos;
- Etc., Etc.

Termino, apelando a todos os Presidentes de Junta, independentemente da sua orientação política para que façam aqui, rapidamente, um simples exercício mental: a nossa força apenas é relevante na altura da votação e aprovação do Orçamento, por isso decidamos, em consciência, mas assumamos a responsabilidade do ato, sobretudo perante os nossos concidadãos. Ficamos cientes de que nada nos poderá acontecer nem ninguém nos poderá responsabilizar, se o mesmo não for aprovado. Quem nada recebe, nada pode fazer e não lhe poderão ser inculcadas culpas por esta ou aquela má decisão.

Continuaremos a fazer o que sempre fizemos e o que nos for possível, de acordo com as disponibilidades e prioridades de cada um, ou seja, como sempre, quase nada.

No limite o que acontecerá ao Executivo Municipal?

Na minha opinião, acontecerá uma de duas coisas: o Orçamento é reprovado e o Executivo terá que refazê-lo e submetê-lo a nova votação e aprovação, o que ninguém deseja, ou então terá que ser aprovado por todas as forças políticas, CDU, que nunca aprovou um Orçamento, CDS, PSD e PS, ficando, no entanto, a Câmara Municipal refém de qualquer tomada de posição que pretenda tomar, o que convenhamos também não é agradável nem desejável para a democracia e sobretudo para o concelho e suas gentes.

Disse.”

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Na discussão deste ponto vamos ter que alterar um pouco a ordem, que tem sido hábito, na alternância das bancadas e naturalmente, dar a primazia aos Senhores Presidentes de Junta, nesse sentido. Pelo que, passo a chamar o Senhor Deputado *Carlos Pires*, faça o favor.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho, Carlos Pires (PSD) disse:** Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caros Colegas Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social.

Não trouxe nenhum discurso, apenas algumas notas soltas. Para já, a minha surpresa pelo facto de, se não me engano, só os Presidentes de Junta do PSD é que vão intervir. Penso eu, penso que só os Presidentes de Junta do PSD vão intervir, não é? Fiquei surpreendido com os meus colegas Presidentes de Junta das outras bancadas.

Aquilo que trago aqui é um assunto que, geralmente, muito pouco se fala. Refiro-me a falar de dinheiro, parece-me que há um certo tabu ou complexos em falar de dinheiro.

Relativamente à Junta de Freguesia de São Pedro Velho, muitas vezes as pessoas ouvem falar, mas não sabem concretamente aquilo que recebe, recebe cerca de 28 mil euros por ano - 2.300,00€ por mês. Alguns, se calhar acham muito, mas esmiuçando, não sei se sabem, um Presidente de Junta ganha cerca de 200,00€ por mês, é o parente pobre da Democracia Portuguesa, é uma vergonha. Somando o que ganham os três elementos da Junta, mais cerca de quatro contadores da água, da luz, telefone, internet, temos uma despesa fixa de cerca de 1.000,00€ por mês. Ou seja, restam-nos cerca de 1.000,00€ para gastarmos mensalmente, o que não dá para nada. Cerca de 1.000,00€ para tapar buracos, cortar silvas e ainda eu não coloco as despesas sempre que tenho que vir a Mirandela. Com cerca de 1.000,00€ por mês, não dá para nada. Uma máquina por um dia gasta cerca de 400,00€, isto tudo, para vocês terem a noção do que é a nossa realidade.

Relativamente à Junta de Freguesia em relação à Câmara Municipal, a relação não é boa nem é má. Tem sido muito pouca, isto porquê, voltando atrás, em dezembro de 2017, tivemos o cuidado de apresentar um plano daquilo que pretendíamos fazer até 2021. Penso que não pedimos nada de extraordinário, a Senhora Presidente disse que sim que atenderia os nossos pedidos, que não foram exagerados, penso eu.

A nossa grande prioridade é a estrada, a ligação entre São Pedro Velho e Vilar de Ouro que está em muito mau estado. É uma estrada muito frequentada, quem passa da Torre para Rebordelo ou Vinhais, passa sempre por aquela estrada, inclusive já

rebentei lá um pneu do meu carro, mas não fiz muita publicidade disso, senão ainda gozavam comigo lá em São Pedro Velho. Está sempre “esburacada”, temos que andar sempre a tapar buracos.

Basicamente, para dizer que o *feedback* tem sido pouco. Nós apresentamos o plano daquilo que pretendíamos, a intervenção na estrada, um calcetamento junto à Igreja com cerca de mil metros quadrados, que é uma prioridade, pois é a imagem da aldeia. Hoje temos lá dois funerais e as pessoas chegam lá para estacionar e o piso está em terra batida. É esta a nossa realidade, portanto, estas são as nossas principais reivindicações e o que pretendemos, que é a intervenção nessa estrada e o calcetamento junto à Igreja, além de outras coisas mais pequenas.

Quero também deixar uma nota em relação aos transportes públicos, não sei se sabem, São Pedro Velho é a Freguesia mais distante do Concelho de Mirandela, estamos a cerca de 35 km. Não temos transporte público para a cidade, sendo que fiquei muito desagradado quando no verão, a Senhora Presidente publicitou que ia disponibilizar uma carrinha para as Freguesias que tinham mais dificuldade e São Pedro Velho não foi contemplado, sendo esta a Freguesia mais distante, sem transporte público.

Faço também referência para os horários dos alunos de São Pedro Velho, dista a 7 km da Torre, da escola, das aldeias mais próximas, sendo os que se levantam mais cedo. Já não? Então só se foi hoje, porque falei ontem com um aluno que me disse que saía às 7:10h de São Pedro Velho, mas está resolvido, muito bem, ótimo.

Acima de tudo, é isso, gostaria que existisse mais *feedback* em relação à Câmara Municipal, ainda agora fizemos um calcetamento numa anexa, na Ervideira, por nossa conta. Estamos à espera da transferência do dia 15, para pagar ao Calceteiro, porque não temos dinheiro para nada. É uma vergonha, mas é a realidade que nós temos. Sei das dificuldades que a Câmara passa, mas gostaria que tivessem isso em conta.

Em relação a esta Assembleia, sou mais da opinião que estas conversas devem ser realizadas no gabinete com a Senhora Presidente e os Vereadores, já tivemos essa conversa, portanto, saúdo também o Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso* por esta iniciativa, pois é mais uma oportunidade que nós temos de reivindicar os nossos direitos. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Carlos Pires*, passo a palavra ao Senhor Deputado *Nelson Teixeira*.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, *Nelson Teixeira* (PSD) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Público aqui presente, bom dia.

É com enorme satisfação que vejo este Executivo com intenção de discutir e assinar Contratos de Delegações de Competências, que possam vir a ser acordadas e que a Lei permite. Serão, com toda a certeza, uma mais-valia para a atuação Autárquica conjunta em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e a corresponsabilidade, que se torna vital, que os diferentes Órgãos Autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis, no sentido de melhorar e responder aos problemas existentes.

Na minha opinião, peca simplesmente por ser tardio, uma vez que, deveria o Município após 180 dias da sua instalação, ter assinado com todas as Juntas de Freguesia um Acordo de Execução, que previsse os Recursos Humanos, patrimoniais e financeiros, necessários e suficientes ao exercício de todas as competências do Município.

Senhora Presidente, por conhecer os problemas e as dificuldades que a Junta de Freguesia tinha e continua a ter, considerando o princípio da descentralização constitucionalmente consagrado, eu propus que fosse discutido um Acordo de Delegação de Competências como prevê a alínea l, do n.º 1 do artigo n.º 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através no nosso Ofício n.º 5 de 2018, dia 28 de fevereiro de 2018, repito, dia 28 de fevereiro de 2018, ao qual não obtive qualquer resposta.

Também não obtive qualquer deliberação favorável aos vários pedidos de apoios financeiros através do seu Gabinete de Apoio às Freguesias, problemas esses que, na sua maioria, são da competência do Município ou no limite da responsabilidade de ambos.

Senhora Presidente, ainda há bem pouco tempo, numa Reunião de Presidentes de Junta, acusou o Presidente de Junta de não querer discutir e de achar que a Reunião não servia de nada. Pelos vistos, não fui o único ou, provavelmente, todos os Presidentes de Junta saíram de lá com essa ótica.

Disse-me que somos eleitos para fazer cumprir as nossas competências e as competências do Órgão que representamos. Pois bem, não sou eu que não quis ou não quero discutir os problemas com os quais todos os dias me debato. Para os debatermos, temos que realmente querer assumir a nossa responsabilidade e eu assim o quis, desde que fui eleito.

Senhora Presidente, ambos temos a responsabilidade de assegurar, em todos os domínios, os interesses próprios da população, mas mesmo assim e agora, estou convicto que vamos assinar um Contrato e o respetivo Acordo de Execução que visa aumentar a eficácia das respostas aos problemas e necessidades que devem ser ultrapassadas, todos os dias, no território da Freguesia de Carvalhais.

Senhora Presidente, a Freguesia de Carvalhais tem cerca de 25 km de vias e espaços públicos dentro do aglomerado urbano. Tem mais de uma dezena, de mobiliário urbano instalado em espaço público, nomeadamente, bancos, papeleiras, jardins. Repare que só nestas duas competências, a Junta de Freguesia gasta a maior parte do seu Fundo de Financiamento, competências estas, que considero que sejam da responsabilidade de ambos e não só do Município. Ainda no dia 3/10/2018, enviei através do seu Gabinete de Apoio às Freguesias, mas com o seu conhecimento, um balanço de despesas que retrata isso mesmo.

Após todos conhecermos a distribuição de verbas e os critérios da distribuição das mesmas, estou certo que dentro de dias, poderemos, então, discutir a elaboração desses contratos.

Antes de terminar, deixava apenas uma questão à Senhora Presidente, porque é importante para mim saber a sua resposta para a elaboração desse mesmo contrato, mas também é do interesse da população da Freguesia de Carvalhais.

Questão: Tem intenção de cumprir, no seu Mandato, todos os compromissos assumidos na Freguesia, em campanha eleitoral em conjunto com o seu candidato, claramente, espelhados em *flyers* e em discursos de campanha? Deixe-me dizer, que naturalmente, eu sei quais foram e que concordo completamente com eles. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Nelson Teixeira*, passo a palavra à Senhora Deputada *Cláudia Afonso*, faça o favor.

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Múrias, Cláudia Afonso (PSD) disse:** “Bom dia a todos os presentes, em particular à mesa de Assembleia e à Senhora Presidente da Câmara de Mirandela, bem como restante Executivo.

O meu nome é Cláudia Afonso, Presidente de Junta de Freguesia de Múrias, estou aqui hoje a fazer esta intervenção a fim de saber qual a intenção da senhora Presidente da Câmara e o seu Executivo em relação a esta Freguesia.

Pois é uma Freguesia que carece de muitos bens e serviços de primeira necessidade! Para poder dar uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes, que mesmo assim teimam em ali ficar.

Senhora Presidente, a Freguesia de Múrias é uma Freguesia com poucos eleitores, mas os poucos que são, pagam os seus deveres e por isso têm os seus direitos. Há direitos que não se podem negar, como por exemplo, a falta de saneamento básico e falta de água canalizada.

A Freguesia de Múrias tem quatro Anexas e três delas não têm saneamento básico. Regodeiro, Couços, Gandariças e a própria aldeia de Múrias não tem ETAR.

Estamos com escassez de água na aldeia dos Couços, uma aldeia que quer se vá lá de Verão ou de Inverno não falta água por ali a correr, mas os bombeiros voluntários começam a abastecer esta aldeia por Maio e só terminam em Outubro.

Eu pergunto, Senhora Presidente, o que será mais fácil fazer? Fazer uma boa exploração de água ou pagar um valor exorbitante aos Bombeiros pelo abastecimento da mesma?

Senhora Presidente, a aldeia de Gandariças ainda hoje não têm água canalizada! É verdade que é uma aldeia pequena e com poucos eleitores, mas são poucos porque nunca ninguém fez nada para criar condições para poderem ser mais! Esta aldeia não tem rede de saneamento básico, esta aldeia não tem estrada alcatroada.

Eu pergunto o porquê de em campanha eleitoral irem visitar esta aldeia? Será porque os poucos podem fazer falta?

Senhora Presidente, como é do conhecimento da maior parte dos presentes, os acessos à minha Freguesia estão num estado lastimável, começando na estrada do cruzamentos de Múrias até ao Regodeiro, é de lamentar o estado em que se encontra aquela estrada, bem como a estrada de acesso a Vale de Prados.

No dia 25 de Novembro de 2017, pedi à Câmara Municipal um transporte quinzenal, na minha Freguesia a fim de dar resposta às dificuldades de mobilidade da minha população, tendo em conta que é uma população envelhecida e até hoje ainda não obtive qualquer tipo de resposta.

Senhora Presidente, a Freguesia de Múrias têm ruas por calcetar, fontanários destruídos, escolas abandonadas, etc., etc.

Mas há necessidades que não podemos deixar passar e espero sinceramente que parte destes pontos deixem de existir e que consigamos mais pelas nossas aldeias, porque Mirandela sem elas não sobrevive!

Bem-haja e muito obrigada.”

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Deputada *Cláudia Afonso*, passo a palavra ao Senhor Deputado *Bernardino Pereira*.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu, Bernardino Pereira (PSD) disse:** Bom dia a todos.

Eu não queria pedir muito à Senhora Presidente, só queria pedir uma rua que dá acesso ao Romeu, pois neste momento, só temos uma entrada para o Romeu. Se há um incêndio ali que não podemos passar, morremos ali todos queimados. Temos uma rua em que se vai passando, mas está em terra batida.

Agradecia que colocassem no Orçamento essa rua. Não vou pedir mais, porque se pedir muito, depois não levo nada. Vamos lá ver se a pedir pouco, ainda levo alguma coisa. Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Bernardino Pereira*, passo a chamar o último Presidente de Junta inscrito, o Senhor Deputado *António André Geraldo*.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, António André Geraldo (PSD) disse:** Muito bom dia a todos, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, todo o Executivo, colegas de bancada, Presidentes de Junta das outras bancadas, Público em geral e Comunicação Social.

Dizem que os últimos são os primeiros, vou “atirar o barro à parede”, como fez o meu amigo *Bernardino Pereira*, para ver se levo alguma coisa ao pedir pouco.

Acho que me está a fazer bem, estar na oposição, porque estive aqui nove anos como observador e nunca intervim, comecei ontem, pela primeira vez e parece que fiquei a gostar. Agora vão ter que me “aturar” por algum tempo, não sei quanto, pois a vida dá muitas voltas.

Também não faço textos, trago alguns tópicos para não me perder nos assuntos que acho pertinentes trazer aqui, sendo que vou começar por uma situação que é a seguinte:

Ainda com o anterior Executivo, precisamente no dia 18 de janeiro de 2015, que foi um domingo e não estava um dia muito convidativo, porque era inverno e estava a chover, mas não nos impediu de andar na rua. Na altura, o anterior Executivo andava a fazer uma visita pelas Freguesias do Concelho, não sei se os meus colegas se lembram, sendo que a minha calhou no dia 18 de janeiro.

Recebi o Executivo, tenho conhecimento que todo o Executivo Camarário, inclusive os Vereadores da Oposição estavam convocados para essa visita, sendo pertinente, que o único para além do Executivo em funções que acompanhou a comitiva foi, na altura, o Senhor Vereador do CDS, Dr. *Carlos Freitas*. Da oposição da minha Assembleia de Freguesia estiveram “zero” pessoas presentes, sendo pessoas que sempre apregoaram muito dizendo-se preocupadas com as situações da aldeia, o que é certo, é que nenhuma apareceu quando deviam estar presentes, acho eu.

Elaborei dois documentos distintos, um com as necessidades de Freixeda e outro com as necessidades de Vila Verde. Algumas já os consegui concretizar/resolver e outras estão por resolver ou encaminhadas, apesar de ainda haver muito por fazer. Isto para dizer que, não trago aqui nenhum texto com promessas eleitorais do que a Senhora Presidente e o Senhor Candidato prometeram. Eu não ando porta-a-porta, como quem me conhece sabe perfeitamente, “não ando a vender água sem caneco”, como se costuma dizer.

Eu, dia 13 de julho, não sendo a primeira Reunião que tive com a Senhora Presidente, dei-me ao trabalho e levei esses documentos que tinha feito em 2015, assinalando o que estava feito e o que estava por fazer. Tinha existido, recentemente, uns problemas, o concelho sofreu umas quedas de água devido às trovoadas, arrasando os caminhos, não só na minha Freguesia, mas a nível do concelho.

Dia 10 de julho, fiz um ofício, sendo o quarto que enviei para a Câmara, foi rececionado pelos Serviços Camarários dia 12 de julho, pedindo um mero subsídio para me ajudarem na reparação e limpeza de caminhos rurais. Até à data não obtive nenhuma resposta ao pedido de um subsídio de 3.500,00€. Numa conversa de “corredor” com o Senhor Vereador *José Cunha*, disse-me que ia ver se conseguia fazer um maneió, ao que respondi que aquilo que viesse seria bem-vindo. O certo, é que até à data, zero! Estamos quase no período da azeitona, os caminhos estão por regularizar e não sei como vou “descalçar a bota”, como se costuma dizer.

Estrada Municipal 578, as bermas Senhora Presidente, fizeram uma intervenção no início de fevereiro. Já limpei as nossas ruas das aldeias quatro vezes, até ao dia de hoje. Limpei na semana passada, intervenção que não me competia, a estrada que atravessa a aldeia toda de Freixeda e um pouco em frente ao cruzamento de Vila Verde. Posso-lhe mandar para a Câmara a fatura do serviço prestado?

Se há Delegações de Competências, não é só obrigar os Presidentes a assinar documentos para os cumprimentos, também é preciso serem cumpridos por parte do Executivo.

A estrada é estreita, já lá houve acidentes com carros pesados que não se conseguem desviar mais, partindo espelhos, para-choques, entre outras coisas.

Vou saudar o meu colega e amigo *Carlos Pires*, Presidente da Freguesia de São Pedro Velho, que trouxe aqui um assunto bastante pertinente. Isto para concluirmos, com o que já foi dito nesta Assembleia, que existe aqui tratamentos diferentes entre as Freguesias e isso notou-se perfeitamente. Vocês viram algum colega do PS precisar de vir aqui pedir alguma coisa? “Quem cala, consente”, então é porque estão bem. Não há que “atirar areia aos olhos” a ninguém, cada um está a ter o tratamento que a Senhora Presidente entende.

Que digam aqui que somos todos tratados da mesma maneira, isso é falso.

Fresado, Senhora Presidente, o fresado ainda vai dar muito que falar. Particulares com cargas de fresado às suas portas para os seus quintais. A mim ofereceram-me quatro cargas, duas para Vila Verde e duas para Freixeda, gastei logo uma, numa rua para evitar entrar poeira para casa de uma senhora.

Sabe qual foi a resposta da Senhora *Sónia Mota*, quando lhe pedi além das quatro cargas, se poderiam arranjar mais algumas cargas de fresado, pois tenho bem onde os aplicar? Respondeu: “não podemos, porque a Freguesia de Mirandela ainda não carregou e pode não chegar”. Tratamentos iguais para as Freguesias? Cuidado!

Quanto à Reunião de quarta-feira, Senhora Presidente, eu não fiquei clarificado em nada, como já frisou aqui e bem o Senhor Deputado *Paulo Pontes*. O Orçamento está “aí à porta”, manifesto já aqui a minha intenção de voto, que se não houver uma clarificação daquilo que realmente vai ser contemplado no seu Orçamento para o próximo ano, para a minha Freguesia, só tenho duas opções: abster-me ou votar contra. Tenho dito, muito bom dia a todos.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *António André Geraldo*, fazendo aqui uma interrupção na chamada, temos que dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta, Senhor Deputado *Vítor Correia*.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Poderíamos guardar para o fim, mas se pretende já dar resposta, com certeza.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, *Vítor Correia* (PS) disse:** Bom dia a todos. Começo por cumprimentar a Mesa, o Presidente na pessoa do Senhor *Luís Guimarães*, cumprimentar o Executivo, a pessoa da Senhora Presidente, Senhores Secretários e Senhores Vereadores, Público em geral, caros colegas e Comunicação Social.

Apenas vou intervir agora, porque foi nomeada aqui a questão da Freguesia de Mirandela.

Na quarta-feira, tivemos um Reunião com os Senhores Presidentes de Junta, a qual saúdo essa Reunião. Nessa Reunião, devo dizer que, houve debate, houve esclarecimento acerca da Lei n.º 50/2018, e que muito vai poupar do que se está aqui a passar, quanto à sua aplicabilidade e quanto ao seu início, havendo consenso. Todos os Senhores Presidentes de Junta concordaram que iam ser visitados, pessoalmente, para verem o seu caso vertido no próximo Orçamento.

Não percebo, porque veio aqui o colega, Senhor Deputado *Paulo Pontes*, dizer algumas coisas que não deveria ter dito, dizendo que não houve consenso nenhum. Houve consenso, houve conclusões e ainda bem que as houve. Agora, de facto, não podia ser numa Reunião daquelas que iria ser decidido, como hoje não faz sentido nenhum sair-mos daqui com os temas tratados, conforme estão aqui os trabalhos, portanto, houve consenso e agradeço isso.

Agradeço também à *Sónia Mota*, a forma como lidera o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, pois faz o que pode. O que se pretendia era que nós, neste espaço de tempo, neste ano que passou, tivesse sido tudo feito, não era possível ter sido tudo feito. Está-se a fazer alguma coisa, pedia-lhe, mas também não posso deixar de lhe dar alguma crítica, pedia-lhe que quando fossem colocadas as questões, que no mínimo tivéssemos uma *feedback*, o que às vezes não temos, às vezes temos que provocar esse *feedback*. Fica aqui uma pequena nota crítica, mas construtiva nesse aspeto. Portanto, dar-lhe os parabéns por esse facto.

Falou-se aqui também, ainda, e falou muito bem o Senhor Deputado *Carlos Pires*, que os assuntos devem ser tratados com o Executivo. É isso que fazemos, por isso, virmos para aqui agora, cada um de nós, falar em coisas particulares, não saíramos daqui. São 30 Presidentes de Junta e terem aqui 10 minutos de intervenção, seria um pouco surreal.

Falou-se aqui da questão da ciclovia, estou a falar deste tema, porque pertence à Freguesia de Mirandela na qual estou envolvido, naturalmente, em defesa daquilo que são os interesses de todos, quando digo todos, falo do público em geral, habitantes, comerciantes, Junta de Freguesia e Câmara Municipal. Está a ser feito um trabalho, foi feita uma Reunião esta semana com a Proteção Civil, a PSP e os Técnicos da Câmara, ou seja, com todas as entidades que têm competência para resolver o problema, para ver se conseguimos encontrar uma solução intermédia, sem deixar de ter a ciclovia.

Senhor Deputado *Paulo Pontes*, as pessoas querem a ciclovia, mas também querem viver no seu dia-a-dia. Eu tenho a certeza que seja possível encontrar aqui uma solução intermédia, isto é, poder haver ciclovia e poder haver também a possibilidade das pessoas pararem e não como está agora, em que não é permitido as pessoas parar ou estacionar.

Ainda bem que há ciclovia, parabéns, aliás, a ciclovia foi uma forma encontrada pelo anterior Executivo de tratar daquela avenida, e bem, porque estava muito carenciada. Não tenho nada contra isso, aliás, aplaudo isso, mas também aplaudo aqui a possibilidade de poder existir uma situação de utilização intermédia. Provavelmente, poderia ser utilizada aos fins-de-semana, onde há mais ciclistas do que durante a semana. A Junta de Freguesia vai fazer esse trabalho e apresentá-lo à Câmara, vai fazer uma análise, colocando ali umas pessoas durante a semana para ver quantos ciclistas passam e a que horas passam, o que poderemos chegar a algumas conclusões complicadas, no sentido de dizer que, se calhar, há momentos em que na ciclovia não passa lá rigorosamente ninguém.

É possível ter uma situação intermédia, portanto, quanto a isso, Senhor Deputado *Paulo Pontes*, um pouco de atenção quando se fala e se refere a assuntos das outras Freguesias. Já agora, também referiu que se gastou algum dinheiro nas Igrejas da Freguesia de Mirandela. Devo dizer que a Freguesia de Mirandela tem uma anexa que não tem saneamento básico, sabia?

Tenho que recordar aqui umas afirmações do Senhor *Cordeiro*, há uns tempos, que um amigo de Braga visitava Mirandela e dizia que Mirandela estava muito suja e que tinha vergonha de vir a Mirandela. Eu tenho amigos de todo o lado que vêm cá, vão à Bronceda, à “Taberna do Largo”, peço desculpa pela publicidade, que é um sítio excelente e reconhecido por todos, chegam lá e tem um cheiro nauseabundo, não conseguindo estar lá. Isto não é só de agora, acontece há muito tempo, por causa da falta de saneamento.

Lançava aqui o repto, já agora, à Presidente da Câmara, porque agora parece que se os Presidentes de Junta do PS não intervierem, parece que não fazem nada. Não é verdade. Fica aqui o repto para que no próximo Orçamento tenham atenção e para que possa ser tratado o assunto do saneamento da Bronceda.

O facto de estarmos aqui, agora vou falar por mim e pelos colegas do PS, se entenderem que devem falar, devem-no fazer, eu tomei agora a palavra, porque foi mencionada a Junta de Freguesia de Mirandela.

A Junta de Freguesia de Mirandela está ativa, está no trabalho e está com as pessoas que entendemos ser adequadas para tratar dos assuntos. Não temos que vir para aqui e dizer que fizemos “isto” e que precisamos “disto ou aquilo”. Nós sabemos e reunimos, concordo mais uma vez com o Senhor Deputado *Carlos Pires*, com o Executivo para tratar destes assuntos.

Dá-me ideia que há aqui uma vontade de atacar alguém, eu não estou aqui para atacar ninguém, estou aqui de boa-fé, voluntariado para o efeito e estou aqui para fazer sempre o melhor que sei e o melhor que posso. Disse, obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Vítor Correia*. Eis que, espontaneamente, o debate alargado está a decorrer e sendo assim, o Senhor Deputado *Paulo Pontes* quer dar uma contrarresposta, tem três minutos apenas.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes* (PSD) disse:** Ó Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, Ó Senhor Excelentíssimo Público e todos aqui presentes, convido depois desta Sessão a ir ler bem e com muita atenção a intervenção que eu aqui fiz.

Tento sempre ser imparcial em toda a minha vida e só lhe digo isto: vá ler a intervenção que eu fiz e verifique se ela é ou não, depois faça-me essa avaliação, o mais imparcial possível.

A ciclovia até é um projeto do anterior Executivo, está a ver?

As Reuniões individuais com o Executivo, até foram sempre com o anterior executivo, também, e com outros Executivos.

O Senhor é a primeira vez que aqui está e oxalá se assim o desejar, esteja cá por muitos anos, mas eu tento ser, sempre, nas minhas intervenções, o mais imparcial possível.

Vim aqui fazer uma intervenção de âmbito geral, não falei da Freguesia do Franco e Vila Boa, não falei da minha Freguesia em concreto, mas então, agora vou falar da minha Freguesia.

Só para dizer isto: Não sei se produzo muito, se produzo pouco. Quem me tem avaliado são os meus eleitores, são esses que votam em mim e votam para o Executivo.

Até hoje, enderecei à Câmara 22 ofícios, não sei se foram muitos ou se foram poucos, não lhe vou dizer nem a si, nem à Assembleia, pois o Executivo sabe, as respostas ou não respostas que eu tive a esses ofícios. Mas digo-lhe, enviei 22. O primeiro foi no dia 23/10/2017, em que nesse primeiro, mais uma vez e o mais imparcial possível, tentei fazer um apanhado de todas as necessidades das Freguesias do Franco e Vila Boa.

Estamos nós aqui, numa Assembleia, e para informação do Público, parece que andamos aqui a reivindicar qualquer coisa. Só para as pessoas perceberem o ridículo disto, já que prometi ao Senhor Presidente e se ele quiser cumprir com isso e não me permitir intervir mais, não intervenho mais nesta Assembleia, porque o disse. Mas também já agora, digo-lhe isto, para vermos o ridículo da situação, vou fazer aqui um desafio à própria Assembleia, porque nos estão a ouvir, e ao Executivo da Câmara.

Eu nunca mais venho à Câmara, mas é de satisfação não é de chateado, nunca mais venho à Câmara e faltam três anos para cumprir este Mandato. Falei num Orçamento de vinte milhões, vinte e três, vinte e quatro, vinte e cinco, dezanove, seja aquilo que for. Fiz uma primeira proposta numa Assembleia, em que eu pedia apenas um terço do FEF da Câmara Municipal, mas hoje, e espero ter uma resposta tão objetiva, tão honesta...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Senhor Deputado *Paulo Pontes*, estamos a dar três minutos, para responder.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD) disse:** Deixe-me só fazer a questão.

... tão objetiva, tão honesta e tão frontal como a que vou fazer, que espero que a resposta seja a mesma.

Comprometo-me a não voltar a esta Câmara, de satisfação, atenção, se durante os próximos três anos a Câmara Municipal, em cada janeiro que aí vier, depositar na conta da Junta de Freguesia, vejam só a grandeza destes números, 50 mil euros.

50 mil euros e eu não volto mais a pedir nada a esta Câmara...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Conclua Senhor Deputado, por favor...

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD) disse:** ... A esta ou a outra qualquer. Agradeça uma resposta o mais objetiva possível do Executivo.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Ferreira disse:** Obrigado Senhor Presidente de Junta de Freguesia, *Paulo Pontes*, no uso de três minutos em contrarresposta à dialética saudável e democrática que a Assembleia está a imprimir ao debate. Também é nesse âmbito que foi solicitada a palavra pelo Senhor Presidente de Junta de Freguesia das Aguieiras, *Manuel Fontes*. Vai-lhe ser concedido, também, os três minutos para a réplica que entender, uma vez que não é uma inscrição inicial de fundo. Quanto ao Senhor Deputado *Paulo Pontes*, a Mesa regista ainda o seu crédito solicitado para intervenção, mas naturalmente, sem uso de vantagem acrescida sob qualquer um dos outros Membros da Assembleia. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguieiras, Manuel Fontes (Independente) disse:** Muito bom dia a todos, bom dia à Mesa, bom dia ao Executivo, público em geral e caros colegas.

Estou aqui só para ouvir e venho aqui dar o louvor aos Presidentes de Junta do PSD, que vieram aqui dizer que as outras bancadas não participam. Exatamente, não participam e porquê? Venho em defesa de mais dois colegas independentes e não participamos, porque estamos a aprender. Estamos à espera que nos ensinem alguma coisa, portanto, nem estamos mais bem servidos, nem mal servidos.

Temos as nossas dificuldades, eu por exemplo, “tenho” nove aldeias dentro de uma Freguesia. Estou calado? Estou, mas não estou a dormir, estou à espera, porque “cair de para-quedas” na Política não é fácil. É chegar aqui e pensar “eu não sou um herói, vou esperar para ver como funciona”, por isso, na hora certa e no momento certo, estaremos cá para defender o povo que nos elegeram.

Estão muito bem, estou a gostar do debate, estão a trabalhar para nós, estão a ensinar-nos e é por isso que nós aqui estamos. É a primeira vez, mas para o ano há mais e nós estamos aqui para aprender com vocês. Agradeço as vossas intervenções, estão muito boas e estão do nosso lado, mas contem connosco quando for preciso, enquanto não for preciso é a nossa educação e o nosso respeito por todos vocês. Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Há mais alguém que queira intervir?

Para continuar com o critério já indicado, de chamar os Presidentes de Junta e dando primazia a esse critério de chamada, iria dar a primazia de chamar o Senhor Deputado *Rui Sá*, pelas razões óbvias, por ser um Ex-Presidente de Junta e certamente sobre esta matéria terá algo importante a dizer.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Senhor Presidente, Excelentíssimos senhores secretários, Senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caros Presidentes de Junta, Público e Comunicação Social que possa estar presente.

Tenho a dizer-vos que tenho hoje o coração mais cheio ou a alma maior, pelo facto de este debate ter lugar, aqui, na Assembleia Municipal.

Tenho também a dizer-vos que paguei e pago muito caro o facto de ter feito aqui intervenções acintosas. Eu era eleito, fui sempre eleito pelas listas do PSD e fiz aqui muitas intervenções que não foram de acordo com a visão do Partido que me elegeram, de acordo com o Executivo que estava aqui representado e pago esta “fatura”.

Comecei a trabalhar dia 10 de outubro de 1988, em Malhadas - Mirando do Douro. Era, então, Diretor Regional, o Senhor Eng.º *Madureira*. Faltou-lhe numa Reunião a sua secretária e pediu-me, tinha eu 20 anos, para que secretariasse a Reunião. Eu

não tinha experiência nenhuma naquilo, 30 Chefes de Zonas Agrárias, o Diretor Regional, os Subdiretores e eu, que lá tentei tirar algumas notas, mas foram-me dizendo que não me atrapalhasse.

Tenho a dizer-vos Caros Colegas e Excelentíssima Assembleia, de todos os presentes, existia um debate aceso de ideias, as pessoas falavam, confrontavam o Senhor Diretor, dizendo “Senhor Diretor, preciso “disto” e “daquilo” para o meu concelho”, estávamos o dia inteiro em Reuniões acesas.

Hoje, tenho 30 anos de serviço e trabalho na mesma casa. Se lá estivessem os mesmos, provavelmente continuariam a falar, mas se lá estivesse o mesmo número, provavelmente fariam dois ou três.

Venham aqui falar Senhores Presidentes, independentemente do Partido que vos elegeu e do grupo de cidadãos que vos elegeu, venham aqui falar. Estou aqui há 20 anos, sou Autarca de Freguesia há 20 anos, estive 20 anos na Freguesia de Vale de Gouvinhás e agora fui eleito nas Litas de Deputado Municipal e as pessoas têm que vir exercer os seus direitos. Antes, o Grupo Parlamentar do PS se tinha 10 pessoas, inscrevia as 10 pessoas para virem falar a este púlpito, o nosso se tinha 40, inscrevia três ou quatro. Agora é ao contrário, nós inscrevemo-nos todos e o grupo do PS não traz cá ninguém.

Então, isto é caso para dizer, ó Senhor Deputado, o 25 de abril ainda não chegou a Mirandela?

Venham cá, venham cá dizer aquilo que vos apoquentam, porque efetivamente as Freguesias são tratadas como o parente pobre do concelho. Isto é verdade. Eu sempre defendi no passado, tenho à-vontade para o estar aqui a fazer, porque disse-o sempre ao anterior Executivo e disse-o algumas vezes aqui desta tribuna, que os Executivos não têm uma visão rural. Os Executivos deveriam ter um Vereador que tivesse passado pelo mundo rural, que tivesse passado por uma Junta de Freguesia.

Porque é que é mais importante o subsídio do Sport Club de Mirandela, do que o subsídio à Associação Cultural e Recreativa de Vale de Gouvinhás? Porque é que o CTM tem que “comer” um sorvedouro de dinheiro que deixa os cofres dos Presidentes de Junta vazios?

Eu não sou contra estas atividades todas que se fazem em Mirandela, façam-se estas e façam-se mais, mas o mundo rural tem que estar aqui representado. O Executivo tem que ter uma Política de caminhos agrícolas, tem que comprar máquinas, tem que pedir aos Senhores Presidentes de Junta que se juntem, proporcionar-lhes as máquinas e se for preciso, a gestão das mesmas. Não se podem escurar atrás desta mesa e a visão de Mirandela só. Mirandela tem 30 Freguesias, já teve 37.

Depois, ainda nos podemos agarrar a outra coisa, que era um dos tópicos que eu tenho aqui, para falar, que é a Reorganização Administrativa.

Eu, não fui favorável à Reorganização Administrativa de 2013. Disse-o aqui, fiz aqui uma intervenção calorosa, que está em Ata e que podem consultar. Eu tinha uma visão das Freguesias, não tenho problema nenhum de assumir ideologicamente. Uma visão das Freguesias que tinham que ter dimensão. Somos 30, podíamos ser só 10 e digo-vos uma coisa, da experiência que tenho, o Concelho de Mirandela era certamente mais rico.

Agora, dizem-me assim, “bem, mas tu tens condições para acabar com a tua Freguesia, lá de Vale de Gouvinhás.” Pois, se calhar não tinham, mas por causa deste é que se calhar, estamos todos iguais e não temos coragem de dar um passo atrás, para dar dois em frente.

Isto, continua a estar em discussão. Estou a olhar para o meu amigo *Jorge Humberto* e acena com a cabeça que “não”. Isto é Ideológico e tenho direito à minha opinião.

O Presidente de Junta é o Jurista da Freguesia? É! É o médico da Freguesia? É! É o taxista da Freguesia? É! É o que tem o pelouro social? É! Eu tenho poder moral para falar aqui.

As Freguesias hoje têm um Património muito valioso. Podem não ter todas saneamento, podem não ter todas arruamento, mas têm muitas. Ainda nos falta muita coisa? Falta!

O anterior Executivo foi sufragado? Foi! Caiu? Caiu e eu também caí, juntamente com eles!

Esse foi sufragado, mas este aqui tem que responder daqui para a frente. Tem que nos dizer o que pretende para as Freguesias.

Há uma coisa que está muito em voga, é falar nas pessoas. O discurso é sempre redondo: “As pessoas estão em primeiro e as pessoas isto e aquilo”. Mas haverá aqui alguém que não coloca as pessoas em primeiro? Coloquem é as coisas em prática.

Um aluno da minha Freguesia, uma criança com 7 anos, sai de lá às 7:20h da manhã e regressa às 19h. Queremos o quê daquela criança? Custa muito o transporte? Naturalmente que custa! Provavelmente é preciso arranjar um carro para transportar aquele aluno? É! Eu antes quero que gastem 20 mil euros com este carro, do que façam uma rua. Proporcionem àquela criança um horário digno para sair de casa e para regressar.

As Freguesias estão a morrer? Estão! Não têm população? Não! Mas vamos ajudar os que lá estão a acabar com dignidade.

Toda a gente vem aqui falar de transportes e eu vou falar de Mirandela, obviamente, que não é para atacar o Senhor Presidente da Junta Mirandela, nem ninguém. É uma constatação.

Tem dois ou três autocarros, precisa de mais dois ou três, para movimentar as pessoas aqui dentro da cidade? Naturalmente que precisa! E as Freguesias? Os doentes oncológicos?

Vou deixar aqui uma proposta ao Executivo: Senhora Presidente tenha a coragem de retirar o dinheiro nas rubricas que bem entender, mas proporcione à população do Concelho de Mirandela transporte para os doentes oncológicos para o Porto, para Vila Real ou para qualquer outro sítio. É uma população de idade avançada, muito débil quando vai para os tratamentos e muito pior quando sai dos tratamentos. Muitos concelhos já o fazem, aqui limítrofes a nós, sendo que nós devemos também fazê-lo. Não se fez no passado? Faça-se agora!

O Senhor Deputado *Jorge Pires*, disse aqui ontem, “que carro da saúde? Carro da saúde para quê? Para por um pouco de gaze, um pouco de Betadine ou passar a mão nas costas às pessoas”. Também faz falta passar a mão nas costas às pessoas, mas proporcionem-lhe é transportes, para virem para o nosso hospital ou centros de saúde instalados na cidade.

Senhores Presidentes de Junta venham aqui, não tenham medo de vir aqui defender as vossas Freguesias.

A Lei da mordalha não funciona em lado nenhum. Eu tenho este feitio, não me “salta” muitas vezes a “tampa”, mas quando “salta”, digo aquilo que me vai na alma e pago a fatura por este meu temperamento, mas é mau. Estou aqui a defender o Concelho de Mirandela, não estou aqui para atacar ninguém, estou aqui para contribuir para o desenvolvimento do Concelho de Mirandela. As pessoas não entendem isto, quando se vem ao púlpito, pensam “lá vai ele falar mal da Presidente da Câmara, lá vai ele falar mal do Presidente da Mesa da Assembleia”. Não se trata de nada disso. Eu tenho direito ao uso da palavra, tenho o direito de ter a minha opinião e de defender a minha Reorganização Administrativa, assim como o Senhor Deputado *Jorge Humberto* tem direito de defender a dele. A Democracia é assim.

Senhores Presidentes, vocês não podem desperdiçar esta oportunidade de debater aquilo que tem que se debater nesta Assembleia. Isto não é para o Presidente da Junta A vir atacar o B e B vir à réplica e depois à tréplica e assim sucessivamente. Não é de nada disso que se trata. Estamos aqui por uma causa comum. Uns têm uns problemas, outros têm outros.

É verdade isto que vos vou dizer: Tenho muita experiência de Junta de Freguesia. A minha Freguesia tem, provavelmente, infraestruturas que muitas outras ali não têm. Tem até duas pontes sob o rio Tuela, quando outros estão aqui a pedir saneamentos, mas também tem uma anexa que ainda não tem o saneamento completo, tem metade, já está feito, mas falta o resto.

Todos temos as nossas necessidades, é verdade. Agora é legítimo que a minha Freguesia, se está dotada de saneamento, se tem o ringue de futebol, se tem luz elétrica, água, entre outras, também é legítimo que hoje, na repartição das competências que querem fazer para as Freguesias na alocação dos meios, os meios sejam os mesmos que os da outra que está infraestruturada. Tem que existir mecanismos de compensação, mas nesta altura do “campeonato”, há um ano de Mandato, o levantamento já deveria estar feito. Os levantamentos são a primeira coisa que se faz, temos que saber com quem estamos em termos de pessoal, de necessidades e fazer o nosso plano. O Mandato é de quatro anos e por isso, os levantamentos têm que estar feitos.

Senhores Presidentes de Junta, isto é muito complicado definir critérios e depois saber que o Presidente de Junta A tem para a sua Freguesia 10 mil euros e o Presidente da Junta B, ao lado, também tem 10 mil euros, mas se o outro tiver 10.500,00€ já é o inimigo. Assim, o levantamento tem que ser muito bem feito e os critérios têm que ser aferidos com os Senhores Presidentes de Junta. Têm que estar envolvidos, têm que vir aqui falar e dizer com o que não concordam, para se encontrar a fórmula que permita responder, não digo a todos, mas à grande maioria. Só desta forma conseguimos levar isto para a frente.

Temos em cada Freguesia “meia dúzia” de pessoas, temos que ser verdadeiros. Se andamos aqui a dividir uns e outros, PS, PSD, Independentes, mas quem é que está aqui Independente? Eu ainda não vi os Independentes votarem de forma diferente do Executivo. Todos estamos aqui arregimentados, uns dum lado, outros do outro. Haja coragem para dizer isto. Andamos agora aqui a enganarmo-nos uns aos outros?

Para finalizar, Senhora Presidente, a minha proposta, como referi, é a proposta de transporte para os doentes oncológicos das Freguesias de Mirandela, do Concelho de Mirandela. Um Protocolo com os Bombeiros ou porque meios, não sei, mas esta é uma obra muito necessária ao Concelho de Mirandela. Eu paralelos já os dou eu de “borla”. Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Rui Sá*. O Senhor ditou as suas razões, mas eu tenho que fazer uma pequena nota.

As inscrições para se intervir na Assembleia são do livre arbítrio de cada um. Esse desafio deve deixá-lo para eles próprios, até porque, como disse e que é natural se calhar, na bancada A, há menos inscrições quando esse Partido está no Poder e vice-versa, é uma metodologia que já vem de longe, contra a qual o Senhor se insurgiu agora. Não sei se no passado também se insurgiu, se calhar não, de maneira que não há pressões sobre ninguém, nesta Assembleia só fala quem quer. Que esta nota fique bem repisada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Ferreira* disse:** Prosseguindo com as intervenções, recordamos que a Mesa fez a opção de consagrar a primazia das intervenções aos Presidentes de Junta eleitos, sendo que o Senhor Deputado *Rui Sá* interveio na qualidade de Ex-Presidente de Junta de Freguesia, no momento da passagem aos Senhores Deputado Municipais. Contudo, a Mesa ainda tinha o pedido, querendo corresponder ao pedido, do Senhor Presidente de Junta de Freguesia *Paulo Pontes*, para o uso do seu tempo suplementar, pelo que lhe vai ser concedido.

Recebemos a indicação que usará da palavra mais tarde, por isso, tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Barcel *Luís Esteves*.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, *Luís Esteves* (Independente) disse:** Bom dia Senhor Presidente da Mesa, Bom dia Senhora Presidente, a todos os Membros, caros amigos e caro público.

Não era para intervir, hoje, porque também não tenho experiência de palco, se calhar não tenho o dom da palavra e tenho a minha forma de trabalhar, que eu proporciono.

Vou aproveitar esta minha intervenção para falar em algumas dificuldades que a nossa Freguesia tem. Proporcionalmente, neste momento, a nossa Freguesia, Barcel, não é das mais distantes, mas os nossos alunos para chegar aqui de manhã, andam cerca de 40 km. Temos uma distância de 20 km, mas eles fazem uma distância de 40 km. Gostava que o Executivo visse esse pormenor. Temos mais dificuldades, que já transmitimos e das quais não vou falar.

Vim aqui, mais para responder ao Senhor Deputado *Rui Sá*, Ex-Presidente de Vale de Gouvinhas, na qual temos alguma convivência e amizade. Eu, Independente, já votei contra a Direção do PS, só para lhe dar o exemplo, na votação do Orçamento anterior ao ano de 2017, não tenho a certeza, mas acho que os Membros do PS se abstiveram, sendo que eu, Independente, votei a favor.

Quero também aproveitar para agradecer ao anterior Executivo do PSD, ao Eng.º *António Banco* e a todos os Membros, porque eu fiz parte da Lista do PSD, deixando-lhe o agradecimento, pois nos ajudaram a resolver vários problemas. Deixo também um Obrigado a este novo Executivo, que já nos ajudou a resolver algumas situações e desejar-lhe o maior sucesso, porque o sucesso deles é o sucesso de todos nós, Presidentes de Junta. Muito obrigado e tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Findas todas as intervenções dos Senhores Presidentes de Junta e Ex-Presidentes de Junta, passo então, agora, a chamar os Senhores Deputados Municipais. Senhor Deputado *Paulo Pinto*...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Muito bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Público presente e Comunicação Social.

Primeiro, felicitar a Mesa pela metodologia adotada, dando primazia às intervenções por parte dos Senhores Presidentes de Junta, das quais estou agradado pelas próprias intervenções e qualidade das mesmas, aqui proferidas. Dizer-lhes que tomar a palavra é tomar o Poder, pelo que devem tomar sempre a palavra.

“É de elementar justiça, que ao fim de 44 anos de Democracia e de Poder Autárquico Democrático, que esta Assembleia tenha votado favoravelmente a marcação de uma Assembleia Extraordinária, a fim de discutir o contexto da Juntas de Freguesia a nível económico, político e social.

De facto, a agenda política nacional é marcada pela discussão da Descentralização de Competências do estado central para os Municípios e, raramente, se discute ou aceita, a discussão de Transferência de Competências das Câmaras Municipais para as Juntas de Freguesia.

Esta possibilidade de debate, a favor das Juntas de Freguesia, assume maior importância, nomeadamente, nos territórios do interior, que são de baixa densidade, onde as instituições, os seus dirigentes, assumem funções bem diferentes e até mais especializadas, tendo em conta as características da população residente, cada vez mais envelhecida e com dificuldades.

O modelo de desenvolvimento a implementar, terá portanto, de ter em conta o contexto específico de cada Junta de Freguesia.

No âmbito das competências das Juntas de Freguesia, permitam-me que evidencie algumas áreas:

- A ação social é de extrema importância. Sociedade que não trata condignamente dos jovens e não cuida dos idosos é uma sociedade falida;

- Ao nível dos cuidados primários de saúde - é fundamental o apoio, visto que estas populações caem na medicina curativa, pois no seu percurso de vida nunca estiveram instruídos por ensinamentos de medicina preventiva. Tem o exemplo dos transportes que executa, onde traz população do meio rural para as aulas de hidroginástica, porque não podem vir também nessas carrinhas resolver problemas de saúde? Essas pessoas têm poucos meios, mas quando é para a saúde, pagam avultadas somas de transporte com os táxis, em que andam;

- A Proteção Civil, sector da maior importância, tendo em conta os tempos que se vivem. A exigente tarefa de proceder à limpeza das matas e florestas, obriga a cuidados de manutenção de forma regular, por parte da população. Os caminhos rurais, que são fundamentais na circulação de máquinas e pessoas, pelo que, a sua manutenção é prioritária, a fim de permitir também um combate eficaz aos fogos;

- Na educação, verificada a triste realidade do encerramento de escolas do meio rural, seria importante manter estes equipamentos funcionais e transformados em centro de recreio e lazer, também como espaço de encontro de gerações;

- E o desenvolvimento da Freguesia, que estava dependente da natalidade e dos ciclos migratórios, agora com a globalização e valorização dos produtos da terra, encontra oportunidades na criação de riqueza através dos produtos alimentares e matérias-primas, no turismo paisagístico, cinegético e ambiental, no Património Cultural e Natural, a produção de energias alternativas, como a hídrica, a eólica, a solar e menos a energia biomassa do nosso concelho.

Com a identificação destas oportunidades, é importante congregar esforços, porque o tempo urge quanto mais não seja a favor das gerações vindouras.

O agendamento desta Assembleia, não é mais do que a manifestação de interesses dos Senhores Presidentes de Junta, em querer planificar o futuro, traçar modelos e atos de gestão e realizar investimentos que se traduzem em ganhos efetivos na melhoria no dia-a-dia das populações.

Senhora Presidente, o que os Senhores Presidente de Junta lhe estão a propor é um tratado de transparência, para que os meios e os subsídios a atribuir sejam estabelecidos com critérios claros, objetivos, mas sobretudo, justos.

Assim, os subsídios a atribuir devem respeitar o princípio da subsidiariedade, isto quer dizer que os problemas têm que ser resolvidos no local, pelo que não basta atribuir verbas que depois não resolvem coisa nenhuma.

Senhora Presidente, o que os Senhores Presidentes de Junta reivindicam são meios para resolver os problemas das pessoas, porque diz também que o seu Executivo governa para as pessoas.

Senhora Presidente, irá proximamente tomar diligências no sentido de preparar o Orçamento do próximo ano. Leve a sério as pretensões das Juntas de Freguesia e dos seus Presidentes, até porque, melhores Freguesias, constroem um concelho melhor.

Uma aposta sustentável no espaço rural irá conduzir à diminuição das assimetrias regionais contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado do território.

Para tal, urge tomar medidas. Os Senhores Presidentes de Junta, não lhe estão a pedir apoio para o desenvolvimento mais integrado, quer dizer com mais entidades e instituições envolvidas e num âmbito de competências maior, mais articulado, porventura da partilha de muitos meios, e mais inovador, quer dizer, mais acelerado e com novas políticas. Nada disso! O que exigem é meios para solucionar problemas com que se confrontam no dia-a-dia, que foi para tal que foram eleitos.

Os protocolos que pretendem ver estabelecidos julgo que as atividades podem ser mais ou menos as seguintes:

- 1- Conservação e reparação de escolas e equipamentos;
- 2- Manutenção, conservação e gestão de zonas verdes e espaços ajardinados;
- 3- Limpeza das vias e espaços públicos;

- 4- Manutenção de caminhos rurais;
- 5- Limpeza de matas e florestas;
- 6- Manutenção e conservação de pavimentos rodoviários e pedonais e limpeza de bermas e valetas;
- 7- Transportes escolares e horários;
- 8- Licenciamentos da ocupação da via pública por motivos de obras não sujeitas a licenciamentos;
- 9- Agendamentos de entrega de medicamentos
- 10- Outros investimentos, como cemitérios, casas mortuárias, saneamentos, entre outros.

O suporte legal, existe e muito, que permitem às Câmaras Municipais que deleguem competências suas nas Juntas de Freguesia, incluindo a realização de investimentos constantes das Opções do Plano e do Orçamento Municipal, pelo que lhe permite aumentar ainda o seu âmbito.

Portanto, e para o efeito, Senhora Presidente, é fundamental que a Delegação de Competências deve ser acompanhada da transferência dos meios necessários adequados ao exercício.

Haja vontade política, porque os Autarcas eleitos nas Freguesias, dada a sua proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações.

Senhora Presidente, seja uma Autarca descentralizadora e sem reservas, no pressuposto que as Juntas de Freguesia cumprem um papel insubstituível pela proximidade com as populações, no desenvolvimento do País e no reforço da Democracia.

O Grupo Municipal do PSD, reafirma a sua matriz autárquica. Seremos vigilantes no acompanhamento do processo e reiteramos inequívoco apoio aos Senhores Presidentes de Junta eleitos nas Listas do PSD.”

Se me permitem e até para não voltar aqui, porque hoje é o dia dos Senhores Presidentes de Junta.

Está na agenda política que este Governo, Governo do PS, também já disse que será na próxima Legislatura, prevê rever a Reorganização das Juntas de Freguesia.

A Lei Relvas, como foi conhecida, extinguiu 1165 Freguesias, o PS, na altura, criticou esta Reforma como autoritária e antidemocrática, numa estratégia de subversão do Poder local.

Senhora Presidente, o Bloco de Esquerda, não representado nesta Assembleia, prevê a retoma desta Reorganização através de referendos locais.

A pergunta que lhe deixo é: vai mexer na Reorganização territorial das Juntas de Freguesia do Concelho de Mirandela?

Vai proceder a referendos locais?

Sente que a Reforma implementada foi autoritária e antidemocrática? Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Chamo agora o Senhor Deputado *Agostinho Beça* e ao mesmo tempo faço-vos uma solicitação.

Por uma questão de gestão de tempo, vou dar apenas 10 minutos, a partir de agora, aos Senhores Deputados Municipais eleitos diretamente, porque temos quatro inscrições, 40 minutos à partida, mais uma contrarresposta do Senhor Deputado *Paulo Pontes*, sendo que posteriormente ouviremos o que a Senhora Presidente tem para dizer sobre todas estas questões que foram formuladas. Assim sendo, peço-vos, por favor, que tenham atenção ao tempo. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Presidente e Senhores Vereadores, Mirandelenses, Comunicação Social.

Vou ser breve, por isso, à partida ainda irá sobrar tempo.

É motivo de grande satisfação para mim, assim como deve ser para todos, a elevação com que as intervenções têm sido feitas, hoje.

Vou demorar pouco tempo, porque de facto, o dia hoje seria dos Presidentes de Junta.

Não posso deixar de felicitar, principalmente, as intervenções do Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Aqueiras e da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Vale Verde da Gestosa, sobretudo, pela humildade de reconhecerem que estão aqui para aprender, oxalá que aprendam bastante.

Não posso deixar, também, de concordar com maior parte do conteúdo da intervenção do colega e amigo *Rui Sá*. Ele sabe bem da minha concordância quanto à ruralidade que aqui realçou.

Passando ao que me trouxe aqui, que como disse, é muito breve.

Com as normas impostas pelo Código dos Contratos Públicos, tanto os organismos da Administração Pública Central ou Nacional, como os da Administração Local passaram a ter grandes dificuldades em gerir certos aspetos, relacionados com os procedimentos para a aquisição de bens e serviços.

Desde logo se verifica que passaram a ter menor agilidade em termos financeiros para contratação em maior escala, do que se verifica com uma Junta de Freguesia. Por exemplo, será sempre mais fácil à junta de Freguesia contratar serviços localmente e em menor escala, do que a Câmara Municipal.

A questão da Transferência de Competências, eu considero que é um avanço civilizacional e é pois, bem-vinda esta possibilidade para as Juntas de Freguesia, acabando de vez com esta “coisa” dos Presidentes de Junta andarem de “chapéu na mão a pedinchar” junto da Câmara, ou seja, deixamos de falar em subsídios e passamos a falar de atribuição de verbas, adequadas à execução das tarefas e competências que lhes venham a ser cometidas.

Obrigado pela vossa atenção, como disse, era breve.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Agostinho Beça*, passo a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, restantes Membros do Executivo, Senhores Deputados Municipais, Público em geral.

No dia 23 de fevereiro de 2018, disse aqui nesta Assembleia, que hoje para mim, com grande satisfação, é uma Aula Magna. É o aprender da Democracia e acho que os Senhores Presidentes de Junta nos deram uma lição, sendo que essa lição deveria ser repetida.

Em relação ao dia 23 de fevereiro de 2018, eu disse aqui, que relativamente ao movimento pelo Interior é tudo uma “treta” - retórica política. Não me revejo em nada disto, dizia eu. Em nada, mesmo em nada.

Qual é a coesão dos Partidos Políticos? Fazem promessas em vão.

Estou a falar de todos os Partidos Políticos e de um Senhor chamado Eng.º *António Guterres* que foi Primeiro-ministro e hoje, como toda a gente sabe, é Secretário-Geral da ONU, que queria por Bragança no Mapa. O que é que ele fez pelo Interior? Nada! Nada, mesmo nada.

Vêm-me aqui com documentos a falar da coesão para o interior. Tudo isto é hipocrisia política, tudo isto é simbólico. Como dizia *António Guterres*, o Senhor Primeiro-Ministro, “tudo isto é para dar continuidade”.

Depois aparecem outros Partidos, o PSD, o CDS-PP, PC, Bloco de Esquerda, tudo a dizer “vamos lutar pelo Interior”. Nunca lutaram pelo Interior. Quando lhes interessou deram uns centavos, agora dão “meia dúzia” de euros e a população, as gentes do interior, são sempre esquecidas. O interior está completamente ao abandono.

Meu Deus, é só ir ao interior profundo, se queremos alguma coisa, eu digo: não à descentralização. Temos que colocar taxas de IRS e de IRC praticamente nulas, se queremos ter políticas alternativas para o Interior.

O que é que fizeram até hoje? Digam-me lá, nesta Aula Magna, nesta Assembleia.

Quem é que está no Poder? É o PS.

Quem esteve no Poder? Estiveram todos. Não se venham desculpar uns com os outros. Todos estiveram, até o chamado PCP, que hoje está na chamada “geringonça” do Poder. O PCP ou CDU.

Pergunto: O que fizeram pelo Interior todos os Partidos da “geringonça” no Poder? Nada!

O que é a Casa do Povo?

O que é a Assembleia Legislativa? É uma casa que está falida ideologicamente.

A descentralização seria uma forma de destruir a causa nobre, que para mim, sempre aqui a defendi e sempre defenderei até ao fim da minha vida, que é a Regionalização. Se ela fosse levada a cabo, como um “fardo” para os contribuintes ou para a eficiência da Administração Pública. O diálogo na democracia tem-se caracterizado muitas vezes pela desvirtuação dos temas que são importantes para o nosso futuro coletivo, mas que nos casos, há falta de esclarecimento em alguns fundamentalismos ideológicos e noutros, alguma displicência da parte dos fazedores de opinião pública.

Tem conseguido subverter, que é o caso, por exemplo, dos Pactos de Regime. Eu rio-me com isto - os Pactos de Regime. O que é mesmo necessário que aconteça com a Regionalização, como resulta do artigo 6.º da nossa Constituição e estamos perante um pilar fundamental para o aprofundamento da nossa Democracia. A Regionalização e as Autarquias Municipais são os pilares da democracia, por isso, nesta matéria, o Poder Político não deverá falhar. Terá que haver um debate sério se queremos, então, a Regionalização.

A Regionalização Administrativa nas Autarquias Locais, dentro dos Estados Unitários, a Regionalização Política Legislativa, até nas regiões autónomas e nas comunidades políticas, como é e foi o caso em Espanha, Itália, nas Federações. Eu estou a falar nos Estados Unidos, no Brasil, etc.

No meu ponto de vista, terá que haver uma Regionalização séria em Portugal, senão caímos no ridículo. Qual é o ridículo? É haver um Primeiro-Ministro que disse que o Infarmed ia para o Porto e depois tudo ficou em “águas de bacalhau”. Qual Porto, qual “carapuça”? Deixe-me rir com essa grande hipocrisia política e falta de honestidade política perante um povo, em que o mesmo foi eleito. Perante um povo, em que ele mesmo foi eleito.

Não vale a pena falar, porque eu estou cheio de hipocrisia dentro da classe política, mas de toda a classe política. Eu sou militante do PSD há 34 anos e orgulho-me dos valores, por aquilo pelo que eu lutei, um valor que *Sá Carneiro* me propôs a lutar. Eu concordo e ainda estou com esses valores. É essa a minha ideologia.

Pressupõe, portanto, a entrega do estado às Autarquias locais, de atribuições próprias destas e consequentemente a entrega de competências aos respetivos órgãos, na medida necessária para as atribuições.

A Regionalização não se confunde, portanto, nas competências dentro das hierarquias do estado.

Nessa hipótese, sobretudo em setores mais sensíveis são a de Administração da Saúde, educação, Segurança Social, Ambiente, Património Histórico e Cultural, que pode começar-se por regionalizar Poderes do Estado e dos seus órgãos locais.

A Constituição prevê as Autarquias, a Região Administrativa, o Município, a Freguesia, o cumprimento perfeito, o do imperativo constitucional, que teria logo a seguir, a entrada em vigor, o texto constitucional para regionalizar.

Na campanha para o Referendo de 1998, mostrou que os nossos políticos não estão preparados para aceitar a Regionalização, que se ela fosse feita forçosamente, resultaria da criação de uma Autarquia supramunicipal, em todo o território do continente. A isso, acresce que o sistema definido na Constituição, para a criação da região, não facilita a sua instituição, por isso, compreende-se o intuito atual do Parlamento de aumentar a descentralização no quadro hoje existente, embora isso vá impedir o poder político de definir, qualquer dia, o que fazer da região que está prevista na Constituição.

Não há muito que inventar em matéria de Regionalização, mas que debate sobre os problemas das Freguesias. Tudo isto é treta.

Senhores Presidentes de Junta, não se iludam, as Leis não são cumpridas. Não se iludam, as Leis não são cumpridas.

Deviam ser cumpridas, é o imperativo constitucional básico, é necessário finalmente fazer qualquer coisa e essa “qualquer coisa”, para mim, é a Regionalização. É a Regionalização em Portugal, não só para se aprofundar a Democracia, que é a base de nós estarmos aqui e isto foi um situação que o Senhor Deputado de Alvites trouxe para esta Assembleia Extraordinária e todos os Presidentes de Junta deveriam trazer para esta Assembleia Municipal. Para se debater também aqui, e não como disse o meu amigo e companheiro, o Senhor Presidente da Junta de Mirandela. Não, este é o órgão próprio para se debaterem também, na casa da Democracia, na Aula Magna da Democracia, estes problemas, Senhor Presidente da Junta.

Termino, com isto, já dizia *Nietzsche* e eu sempre adorei ler *Nietzsche*, dizia assim: “Por vezes as pessoas não querem ouvir a verdade, porque não desejam que as suas ilusões sejam destruídas.”

Viva a Regionalização, viva a Democracia.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado, passo a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:** Senhor Presidente, eu agradecia que se não acabar a minha intervenção nos 10 minutos, me compensassem com os cinco minutos extra.

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e meus Senhores, e como agora tem sido apanágio também, agradecer à Comunicação Social.

Os Senhores, depois de ouvir os Senhores Presidentes de Junta a elencarem aqui no nosso concelho das suas necessidades, fica claro que essas preocupações são iguais às que nós temos, como CDU. Para quem não sabe, a CDU detém neste País 24 Câmaras, provavelmente maiores que a nossa Câmara e tem 139 Freguesias.

Obviamente que essas preocupações e essas necessidades, nós também as sentimos, tendo também que dizer, que fique bem claro, que há culpados para que esta situação se mantenha no nosso País, ao fim de 40 anos de Democracia.

Então, posto isto, vou iniciar a intervenção que preparei.

“A Constituição da República Portuguesa, no ponto 2 do Art.º 238, refere que «o regime das Finanças locais será estabelecido por Lei e visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias e a necessária correção de desigualdades entre Autarquias do mesmo grau». Esta norma incorpora dois aspetos essenciais: há uma partilha de recursos financeiros entre os diversos níveis de administração, que deve ter em conta a sua adequação ao tipo de competências que cada um detém, e ao mesmo tempo a distribuição entre as Autarquias locais deve obedecer a princípios de perequação tendo em vista a correção de desigualdades.

Quero fazer aqui referência a três números, muito importantes, sobre os meios financeiros para vossa reflexão:

2.636 milhões de euros de participações das Autarquias locais nos impostos do estado em 2018, 1.853 milhões de euros de contribuição de Portugal para o orçamento da União europeia previsto para o mesmo ano; 2.491 milhões de euros de benefícios fiscais que o Estado Português atribuiu em 2016, àquelas empresas que nós dizemos que estão cotadas em bolsa.

Não sendo números iguais, podemos considerar dentro da mesma ordem de grandeza, e que indicam que o problema não é propriamente a falta de recursos, ou seja, não há falta de dinheiro no nosso País, mas das opções que se tomam quanto à sua obtenção e quanto à sua utilização.

Nos últimos anos, entre 2007 e 2018, como consequência dos sucessivos incumprimentos do regime financeiro local, verificaram-se cortes de 3.555 milhões de euros. Quando falo em cortes, falo nas transferências para as Autarquias locais. Neste período, em oito anos de governação PS os cortes foram de 2.240 milhões de euros e em quatro anos de governo do PSD/CDS-PP os cortes foram de 1.310 milhões de euros. Uma média de cerca de 300 milhões de euros anuais, que não vieram para as Autarquias, sendo em termos de enquadramento legal, 2.353 milhões na vigência da Lei 2/2007 e 1.197 milhões na Lei atual, tendo de ser presente que a atual reduziu o nível de participação, mas mesmo assim se manteve o incumprimento.

Os números comprovam a adoção de uma política de subfinanciamento, de desrespeito pelo poder local, do não respeito constitucional, da justa repartição de recursos entre os diversos níveis de administração.

Urge, então, a aprovação de uma Lei de Finanças locais ou uma revisão profunda da atual, que deve ter em conta os seguintes aspetos essenciais:

- O caminho da reposição da capacidade financeira dos Municípios e Freguesias, cumprindo o princípio constitucional da justa repartição de recursos para o atual nível de competências, aumentando o nível de participação nas três principais receitas do estado (IRS, IRC e IVA), pondo fim à iniquidade da participação variável no IRS e as receitas consignadas como Fundo Social Municipal.
- O estabelecimento de um período transitório para a determinação das verbas afetas a processos de descentralização de competências.
- A definição de regras claras no relacionamento entre a administração local e central, baseado no cumprimento do equilíbrio financeiro vertical.
- Assumir uma função redistributiva e contribuir para a economia local e para a coesão social e territorial, que se deve acentuar em vez de desvalorizar.
- Um sistema de prestação de contas transparente, que faça circular a informação como meio de aumentar a participação das populações no acompanhamento da gestão autárquica.
- A obrigação de o governo repor nos três anos subsequentes, eventuais e extraordinárias transferências inferiores ao previsto na Lei das Finanças locais nos termos da Lei de enquadramento orçamental.
- A existência de mecanismos de recuperação financeira que sirvam para ajudar os Municípios necessitados e não para lhes criar dificuldades acrescidas e encargos para as populações.

Para garantir que estes princípios venham a ter acolhimento na nova legislação, e para efetuar um virar de página que robusteça as Autarquias locais, é fundamental continuar a mobilizar e a envolver os que acreditam que o Poder Local, sendo uma das conquistas de Abril, tem um papel essencial na construção de um futuro melhorado.”

Acabando, dizendo que muito me apraz aquilo que disse o Senhor Deputado *António Figueiredo*, na questão da Regionalização, porque realmente essa é a bandeira que o meu Partido defende e só assim, criando regiões administrativas e obviamente, fazendo cumprir aquilo que é um direito constitucional, que é as transferências de verbas para as Autarquias.

Obviamente, dizer que se todos os Deputados, sejam eles do PS ou do PSD, que são eleitos e nós elegemos dois Deputados na nossa região, e que deviam estar no Parlamento a defender os interesses da nossa região e não os interesses, provavelmente, que não façam parte desta região, mas façam parte dos interesses daqueles que conhecemos, que é aquilo designado pelos comportamentos não solidários pela população portuguesa. Muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Ferreira* disse:** Muito obrigado. Segue-se a última intervenção do Senhor Deputado *Pedro Beato*. Estou a falar dos inscritos iniciais, Senhor Deputado *Virgílio Tavares*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Pedro Beato* (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, respetivos Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Público em geral e Comunicação Social.

O Património Cultural é a minha especialidade, com o devido respeito. Quando nós falamos em Património Cultural, normalmente, pensamos sempre no Património classificado, pensamos sempre no contexto erudito do Património. Não é essa a minha intervenção. É o outro Património, o Património inclusivo. Esse é o Património que eu venho falar aqui. Onde pode subsistir mesmo em locais onde falta dinheiro.

Quando se fala aqui em Regionalização, estamos a falar de Poder Público. Não! Estamos a falar do Poder do Público e este “do” é o desafio da Regionalização.

Ouvi aqui, nas intervenções anteriores, vários aspetos e várias frases de que gostei muito, como por exemplo, “as Freguesias têm um Património muito valioso”. É verdade!

Dizia a Senhora Presidente das Múrias, “que mesmo assim, teimam em ali ficar”. Frase bonita de que gostei muito, também.

São Pedro Velho, “a imagem da aldeia, no largo da Igreja”.

Também ouvi “Património Religioso e as dificuldades do orçamento na restauração desse Património”.

Vou tentar ver se consigo dizer aquilo que penso. Quando nós estamos a falar em Património, nós estamos a misturar uma série de conceitos que são complexos, tão complexos quão importantes. Nós estamos a falar na nossa região, na história da nossa região e no Património da nossa região, nós falamos em aspetos essenciais na construção desse Património e ela tem a ver muito com esta situação geográfica do nosso concelho, que é uma situação de luta, mesmo do ponto de vista militar.

Estou a falar da religião que foi muito importante no passado e que se vê. Estou a falar da vida militar que foi muito importante no passado. Nós nunca deixamos de ter aqui guerras, principalmente a partir da restauração, restauração de Espanha, sete anos, invasões de franceses, todas as guerras liberais, o problema da Monarquia contra a República que nos deu a medalha, que nós tão orgulhosamente temos na Câmara, à volta do brasão.

Também é muito importante, quando se fala em Património, compreender a nossa organização eclesiástica no passado, mas também as comarcas e as provedorias, também os grandes donatários da nossa região, como a Casa de Bragança, Vila Real, o Infantado, os Reis e também a Casa Távora e outros senhores.

É também muito importante, nós entrarmos no campo das instituições e da sociedade, não é só aqui os fidalgos, os nobres, o serviço religioso, mas também o Terceiro Estado.

Mirandela, nos antigos concelhos, tinha como aspeto que o equilibrava e que os relacionava na sua vida, no dia-a-dia, nos seus problemas, nestes contextos em que tenho estado a falar. Abreiro, por exemplo, estava relacionado com o Infantado. Cortiços com a Casa de Vila Real. Frechas com os Senhores de Vila Flor. Lamas de Orelhão com o Infantado de D. Pedro. Mirandela com os Távoras. Torre de Dona Chama com a Casa de Murça. Vale Prados com El Rei. Vale de Asnes com a Casa de Bragança. Isto significa que nós temos aqui já, uma série de elementos que são extremamente interessantes, no que diz respeito ao nosso concelho.

Eu fui pintando o concelho de acordo com as suas relações culturais, com aquilo que vai unir as Freguesias e eu, quando estou a unir estas Freguesias, chego a elementos extraordinários. O Concelho de Mirandela está dividido em três grandes blocos do ponto de vista cultural, histórico, do ponto de vista das suas referências, ao nível da mentalidade e da construção da sua cultura/da construção da sua identidade.

Isto é fundamental para nós e era isto que eu gostava de implementar, mais uma vez, no nosso concelho e é tão fácil por o nosso concelho com uma leitura interessante, com laços de relações bonitas, que até os Mirandelenses e os habitantes do concelho não sabem que têm elementos tão interessantes para relacionar.

Eu quando olho para este mapa que pintei, vou encontrar aqui três grandes blocos culturais no Concelho de Mirandela com algumas especificidades e quando eu olho para São Pedro Velho, Fradizela, Vale de Gouvinhas, Torre de Dona Chama e Múrias, eu tenho aqui um bloco cultural de Mirandela.

Deste bloco cultural saltam duas Freguesias, que são as Agueiras, pois as Agueiras têm uma particularidade muito curiosa, para além de serem ligadas ao sul do concelho, são também ligadas a um outro aspeto muito importante, que é Vila de Monforte de Rio Livre, que lhe vai dar uma relação específica na sua cultura e que vale a pena falarmos, investigarmos, irmos lá ver o local. Isto não custa dinheiro, custa tempo, disponibilidade e amor por uma determinada região. A Bouça, tem também uma particularidade muito grande, porque está ligada ao Conde da Atouguia e através do Conde da Atouguia vai ter uma relação com Chaves, que vale a pena percebermos ao nível da sensibilidade.

Depois, temos toda uma zona central do concelho: Vale de Telhas, Vale de Salgueiro, Cabanelas, Abambres, Mascarenhas, Carvalhais, Mirandela, Avantos, Alvites e uma pequena *nuance* relacionada com a Freixeda e com Caravelas, que tem uma identidade cultural muito curiosa e que vale a pena, eu digo-vos uma coisa, vale a penas nós não nos esquecermos deste trabalho que custa a nossa vontade, a nossa disponibilidade e o nosso amor pelo concelho.

Há aqui uma particularidade que é o Romeu, porque o Romeu tem uma ligação histórica diferente a todos estes contextos. O Romeu, por exemplo, embora seja ligado à Ordem de Malta, ele é-o através de Algos e não, como por exemplo, o Navalho, Abreiro e Barcel que o são, mas já, relativamente à região de Poiars da Régua. Isto vai dar relações diferentes, mas é curioso, por exemplo, quando nós falamos das Agueiras e quando nós falamos de Abreiro, nós vamos encontrar elementos extraordinariamente interessantes, que são ligados quer pela geografia, quer pela relação que têm com a Diocese de Braga, porque todo o resto do concelho vai para a Diocese, a partir de 1575, para a Diocese de Miranda.

Este centro todo do concelho, tem uma identidade própria também e quando nós saltamos para o sul do concelho, tenho que ser breve, infelizmente, nós vamos para Suções, Passos, Lamas de Orelhão, Franco, Vila Boa, Pereira, Cobro, Avidagos, Abreiro, Navalho, Marmelos e Bracel, nós vamos aqui encontrar outra unidade cultural, já diferente das outras duas que estive a referir. No entanto, vou encontrar ligações, por exemplo, com as Agueiras, de Abreiro com as Agueiras, através de uma determinada imagem, de uma determinada mensagem, que tem a ver com a Ordem de Malta e que tem a ver, também, com o sul do Concelho de Vinhais e parte do Concelho de Valpaços, estou a falar da Santa Catarina.

Há outras coisas curiosas quando nós estamos a falar de cultura, que saltam ao lado da parte administrativa. Reparem, por exemplo, quando eu falo de Navalho, Abreiro e Barcel, eu tenho aqui três Freguesias em que duas pertencem a Uniãos diferentes e culturalmente têm a mesma raiz, que é a raiz hospitalar e a relação com Poiars da Régua.

Estou a dizer isto de uma maneira muito rápida e muito simples, porque o tempo passa muito depressa. Queria-vos dizer algumas coisas curiosas, vou pegar numa, por exemplo, Alvites, por causa do Senhor Presidente da Junta Alvites. No fim do século XVII, foi viver para Alvites um Senhor que se chamava Gabriel Pereira, que se casou com uma Senhora de Alvites que se chamava Gracia Mendes, dedicaram-se à Agricultura. Da mesma árvore genealógica desta família, é o homem que inventou o ensino de surdos-mudos, que foi um sucesso na Europa. Dois netos deste homem foram importantíssimos, por exemplo, no momento da construção dos caminhos-de-ferro, porque eles foram os maiores homens no campo da Banca, na Europa, em Paris. Foram homens desta família, desta árvore genealógica e que, por exemplo, impediram que se calhar, a invasão francesa passasse em Bragança, porque eles pediram ao Napoleão, de quem eram amigos, para não destruir Bragança e também foram eles que através da Banca de Paris, deram dinheiro para a construção dos caminhos-de-ferro.

Estou a falar de um Património que vos vou... Peço desculpa, peço desculpa, é muito difícil, tenho coisas que tenho imensa pena de não dizer algumas coisas que tinha aqui e que são fundamentais, mas vou-vos dizer, uma frase do Património de que eu gosto: "Os marranchos trepando num cortelho entremunharam-se, deixando a charega ao luzir da boeira que mal se lobregava por causa do sinceno". Isto para mim é Património.

Não tenho mais tempo, pois não?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Infelizmente não, porque a exposição foi extraordinária, sublime e de uma importância, enfim, sem limites. Gostaria de estar aqui uma hora a ouvir o nosso companheiro e historiador *Pedro Beato*, mas não temos tempo. Assim sendo, vou dar a palavra ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, para finalizar, pelo que depois há a intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pontes*, com três minutos, para de seguida darmos lugar à Senhora Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Muito bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Senhora Presidente da Câmara e Vereação, Senhores Deputado Municipais, Senhores elementos do Público e Comunicação Social.

Não estava previsto intervir, pois deixava esse tempo para os Presidentes de Junta, já que este ponto era a eles dedicado, essencialmente. Dado que são 30 Presidentes de Junta e caso todos pedissem a palavra, dava um tempo superior a cinco horas, por isso, eu reservava-lhe o tempo para eles. Uma vez que só se inscreveram alguns e não todos, restam-me uns minutos para aqui fazer um breve balanço das preocupações assinaladas.

Faria duas ou três notas e terminaria, já agora, com uma observação breve sobre estas questões, que o meu colega da Assembleia e colega de Profissão acabou aqui de referir, a respeito do Património.

Começava por uma nota que é o seguinte: Constatamos com as intervenções que os Presidentes da Junta aqui trouxeram, que o Concelho de Mirandela tem um estado deplorável, ainda, de algumas das nossas Freguesias do Concelho, com deficiências e faltas que, no meu entender, são lastimáveis e ainda não foram colmatadas. É um sinal péssimo de que pouco foi feito no meio rural ou de que aquilo que foi feito não é minimamente suficiente. Isto é uma nota que eu queria aqui registar.

Segunda nota: Nota-se uma demora imensa nas respostas da Câmara aos ofícios, não só das Juntas de Freguesia, eu acrescento mesmo, das pessoas e do público de que eu tenho conhecimento, sendo que alguns, nem obtêm resposta. É uma nota que eu interpretei e que queria aqui assinalar.

Uma terceira nota, como conclusão destas duas e um desejo: Era que este tempo que aqui estivemos, durante esta manhã e nas Reuniões que a Câmara já fez com as Juntas de Freguesia, resulte algo de "palpável", isto é, que se traduza pela inclusão no próximo Orçamento de 2019, de muitos dos problemas aqui indicados e levando à sua resolução.

Em relação a duas outras notas que queria aqui salientar: Uma a respeito da intervenção do Senhor Deputado *Rui Sá*, a qual quase subscrevo na totalidade, portanto, não preciso de estar aqui a referir muitos dos aspetos que ele aqui disse.

A terminar, então, uma pequena nota sobre as questões do Património: Não há dúvida que é uma intervenção que talvez noutra tempo e noutra ambiente, digamos assim, a propósito do Património, seria bom falar e seria bom tocar, no entanto, penso que ao meu colega faltou-lhe a ligação, porque há uma certa ligação, ao tema das Freguesias.

Eu defendo que Património é também, o Património Humano, que são as pessoas que contribuíram para que Mirandela e as outras terras, como é lógico, estejam como estejam. Defendo mais, defendo que o Património, esse Património Humano e não só, todos os tipos de Patrimónios que existem, começa nas nossas aldeias.

Acabei ontem de enviar um artigo sobre isso, sobre uma aldeia do Concelho de Bragança, por sinal, onde eu defendo essa tese, que vai sair numa revista científica brevemente, penso que ainda este ano, onde eu mostro o Património das nossas aldeias. Comecei por ali, se calhar farei depois de outras, depende.

Pediram-me um artigo sobre Património, por acaso coincidiu como uma visita que eu tinha feito a essa aldeia e elaborei-o, porque o tempo também não é muito e uma pessoa não ganha nada com isso, ganha o gosto e o voluntariado como foi aqui falado muitas das vezes, que nos permite com gosto, fazer esses trabalhos, contribuindo, pois eu acho que é uma maneira de contribuir, precisamente para a defesa, neste caso, do meio rural, das nossas Freguesias, das nossas aldeias, que muitas das vezes, foi aqui referido, são esquecidas pelo Poder Autárquico, mas também, pelo Poder Central.

Mais não digo, uma vez que o tempo terminou. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Senhor Deputado *Paulo Pontes* faça o favor, tem três minutos para fazer a sua intervenção.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD) disse:** Vou tentar ser o mais breve possível.

Primeiro: Para que não passe em claro, quero fazer uma Proposta a esta Assembleia para ser votada. Todos aqui deram louvores a esta Assembleia, então, acho que não é preciso estar a escrever, proponho que seja votada para obrigatoriamente, seja convocada todos os anos, no tempo, no dia e na hora que acharem conveniente, uma Assembleia exclusiva, tal como foi esta. Toda a gente percebeu?

Então, depois sim, em cada ano, aí já todos têm sustentação e terão todos, para poder fazer balanços e provar-nos o que foi e o que não foi feito. Esta é uma Proposta para ser votada.

Segundo: Revolta- me solenemente, acho que até se vê no meu comportamento e na minha postura, quando aqui se vem acusar “este que fala, aquele que não fala, o que deve falar”. As pessoas, não em idade, mas em tempo de Autárquico ou Político, são quase todas mais novas que eu e esquecem-se que eu já estou, é a segunda vez, que estou na Oposição local, mas nunca me senti coagido nem constrangido por ninguém e a prova disso, eu falo de factos, pode ser feita, e não para elogio meu, atenção, estou apenas a defender a minha honra, que quem é o Presidente de Junta ou quais são os Presidentes de Junta, ao longo de todo este tempo, que sempre falaram numa Assembleia Municipal. Portanto, nunca me senti coagido na Oposição e no Poder, falo, como sempre digo, o que quero, quando quero e como quero.

Fico extremamente revoltado quando se vem a falar aqui à Assembleia Municipal, por isso é que eu me “passo”, desculpem-me o termo, quando vêm aqui falar-se e apontar-se para as pessoas. Eu isso não posso perdoar. Sempre que aqui venham e sempre que aqui vieram falar diretamente para mim, para me dizer ou acusar de alguma coisa, é evidente que eu riposto sempre.

Terceiro: É evidente que no período em que houve eleições, até ao período em que eu tomei Posse, é evidente que eu fiz trabalho, como deverão ter feito todos. Eu falei aqui, há pouco, em 22 ofícios e é evidente que no dia em que tomei Posse, enviei para a Câmara um ofício em que eu fiz o levantamento, que eu achei, levantamento total daquilo que era necessário nas minhas Freguesias. Mais, dizia aquilo que eu assumia como minha responsabilidade, desde que me fossem dados os meios, dizia aquilo que podia ser feito entre a Câmara Municipal e Junta e dizia aquilo que, obras de outra envergadura, que terão ou deveriam ser assumidas pela Câmara Municipal. Portanto, não vim aqui, durante todo este período, falar da Freguesia do Franco, vim aqui falar das Freguesias, é isso que eu vim aqui fazer.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Paulo Pontes*. Em relação ao repto que lançou, eu gostaria de entender como um Recomendação, não como uma Proposta votada. Poderemos, de facto, propor a Recomendação e porquê? Nós sabemos que as Sessões Ordinárias, obrigatórias, têm um número específico, sabemos que as Sessões Extraordinárias ficam demasiado pesadas aos Municípios, são eles que acabam por pagar. Para termos uma noção assim muito aproximada, uma Sessão Extraordinária pode custar cerca de 5 mil euros, mas eu acho que a importância da Proposta requer, de facto, que todos os anos as Freguesias tenham o seu espaço, os seus comentários e os seus desabafos.

Quer que eu siga com a Proposta da Recomendação? Sendo assim...

Faça o favor Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral.

Eu acho, isto é a minha ideia, parto da minha ideologia política, eu acho que esta Reunião é uma Aula Magna da Democracia. Não é por cinco 5 mil euros, que não se irá fazer uma Reunião destas. Peço imensa desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Eu subscrevo-o. Eu referi isso não como um impedimento, apenas como uma consideração a ter em conta, como imaginam, porque é uma preocupação minha e de todos, naturalmente, mas concordo consigo. A Sessão é tão importante que não será esse o impedimento.

Assim sendo, permite que coloque a votação?

Ninguém coloca obstáculos na votação da Recomendação? Não.

Sendo assim, quem vota a favor da Recomendação? Quem se abstém? Quem vota contra?

Portanto, a Recomendação está aprovada, por unanimidade, e naturalmente que para o ano iremos estar aqui todos e já com outra experiência, com outra participação e com o convite ao público, porque os senhores deviam trazer das vossas Freguesias o público, hoje é sábado, para conseguirmos enriquecer esta Aula Magna, que é tão importante. Muito obrigado.

Assim sendo, agora por fim, vamos dar a palavra à Senhora Presidente da Câmara para ela responder às questões que aqui foram formuladas.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, caros colegas Vereadores, caros Senhores Deputados Municipais, Mirandenses aqui presentes, Comunicação Social.

Antes de mais, quero dar os parabéns por esta Lição de Democracia, uma vez que me parece imprescindível reunirmos anualmente, sob a temática das Freguesias. Julgo que esta Proposta e esta Recomendação é acima de tudo uma Recomendação para o bem do concelho. Penso que as Freguesias têm de ter, como têm normalmente em todas as Assembleias, um foco nos principais problemas das Freguesias, sendo que nós, Executivo, estaremos cá para vos ouvir e responder.

Gostaria de começar por fazer um apelo ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que hoje houve 20 intervenções, o que torna manifestamente longa a minha resposta. Assim, até por uma questão de tempo, julgo que deveria existir depois de algumas intervenções, em número a fixar, a resposta, pois poderão ficar perguntas por responder, sendo manifestamente impossível estar tanto tempo a responder às questões. Ir tomando nota de todas as reivindicações que temos, de facto 20 intervenções e tanta matéria a tratar, leva a que eu tenha que dizer rápido o muito que há para dizer.

Este tema foi falado, conversado e discutido numa Reunião convocada pelo Executivo, nesta semana, com os Senhores Presidentes de Junta. Na Reunião que tivemos, houve uma grande discussão relativamente a estes problemas e julgo que esta Reunião teve o mérito de promover esta discussão, porque no passado houve ausência de Políticas de Descentralização, de Acordos de Execução, de contratos entre o Executivo e as Freguesias. Portanto, o mérito de avançarmos com esta discussão, com o debate entre os Presidentes e o Executivo das Juntas de Freguesia e do Executivo Municipal é um grande passo para fazermos este desafio, que é a Delegação de Competências.

Existe aqui uma separação clara, entre Delegação de Competências e Transferência de Competências.

A Delegação de Competências está regulamentada por uma Lei - Lei n.º 75/2013, portanto, esta Delegação de Competências já poderia ter acontecido, como aconteceu em outros Municípios aqui bem perto do nosso Distrito e por todo o País. Esta Delegação de Competências origina um Contrato Interadministrativo, um Acordo de Execução e poderia ter sido realizada já há, pelo menos, cinco anos.

Relativamente à Transferência de Competências, foi publicada uma Lei - Lei n.º 50/2018, é uma Lei atual e deste ano, mas por não ter Diplomas Regulamentares de todas as matérias, ainda não temos Autos de Transferência capazes, não estando ainda regulamentada. Assim, tudo aquilo que pudermos realizar, executar e “colocar no papel” será ao abrigo da Delegação de Competências da Lei n.º 75/2013.

Gostei de ouvir falar os Senhores Presidentes de Junta, essencialmente em alguns aspetos do setor social, setor solidário, o grande problema que temos em todo o nosso concelho dos idosos que vivem isolados, mas queria abordar um assunto, uma vez que não se falou muito nisso. Refiro-me ao Conselho Cinegético Municipal da caça, da pesca desportiva, das praias fluviais que é uma das nossas intenções, do Complexo do Cachão, a Requalificação do Cachão e da Estratégia que temos para o Complexo do Cachão.

O Plano Municipal do Regadio é uma realidade, a qual estamos a tratar e a realizar. Neste momento temos duas grandes infraestruturas: a de Contins e a do Navalho que estão em fase de estudo prévio. A de Contins está mais adiantada, mas no Navalho estamos a criar a Junta de Agricultores. Por muito que vocês possam falar na gestão das Juntas de Freguesia, realmente somos um concelho agrícola e que temos de aprender a escoar os nossos produtos e todas as estratégias que possamos ter de ganhar escala, conseguir que os nossos Agricultores vendam a marca “Mirandela”, sendo esta uma estratégia que temos em mente.

Começo a dar resposta a algumas questões que foram colocadas.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta *Eurico Carrapatoso*, que falou na “voz aos Senhores Presidentes de Junta”, acho que é fundamental, os Senhores Presidentes de Junta terem “voz”, sem dúvida. Falou também numa série de Compromissos Eleitorais que quer as nossas listas, quer a lista do Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, tem em relação à Junta de Freguesia de Alvites.

Como ele próprio disse, que “fazer tudo é impossível”, destaco aqui duas situações: Por um lado, a acessibilidade entre Vale de Lagoa e Alvites, sendo uma estrada que está no nosso programa. É uma estrada Municipal e por isso, a Infraestruturas de Portugal não pode fazer obras de qualificação. Quem tem a obrigação de as fazer é o Município, à semelhança do que aconteceu com a estrada do Navalho, que é Orçamento Municipal na sua integridade, ou seja, 100% financiada com capitais Municipais, o que rondará um investimento acima dos 300 mil euros, portanto, esta estrada entre Vale de Lagoa e Alvites está, como outras, no nosso Plano. Particularmente nas Múrias, mas falarei à medida que for respondendo aos nossos Presidentes de Junta.

Quanto às questões relacionadas com a prática de ginástica e de hidroginástica, houve ainda há bem pouco tempo, uma questão a todos os Senhores Presidentes de Junta, relativamente ao transporte dos mais idosos e dos mais pequenos para aulas de hidroginástica. Já existe um planeamento para que todas as Juntas de Freguesia possam ter todos os seus idosos a praticar hidroginástica na nossa piscina, ao contrário do que acontecia no passado, pois só algumas Freguesias usufruíam deste transporte.

Fazer tudo é impossível, obviamente, temos que estabelecer prioridades, como disse o Senhor Presidente da Junta.

Relativamente ao que foi referido sobre os três postes elétricos, como sabem, têm que ser solicitados à EDP, pois não somos nós que colocamos os postes elétricos, mas de qualquer forma, essa situação ficou anotada. Quanto aos caixotes do lixo, é da

competência da Resíduos do Nordeste, têm que ser solicitados, aliás, a Resíduos do Nordeste adquiriu recentemente muitos caixotes do lixo, estando a substituir caixotes do lixo danificados, por todo o concelho e também na cidade.

Para introduzir este tema, quero-vos dizer que o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, obviamente que não é uma equipa perfeita, mas tem feito um grande esforço para responder a todas as necessidades. Relembro que não existia uma organização formal do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia na Câmara Municipal, portanto, este Gabinete de Apoio, deve agilizar, mas ainda nem tudo está a funcionar como deve ser. O nosso compromisso é ter maior agilidade nas respostas e acima de tudo ter compromissos sólidos e que possamos implementar.

Há cerca de uma semana o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia visitou Alvites e Vale de Lagoa, com a Arquitecta *Adelaide Carpinteiro* dos Serviços Técnicos e o Arqueólogo *Isidro Gomes*. Na Sede da Junta de Freguesia, o edifício é da Segurança Social, pelo que não podemos assegurar a sua manutenção enquanto não for afeto à Junta de Freguesia. Relativamente à Escola Primária, um Engenheiro Civil vai verificar o local, mas de facto, a Escola Primária de Alvites está numa situação de muita degradação e tem que ter obras de fundo. Na Capela de Vale de Lagoa, como diz o nosso Arqueólogo, foi efetuado uma espécie de atentado ao edificado e ao seu interior. A Arquitectura vai realizar um pequeno projeto para aproveitar o que sobrou, de uma iniciativa que não foi acautelada, do interior da Capela, portanto, aquilo que restou da Capela antiga vai ser aproveitado para o altar.

Relativamente ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, referiu que “os meios são escassos, mas sobretudo, porque tem havido uma enorme falta de vontade política”. Eu concordo. O facto de falamos em “vontade política”, eu não me refiro se quer aos Senhores Presidentes de Junta, também tem que partir deles a vontade política de incentivar os Executivos a fazer essas obras, execuções e até mesmo os contratos que se reclamam e muito bem.

Estou muito feliz, porque este tema nunca foi abordado de forma rigorosa e de forma tão transparente nos anos em que estive na Oposição, pois não existia esta à vontade para reclamar, exigir e confrontar. Havia somente um ou dois Presidentes de Junta que reclamavam as suas reivindicações, perante o Poder Político, mas nunca houve justiça e equidade orçamental entre os Mirandenses do mundo rural e da cidade, como disse o Senhor Presidente *Paulo Pontes*.

Para mim, na última Reunião com os Senhores Presidentes de Junta houve várias conclusões. Uma delas é que vai existir uma identificação de todos os caminhos rurais e agrícolas que o Presidente da Junta têm como prioritários para execução, de modo a nós termos um diagnóstico fiável e rigoroso, com base nos sistemas de informação geográfica do que está por fazer. Assim, poderemos saber o que foi feito, quando foi feito e o que falta fazer. Após realizar este diagnóstico, vamos reunir individualmente com cada Junta de Freguesia, para avaliar as situações, porque tem de existir um critério de avaliação das verbas, para posteriormente chegarmos a um consenso da verba a atribuir a cada Junta de Freguesia.

A Reunião também se centrou muito na equidade entre os Senhores Presidentes de Junta. Como vocês sabem, a cada Junta de Freguesia é atribuído um valor do Estado, umas têm maiores valores e outras menos, portanto, teremos que chegar a um acordo relativamente a um valor, com base numa fórmula, mediante as competências que vão ser transferidas.

Compreendo a indignação perante a situação do Santuário e de todas as Igrejas de Mirandela, mas temos que saber separar as situações, ou seja, saber que o dinheiro não “estica”, não é “elástico” como deveria ser. Temos que priorizar e dar atenção a todas as situações, porque temos um Património Religioso muito valioso, mas que ao longo dos anos tem-se degradado de uma forma gravosa. O Património Religioso está, praticamente, sob a dependência do Município, sendo o Município que tem de investir no Património Religioso. São ações que são particularmente dispendiosas, qualquer altar ou qualquer peça que está colocada numa Igreja ou numa Capela tem uma restauração muito cara e para se fazerem as coisas, temos que as fazer bem-feitas, particularmente para tratar deste Património.

Recentemente em Golfeiras houve o tratamento do altar, fizemos um conjunto de melhorias do altar, onde a Câmara deu metade do apoio e a comunidade acabou também por reunir verbas para ajudar.

Todos os critérios que falou: área total, áreas dos caminhos rurais, número de eleitores, distância da Freguesia, em relação a este assunto, neste momento, não vamos “inventar” nada, há muitos Municípios que já têm este processo a funcionar há muitos anos, por isso, temos andado a estudar situações de outros Municípios que já têm estes contratos com as Juntas de Freguesia há muitos anos. Existem fórmulas generosas para as Juntas de Freguesia, portanto, partiremos de uma base, temos que fazer um diagnóstico, pois sem um diagnóstico real e rigoroso do que existe não conseguimos fazer a distribuição das verbas equitativas a atribuir.

Relativamente à Junta de Freguesia do Franco, penso que já respondi a tudo. Tivemos a atribuição de uma verba para uma intervenção, no valor de 2.550,00€, relacionada com bancos e mesas espalhadas pela Freguesia que estavam em mau-estado. Com esta verba conseguimos colmatar essa dificuldade e, assim, vamos conseguindo fazer estas pequenas intervenções.

Quanto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho, *Carlos Pires*, dizer que realmente a estrada entre Vilar de Ouro e São Pedro Velho merece ser intervencionada. É uma das estradas presentes no nosso Plano que temos para executar, não poderemos executar tudo durante o ano de 2019, mas certamente que nos próximos dois anos, contamos executar o maior número de estradas possíveis, mediante os Orçamentos de cada uma.

A Feira do Morango é uma marca da Freguesia de São Pedro Velho e este ano correu bastante bem. Sei que tem sido um Presidente de Junta atento às necessidades, tendo também a hidroginástica. O Município, naquilo que está a decorrer, tem colaborado e apoiado as iniciativas desta Junta de Freguesia.

Em relação ao Senhor Presidente de Junta de Carvalhais, *Nelson Teixeira*, referiu que “180 dias após a instalação deste Executivo, já era tardio”. Eu concordo com aquilo que disse, mas ao longo de tantos anos, nunca houve nenhum esboço de contrato, pelo menos nestes moldes que foram criados, nunca houve Contratos de Delegação de Competências e 180 dias parece-me um prazo manifestamente reduzido para este Executivo. Para além de todas as outras questões que estão ligadas ao Orçamento, que teve de ser feito no fim do ano de 2017 e para além de todas as questões financeiras que temos, 180 dias parece-me um período reduzido, dado o período longo que existiu no passado para esta concretização.

No que diz respeito aos apoios financeiros, o Município de Mirandela está a pagar 47.500,00€ de uma dívida da Freguesia de Carvalhais, que já vinha para ser paga relativamente à Sede da Junta de Freguesia de Carvalhais. Naturalmente que queremos cumprir os nossos compromissos, daí estarmos a fazer este apoio.

Relativamente à Senhora Presidente de Junta de Múrias, *Cláudia Afonso*, dizer-lhe que nós conhecemos as dificuldades, as aldeias desta Freguesia estavam completamente abandonadas, algumas sem saneamento básico, escassez de água e com maus acessos, por isso, é um trabalho hercúleo, fazer o que tem por fazer.

Como sabe, a Junta de Freguesia de Múrias tinha uma penhora, conseguindo o Município e a Junta pagar metade do valor que havia para pagar durante os próximos três anos, estando nós a suportar em conjunto com a Junta de Freguesia, o valor de vido a uma obra numa estrada. Conseguiu-se resolver, sei que vai penalizar muito o Orçamento da Junta, mas conseguimos para já, que existisse um levantamento dessa penhora.

Relativamente ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu, *Bernardino Pereira*, na sua intervenção pediu “uma rua de acesso ao Romeu”. Não tínhamos conhecimento desta situação, por isso, terá de a identificar quando for convocado para a identificação com a Dr.ª *Maria Gouveia* na Proteção Civil. De qualquer forma, aquilo que lhe queria dizer, como sabe, pode ter esta estrada para fazer, mas também tem muitas por pagar, não na qualidade de Presidente de Junta, mas em outra qualidade, também tem muitas dívidas das Juntas por pagar à empresa.

O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, *António André Geraldo*, referiu o “porta-a-porta”. Muito me orgulha ter feito o porta-a-porta em todo o concelho. Fiquei a conhecer cada esquina, cada rua, cada paralelo do nosso concelho e das Freguesias, portanto, não tenho vergonha nenhuma de ter andado de porta-a-porta e faria tudo outra vez.

O Senhor Presidente pediu 600 metros quadrados de paralelo, existem algumas dúvidas se o caminho é público ou privado, sendo que teremos de avaliar esta situação.

Quanto às estradas Municipais, este ano foi um ano em particular, houve uma limpeza em fevereiro, mas nós não conseguimos ter as máquinas e as pessoas ao mesmo tempo e em todo lado, sendo esta uma das situações que discutimos na Reunião com as Juntas de Freguesia. É humanamente impossível para os nossos colaboradores, a nossa maquinaria é muito antiga e muito velha, temos máquinas com mais de 40 anos e nunca houve uma preocupação do Município em comprar novos equipamentos, o que limita muito a nossa ação. Contamos que para o próximo ano tenhamos disponibilidade financeira para poder adquirir novas maquinarias de limpeza e de ação nas Juntas de Freguesia. No entanto, posso-vos assegurar que durante as últimas décadas nunca houve a preocupação com a segurança dos colaboradores, que andam em situações indignas e inseguras para a vida deles.

Tenho a noção de que não conseguimos fazer milagres, mas estamos a tentar reunir verbas disponíveis para aquilo que é prioritário, como a segurança dos colaboradores. Temos uma Técnica de Higiene e Segurança no Trabalho que nos está a acompanhar nas obras e também em relação ao equipamento/fardamento dos nossos operacionais. Temos que assegurar que estejam a trabalhar em segurança e isso nunca foi uma preocupação da Câmara Municipal. Este é um investimento que tem de ser feito, pois a saúde e a segurança dos nossos colaboradores é fundamental e é uma obrigação de todos.

Em relação ao fresado, muitas situações têm sido colocadas em causa. A nossa estratégia foi juntar todo o fresado, juntamos no aeródromo 140 banheiras, correspondente a 25 toneladas e mediante as necessidades de cada Freguesia, foram transportadas cargas, a custo da Junta de Freguesia, para o seu território.

Relativamente ao nosso Presidente da Junta de Mirandela, *Vítor Correia*, dizer-lhe que existiu um *feedback* em relação às questões colocadas. Em relação à Ciclovía, como disse e bem, era um projeto que já vinha do passado. Quando conhecemos o projeto, achamos que não existia acesso aos comerciantes e moradores, porque a ciclovía estava entra a rodovia e os passeios, sendo que os comerciantes poderiam ficar prejudicados. Julgo que será possível chegarmos a um consenso com a PSP, para que haja fases de trânsito diferentes para ciclistas, não provocando situações de fragilidade económica a todo o comércio que existe naquela zona.

Em tudo aquilo eu que disse, até agora, penso que o Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, *Paulo Pontes*, obteve algumas respostas.

Em relação ao desafio da transferência de uma verba, não vou adiantar nada, porque será conversado com os Senhores Presidentes de Junta individualmente. Temos que apresentar uma Proposta de Orçamento Municipal até 31 de outubro, portanto, os próximos dias serão dias de muito trabalho, quer para os nossos Serviços de Contabilidade, quer para os Sistemas de Informação Geográfica, que irão realizar esse trabalho Junto dos Senhores Presidentes de Junta.

Relativamente às intervenções, julgo que não se pode “obrigar” ninguém a intervir, as pessoas são livres de falar quando querem, quando têm essa oportunidade e queles que não querem falar, não têm obrigatoriamente que o fazer. Esta permanente pressão para as pessoas falarem, julgo que não seja a atitude mais correta.

Quanto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguiéiras, *Manuel Fontes*, é claro que quem está aqui presente pela primeira vez, tem mais dificuldades não só em conhecer os problemas reais, como dizer aquilo que é prioritário, por isso é normal que cada um se inscreva para intervir quando quer. É isso que quero dizer ao Senhor Deputado *Rui Sá*, que cada um vota como quer, inscreve-se quando quer e não temos que nos escudar, como disse, atrás de uma mesa, eu não me escudo atrás de nenhuma mesa.

Julgo que os Senhores Presidentes de Junta têm toda a liberdade para fazer o que querem e como querem. Nem sequer merece comentário, porque é uma posição muito residual em relação à política.

Relativamente à Reorganização Administrativa de 2013, também não concordei com algumas situações, até por uma questão de proximidade territorial. Temos o caso das Lamas de Orelhão, onde a Fonte da Urze, não tem determinados acessos e o caso de Cedães que tem os acessos às Freguesias por outros locais. Deveria ter-se tido em conta outro tipo de análise, mas é o que temos, por isso, é assim que temos de trabalhar.

“O discurso valioso das pessoas em primeiro”, todos concordam com isso.

Relativamente à questão: “Unidade de Saúde para quê?”. Esta Unidade Móvel será para ficar mais perto das populações. É óbvio que a Unidade de Saúde não vai ser a resolução de todos os problemas de saúde das nossas populações, mas vai fazer os diagnósticos das situações. Poderemos ter outros projetos, nomeadamente na saúde oral, que está relacionada com a deteção das nossas populações. Há várias situações que têm uma série de implicações, por exemplo na mastigação, entre outros, por isso, é prioritário termos uma intervenção que o Estado não tem.

“Transporte de doentes oncológicos para o Porto”, concordo. Temos feito o transporte de doentes, quando vêm cá viaturas de rastreio e têm um diagnóstico para deslocação ao Porto, nós asseguramos esse transporte, mas de facto não temos um levantamento dos doentes oncológicos, para fazer um protocolo, de modo a podermos prestar esse serviço.

Em relação ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, *Luís Esteves*, não acho que tenha falta de experiência de palco, antes pelo contrário, esteve muito bem. Abordou um aspeto muito importante que é o transporte escolar. Aquilo que está regulamentado é que nenhum aluno pode demorar mais que 50 minutos em cada viagem até aceder à escola. Estamos a promover, juntamente com o Agrupamento de Escolas, o cumprimento destes tempos. É difícil “cobrir” o concelho todo pelas distâncias que tem e fez-se um grande esforço para que isso fosse uma realidade, mas julgo que quer o Senhor Vereador do Desporto, quer o Agrupamento terão atenção a esta situação e de que forma se poderá melhorar.

“O sucesso deste Executivo é o nosso sucesso”, concordo. O vosso sucesso também é o nosso sucesso, portanto, isto é mútuo.

Em relação ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, discordo completamente daquilo que disse.

Relativamente à frase: “Tomar a palavra é tomar o Poder e devem tomar a palavra”, dizer que é uma frase arrogante e julgo que não é real, sequer. Não acho que seja a palavra que dá o Poder, depende da palavra e do tipo de Poder, que julga ser o Poder. Acho que o Poder que é essencialmente exercido junto das pessoas, não é exercido de uma forma vulgar, aqui na Assembleia Municipal, porque os nossos Presidentes de Junta têm é que falar com as pessoas, não é as intervenções que fazem aqui na Assembleia que vão fazer deles bons Presidentes de Junta ou maus Presidentes de Junta. Pelo contrário, o que acontece é que a proximidade com as pessoas, a proximidade com os problemas das pessoas e a resolução desses problemas é aí que está o Poder e é aí que está a decisão dos Senhores Presidentes de Junta.

Relativamente à Descentralização, “raramente se discute”, não é verdade. A Passagem de Competências tem sido alargadamente discutida pela ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, que é o órgão representante das Juntas de Freguesia. Temos pessoas que estão na ANAFRE e sei que este órgão está a acompanhar esta Descentralização das Competências.

Relativamente aos idosos e à saúde, este ano e até agora, distribuímos 196 Cartões de Saúde com 37 mil euros em medicamentos. Temos um Projeto a implementar - “Dignidade”, que é um projeto em associação com a Dignidade e as Farmácias aderentes. Posso dizer-vos que uma das Farmácias com mais atividade, neste âmbito, é da Torre de Dona Chama, portanto, o mundo rural está a ter muita preponderância nestes Cartões de Saúde.

“Um tratado de Transparência”, sim, claro. “A retoma da reorganização territorial das Juntas de Freguesia de Mirandela”, julgo que não nos devemos antecipar à resolução sob a reorganização territorial das Juntas de Freguesia. Devemos, sim, acompanhar e posteriormente com os Senhores Presidentes de Junta e com a Assembleia Municipal, avaliar esta nova reorganização territorial, apesar de eu não considerar ser positivo andar, periodicamente, a mudar a organização territorial, até porque já há maior ou menor afinidade com as aldeias que entretanto ficaram anexas. Esta reorganização territorial tem de ser muito bem pensada e agilizada, por isso, não é uma decisão unilateral do Executivo.

Em relação ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, concordo inteiramente com a elevação das intervenções. O Código dos Contratos Públicos tem sido uma ferramenta que nós temos implementado e assim, deixamos de ter os subsídios que chegam regularmente à Câmara para atribuir às Juntas de Freguesia, passando a ter uma atribuição de verbas anual que será monitorizada pelos Serviços da Câmara, mas será também uma responsabilidade dos Senhores Presidentes de Junta a execução dos trabalhos com as verbas atribuídas. Assim, maior verba, maior responsabilidade dos Senhores Presidentes de Junta e também a priorização das intervenções tem que ser feita por eles junto dos seus Fregueses.

Concordo com o Senhor Deputado *António Figueiredo* quando disse que os Presidentes de Junta nos deram uma lição, é verdade. Da minha parte, tenho tido sempre o cuidado e a obrigação em ter o mesmo discurso: calmo e correto com todos.

Hoje foi uma das Assembleia que me satisfez particularmente, pela qualidade das intervenções, pela forma cordial como foram feitas e até pela especificidade dos temas que foram abordados. Isto é política.

Em relação à “hipocrisia da classe política”, sabemos que existe uma separação entre os políticos e os cidadãos, ou seja, há um afastamento gradual do interesse que os cidadãos têm pela política e isso está relacionado com variados motivos, há muitos estudos sobre isso e nesse aspeto, concordo com algumas palavras que disse.

Relativamente à Regionalização, houve uma ligeira contradição, porque o Senhor Deputado falou em *António Guterres* e realmente foi o *António Guterres* que lutou pela Regionalização e até fez um Referendo sobre a Regionalização.

“Haja vontade e coragem política para o fazer”, a Regionalização foi um processo que não correu bem a Portugal e nós é que ficamos a perder.

Em relação ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer-lhe que o Poder Local tem um papel fundamental na construção da Democracia. Tudo aquilo que referiu sobre a posição da CDU na Política Nacional é o que todos conhecemos e aquilo que tem vindo a público sobre estas situações.

Esta Delegação de Competências vai ser uma realidade, contamos com todos para que em Mirandela, no nosso caso particular, possamos fazer uma Descentralização, uma Delegação de Competências, que não é ainda uma Transferência de Competências, porque ainda não a podemos fazer, mas será uma realidade com a vossa colaboração.

Relativamente ao Senhor Deputado *Pedro Beato*, falando do Património Cultural, dizer-lhe que é importante esta sabedoria dentro da questão do Património Cultural e Religioso que nós temos e as unidades que referiu. Como sabe, nunca houve no Município uma estratégia para o Património no Concelho de Mirandela, articulada com uma estratégia para o Turismo. O Turismo Religioso e o Turismo Cultural é fundamental e nós sabemos, por experiências de outras localidades e Municípios, que

a História e as Lendas são muito atrativas para os nossos turistas. Temos ainda muito por fazer, temos muitas Igrejas fechadas, até por questões de segurança, mas temos que criar um circuito/rota de forma a conseguirmos manter a segurança e a acessibilidade aos nossos turistas.

É um desafio muito grande aliar a História, a Cultura e as Tradições ao nosso Turismo. É previsível que a Mobilidade do Tua venha a ser uma realidade, portanto, temos de agir rápido e deter de um Plano estratégico, que está a ser preparado pelos Serviços, sob a tutela da Vereadora *Vera Preto*, mas tem que existir uma aposta forte na nossa História. Todos sabem, por exemplo, que os Távoras têm uma história dramática, mas uma história que “vende” e é nesse Plano Turístico e nesse sentido de Marketing que temos de pensar seriamente, pois Mirandela é um “diamante ainda em bruto” e há muito a fazer neste aspeto do Património Cultural e Religioso.

Em relação ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, agradecer a sua intervenção, de facto, nem tudo está a 100% nas respostas. Nas reclamações temos tido um avanço significativo, uma vez que temos uma Plataforma “Mirandela Atenta”, onde chegamos todas as reclamações e em que temos incluído as reclamações rececionadas via *e-mail* ou por telefone. Existe esta Plataforma, que já existia no anterior Executivo e temos conseguido reduzir bastante o prazo de resposta às reclamações que rececionamos, sendo menor que 30 dias, relativamente ao que era no passado.

Quanto ao Senhor Presidente *Paulo Pontes* dizer-lhe que já fizemos a Reunião com o Senhor Presidente da Câmara de Murça, onde foi abordada a questão de criarmos um projeto entre os dois Municípios, pois temos um Património muito valioso, principalmente do nosso lado. É um projeto conjunto, onde seremos auxiliados por alguma consultoria, para se realizar uma charca de abastecimento água e juntamente com um projeto intermunicipal, conseguirmos verbas para esta execução. Julgo não ser um projeto muito caro, portanto, penso que seria uma realidade que valorizaria muito toda a fronteira entre o Conselho de Mirandela e Murça, bem como as populações do Franco e Vila Boa.

Julgo que respondi a todos, Senhor Presidente.

Quero agradecer a todos e estou disponível para dar respostas, caso queiram colocar mais questões. Muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Muito obrigado Senhora Presidente.

Apesar da Senhora Presidente ter aberto esta questão, a Mesa entende, e com a vossa compreensão, que o objetivo foi atingido.

Os Senhores Presidentes de Junta que eram as partes mais importantes, já falaram e nós vamos mesmo terminar por aqui, com a vossa compreensão, espero.

Sei que há sempre vontade de perguntar e questionar, mas o objetivo deste debate alargado era outro, por conseguinte, acatem a decisão da Mesa, por favor.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Senhores Deputados, agradecia que regressassem aos vossos lugares para fazermos a contagem e verificarmos se já temos quórum na sala, por favor.

Muito boa tarde, queiram sentar-se por favor.

Já temos quórum, embora um pouco distantes da totalidade, estamos com 40 Deputados na sala e como o tempo urge, nós vamos dar então início a esta segunda parte e que tem como ordem de trabalho a Discussão e Apreciação alargada, do relatório de procedimentos acordados - Deloitte.

1.2 Discussão e Apreciação alargada, do relatório de procedimentos acordados - Deloitte.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Boa tarde a todos. Faço votos para termos uma tarde esclarecedora sobre este assunto e que de facto traga a todos nós o esclarecimento de uma série de dúvidas que ainda persistem sobre este assunto, mas começava, para iniciar, por pedir ao promotor ou “àquele que deu o rosto” pelo requerimento desta Assembleia Extraordinária, ao Deputado *Paulo Pinto*, para nos dizer brevemente qual a pretensão, qual o objetivo, qual o caminho a seguir para este debate alargado por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:** Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Público Presente, Comunicação Social.

O que norteou a bancada do PSD em realizar a proposta da realização desta Assembleia Extraordinária para discutir a Auditoria da Deloitte, foi no sentido de, tratando-se de um documento da importância que teve, que funcionou como joguete político durante quase um ano, porque ainda hoje estamos aqui a discuti-lo, onde estava o bom nome, o caráter e a honestidade política de alguns dirigentes do anterior Executivo. Porque foram postas em causa políticas sufragadas pelo povo. Considerando que, neste tipo de problemas os meios têm que ser idênticos, de defesa, nós partimos no sentido de propor a esta Assembleia, uma discussão extraordinária sobre a Auditoria, até porque a democracia não pode subjugar as minorias. Não existe para que alguém suspenda os direitos de uma parte da população, e foi neste sentido que aqui hoje estamos, e estamos com toda a democraticidade, no sentido de encerrar de uma vez por todas um documento que nos suspendeu, a nós oposição e também de certa maneira, o exercício da Câmara Municipal, neste primeiro mandato.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Muito obrigado Deputado *Paulo Pinto*. Explicadas as razões e fundamentadas, vamos então e para entrar diretamente na discussão deste ponto, abrir as inscrições daqueles que queiram intervir sobre o assunto.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse:** Se a Assembleia não se importar, eu utilizava a mesma metodologia e ia pedir por setores e bancadas para ser mais fácil registarmos todos os nomes.

Bancada do Partido Socialista, por favor.

Bancada da CDU.

Bancada do Partido Social Democrata. Dado o número eu peço só a confirmação da bancada do PSD, *Jorge Pires, Paulo Pinto, Dinis Veiga, Luís Pereira, Carlos Ventura e António Figueiredo*, correto? Muito obrigado.

Bancada do CDS. Muito obrigado *Virgílio Tavares*.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito bem. Vamos dar então início à abertura da discussão. Passo a chamar o Senhor Deputado *Jorge Pires* por favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Pires* (PSD) disse:** Senhor Presidente...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse:**

Pedia desculpa ao Senhor Deputado *Jorge Pires*, agradeço a chamada de atenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, para facilitar as inscrições pedi por bancadas, sem querer não foi mencionado os dois Deputados eleitos como Presidentes de Junta por outras forças políticas que são independentes.

Há alguma inscrição da vossa parte? Muito obrigado e agradeço ao Senhor Deputado *António Figueiredo* o alerta à Mesa.

Peço as minhas desculpas pela interrupção.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Pires* (PSD) disse:** Senhor Presidente, antes de começar a contagem do meu tempo para este tema, eu pedia-lhe apenas 30 segundos para fazer uma correção que faço questão de fazê-la. Ontem quando me indignei por declarações proferidas aqui pelo Deputado *Agostinho Beça*, eu quero fazer uma correção, em determinada altura da minha introdução ou discussão sobre o problema, eu disse que não conhecia, nem ele me conhecia a mim, ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, quero corrigi-lo eu conhecia-o e ele conhecia-me. Conhecíamos-nos simplesmente ao nível do Ministério da Agricultura num processo em que eu fui chamado como testemunha e quem estava com esse processo era o Senhor Deputado *Agostinho Beça* que lhe devo dizer e tenho que o reconhecer publicamente, tomou a atitude correta relativamente ao encerramento desse processo. Muito obrigado.

Bom, este tema eu tenho dez minutos para falar sobre ele, é um tema de uma dimensão muito grande, tecnicamente muito complexo e realmente o tempo... Eu peço desculpa apresento os cumprimentos a todos os presentes... É muito difícil em dez minutos nós conseguirmos debater este tema.

Sobre o relatório, começarei por dizer aquilo que o povo, uma frase que muitas vezes o povo usa que é a "montanha pariu um rato", porque, efetivamente, depois de ler atentamente este relatório, são aqui produzidas afirmações que não são corretas. É um relatório que nos custou, ao Executivo 44.000,00€, salvo erro, mais IVA, portanto quase mais 10.000,00€, e o que nós conseguimos obter dele é praticamente zero. Mais, eu afirmo e não tenho medo nenhum de o afirmar que este relatório nem tão pouco deveria ser aceite, e explicarei porquê. Eu já na intervenção que fiz, numa Assembleia passada sobre esta matéria, afinal aquilo que foi chamado um relatório de auditoria, acabou por ser um relatório de procedimentos, e toda a gente sabe, quem está relacionado com estas matérias, como auditoria é uma coisa, tem uma validade, tem uma força, o relatório de procedimentos é outra.

Depois fiz a pergunta e não obtive resposta, porque é que, um relatório destes que é feito com dinheiros públicos, é considerado confidencial. Ultrapassou-se o problema é certo mas deixa-nos no ar muitas suposições e, por último, eu não consigo perceber como é que uma empresa de auditores, que se chama Deloitte, que tem nome no mercado, afirma por mais que uma vez, que não é, nem pode ser pedida responsabilidade por este relatório, então se não pode ser pedida responsabilidade por este relatório ao seu autor, isto não é nada, é um papel que foi feito que não tem qualquer valia.

Bom, mas vamos considerar, dado que a empresa é uma empresa conceituada a nível nacional, sim Senhor, que o vamos aceitar e importa realçar um ponto muito importante que este relatório nos trouxe à baila que é o problema da dívida oculta. Bem e é aqui que se gera toda a discussão - dívida oculta. Mas existe efetivamente dívida oculta? Eu acho que não. Porque eu posso considerar dívida oculta quando eu não explicito quais são os encargos, as faturas, os compromissos são tomados sem o respetivo cabimento ou registos contabilísticos, ou sem respeito pelas normas legais, como exemplo as do POCAL, ou Lei dos Compromissos ou dos pagamentos de dívidas públicas. Não há, efetivamente, nenhum destes casos que a auditoria no leve, portanto para mim não há, efetivamente, dívida oculta.

O que é que se pretende efetivamente com um relatório destes, então? Eu disse-o da última vez que, certamente, o Executivo queria ter a certeza de onde partia, queria ter a certeza com o que ia contar, face à dimensão enorme e às grandes responsabilidades que lhe seriam cometidas pela gestão da Câmara de Mirandela e sendo assim têm pleno direito, ou outra hipótese que eu pus, e sendo assim, perdão, ou outra questão é obter um documento que lhe permitisse denegrir o Executivo anterior. Bom, é uma tradição muito portuguesa, infelizmente, que é nós agarrarmos no que está antes e tentarmos dizer que está tudo mal e agora é que vamos ser bons. Das situações mencionadas neste relatório conforme disse, nenhuma configura a dívida oculta, que possa de alguma maneira condicionar a gestão futura, que é o que está aqui em questão - é a gestão futura. Pena é, como vou dizer, não possamos mostrar a toda a gente pela falta de tempo aquilo que eu estou a afirmar de não haver aqui dívida oculta. Aliás, se nós olharmos para este relatório, está resumido no quadro da página oito, aquilo que é considerada a tal dívida oculta.

Bom, eu irei tentar, muito rapidamente dada a limitação de tempo, frisar alguns aspetos, que foram considerados como dívida...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães* disse:** Peço desculpa Senhor Deputado, não clarificamos, além dos dez minutos, tem mais cinco que pode usar.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Pires* (PSD) disse:** Eu então tentarei introduzir neste resumo que fiz aqui algumas questões para ficar mais claro aquilo que eu estou a afirmar. Vamos começar por afirmar aqui uma coisa. As provisões ou a falta delas não constituem dívida. Cuidado, é bom que tecnicamente isto seja dito, eu não posso considerar uma provisão ou a falta da provisão, uma dívida. Bom, vamos, então, falar aqui sobre alguns temas concretos: garantias e cauções, estamos a

falar de 786.000,00€ é muito dinheiro, mas temos de considerar também, que quando a Câmara dá uma garantia a alguém, também recebe garantias dos seus fornecedores, e quando muito, poder-se-á fazer aqui um balanço e considerar a diferença, nunca 786.000,00€.

Outra questão que está aqui abordada é o Fundo de Apoio Municipal. Como sabem, este fundo é obrigatório, criado pelo governo e consignado no próprio orçamento. Estas verbas aparecem-nos ou são relacionadas a um fundo, do qual o Governo também participa e são dadas às Câmaras através do FFF, e de imediato esta verba é transferida para o Fundo. Curiosamente, se por acaso houver dissolução desse fundo, curiosamente isto é um ativo da Câmara, porque lhe é devolvido de imediato as verbas que estão no Fundo, ao contrário do que se está aqui a afirmar e estamos a considerar 560.000,00€. Depois outra rúbrica: Estado e Outros Entes Públicos. Eu creio que aqui está consignado um subsídio que foi atribuído à Freguesia de Suções. Este subsídio devo dizê-lo, foi aprovado, em maio de 2017 e, como tal, consta dos documentos onde esse subsídio aparece autorizado. Competiria à Câmara sim, se pretendesse manter esse subsídio incluído nos números de 2018, portanto, não sei como é que isto pode ser considerado dívida oculta.

Passivo não registado, é outro dos temas, que nos aparece aqui neste documento, por exemplo, o caso de acréscimos e deferimentos, salários, subsídios de férias, subsídios de natal, eu peço-vos muita desculpa, mas quando se faz um orçamento, esta verba está lá orçamentada, e eu só as pago porque as tenho orçamentadas, agora dizer que isto constitui uma dívida oculta, não percebo? Estão os documentos, no orçamento da Câmara, aprovado como deve ser aprovado, constam estas verbas, não há aqui, dívida oculta. PP's Mirandela XXI, ora bom, é preciso a gente perceber o que se passou com esta rúbrica. Estamos a falar em 367.000,00€. Foi extinta esta PP, como sabem, em 2012, não há acordo entre os acionistas, as dívidas não estão registadas, porquê? Pelo facto que nunca foi reconhecido, nem estiveram, nem foram evidenciadas as prestações de serviços, ou seja, os projetos, portanto, não é lógico que a Câmara considere como obrigação sua, de uma coisa, para a qual não tem acordo.

Há aqui uma outra questão que eu quero abordar, para dar razão que é um problema do imobilizado. O não registo do imobilizado é um erro, sim senhor, e reconheço-o, porque isso tem influências em várias coisas, tem influências nas amortizações que se fazem sobre o imobilizado e, portanto, com efeitos diretos sobre os resultados como é evidente. Como sabem há um balanço, o balanço é composto pelos ativos/passivos e a situação líquida. Isto para dizer o quê? É que o facto de não registo diga-se em abono da verdade, acaba por ser uma almofada para a Câmara na mais-valia ou no diferencial daquilo que não está registado, embora reconheça que em boa técnica contabilística isto tinha que ter valores, tinha que ter as suas fichas de imobilizado o que não foi facto. Mas há aqui efetivamente uma almofada importante. Eu penso que se fez um grande alarido à volta deste tema e que talvez valesse a pena a Câmara perder o seu tempo com outras questões, por exemplo, a Câmara recebeu 24.000.000,00€ contratados e devia estar preocupada sim é o pé em que estão os projetos aos quais se destina essa verba aprovada, e eu faço aqui duas ou três perguntas os 3.100.000,00€ para a Zona Industrial, e esta pergunta porque já temos um ano de Executivo, em que pé estamos? Os 15.600.000,00€ do Plano Estratégico e Desenvolvimento Urbano, a renovação por exemplo do Bairro Operário, a Estação da CP já sabemos que está em execução, os 400.000.000,00€ da Linha do Tua, como sabem da ciclopista com início aqui em Carvalhais, isto eram temas sim que mereceriam efetiva preocupação do Executivo. Outra coisa que eu lamento é não ver aqui neste documento, ou por outra, não ser dada a mesma ênfase que foi dada a uma suposta dívida oculta, das coisas bem-feitas e que foram reconhecidas também por esta auditoria, foram feitas no tempo do executivo anterior. Não foi encontrada nenhuma irregularidade neste documento ou referida nele a contratação de projetos vários, auditados, seja por ajuste direto, concurso limitado ou concurso público. Não foi encontrado uma única referência de coisas mal feitas nesta área e isso sim, aí podiam estar a falar em coisas muito graves. Por outro lado, penso que a Câmara Municipal de Mirandela, quanto é do meu conhecimento e até hoje, não teve até este momento qualquer visto recusado pelo Tribunal de Contas, isto é positivo, isto é trabalho feito com consciência, isto é dedicação de muitas horas de trabalho, a quem lá esteve, em que os dias não tinham oito horas de trabalho, tinham quinze, dezasseis às vezes. Isto tem que ser reconhecido. A competência técnica está relevada quando não há observações relativamente a esta matéria, quando o próprio Tribunal aprova sem reserva alguma aquilo que lhe é apresentado. Quando no plano de saneamento financeiro há um compromisso em que se diz aos responsáveis da época, os Senhores estão para continuar nesta senda de recuperação, então, assim sendo, sim senhor têm o nosso aval para o próximo ano. Nada disto é dito, nas declarações públicas que foram feitas sobre esta matéria, com base em questões que não podem ser consideradas e afirmo sem medo, aquilo que estou a dizer, não podem ser consideradas como dívida oculta. É dado que não tenho muito mais tempo e tenha necessidade de intervir, eu ficar-me-ia por aqui, peço desculpa não referir todos os aspetos da dívida oculta porque algumas que estão aqui francamente, não sei como é que uma empresa como a Deloitte os pode considerar. Disse. Muito Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Pires*, passo a chamar o Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Senhor Presidente e membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara e Vereadores, Mirandelenses, caros Colegas Deputados Municipais.

Obrigado Senhor Doutor pelo esclarecimento relativamente à minha pessoa, quanto ao assunto de ontem.

Quanto a esta matéria eu fico ofuscado porque, de facto, o Senhor Doutor domina completamente e ficamos todos a saber que afinal, não há, ou parece não haver dívida oculta nenhuma. Em meu entender e com o meu pouco conhecimento dessa matéria parece-me sempre que dívida existe, seja oculta ou não. Eu apenas trago aqui três pequenos apontamentos de tudo aquilo que consegui ler no relatório e gostaria que fossem respondidas ou clarificadas devidamente estas três questões que vou colocar que, enfim, retirei de todo o conteúdo do relatório. Quanto à questão da parceria público-privada Mirandela XXI, são duas perguntas muito simples: existem ou não os projetos? O valor de 366.540,00€ está ou não considerado agora, agora neste momento para efeitos da dívida total do Município?

Gostava, também, que alguém do Executivo clarificasse a questão que foi aqui abordada na exposição do Senhor Vereador *José Cunha*, quanto ao depósito das senhas de presença da Assembleia Municipal do mandato anterior, todas no mesmo NIB.

Gostava, também, que alguma coisa fosse clarificada sobre a forma como irão ou não ser cobradas as rendas de habitação e de lojas. A Câmara deveria ter cobrado e que não cobrou até ao momento. Eu pelo menos, pessoalmente, tenho conhecimento de

um caso que desde 2015 deixou de pagar a renda que era simplesmente 79,00€ e qualquer coisa e com agravamentos agora, ascende a cerca de 4.000,00€. Nunca ninguém sequer notificou essa pessoa, é só um caso, mas há muitos mais para pagarem. Muito obrigado pela vossa atenção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Antes de prosseguir e para não cometermos o mesmo erro da manhã, eu vou pedir à Senhora Presidente, quando entender que os conteúdos a responder já são suficientes, para me fazer sinal, porque se for responder só no fim pode, de facto, ter alguma dificuldade em assimilar tantas coisas e assim será mais fácil. Está bem Senhora Presidente? Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Agostinho Beça*. Passo agora a palavra ao Senhor Deputado Jorge Humberto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Muito boa tarde. Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Público.

Eu não sei se li o mesmo relatório que os demais companheiros de bancada leram, mas eu por aquilo que li, e pela minha pouca experiência, digamos assim, em termos de Assembleia e de análise financeira ou económico-financeira, leva-me a dizer alguns pontos aqui, que eu queria frisar. O que o relatório demonstra é que há graves e preocupantes situações que exigem que se leve até às últimas consequências o apuramento de responsabilidades políticas e a confirmarem-se, criminais. Isto porquê? E passo a citar aquilo que me parece, e ao meu partido como é óbvio, que foi a apresentação deste relatório.

Primeiro: O passivo do Município traduzido em responsabilidades assumidas era em 26.191.000,00€, isto é um pouco mais de 26.000,00€, isto reportado a 31 de outubro de 2017, vem constado na página oito do dito relatório. A dívida total em 31 de outubro de 2017 reportada pelo Município era de 17.985.000,00€, não levando em consideração as responsabilidades assumidas. A dívida total da Autarquia em 31 de dezembro de 2016 superava a média da receita líquida dos três anos anteriores o que mereceu uma chamada de atenção da Direção Geral das Autarquias Locais no montante da dívida em falta, informação sobre as sociedades participadas, pelo que é de admitir que o montante em dívida possa subir, página nove.

Segundo: A certificação das contas de 2016 apresenta algumas reservas designadamente por não ser possível aferir da razoabilidade do valor das rubricas de bens do domínio público, imobilizações corpóreas e proveitos diferidos, constantes do balanço, página nove do dito relatório. Por outro lado, não foi recebido do BPI a confirmação externa de saldos, e por isso, não foi possível sobre o montante de 2.280.000,00€ da rubrica fornecedores, página dez do dito relatório.

A Autarquia por ter em curso um plano de saneamento financeiro é obrigada à apresentação de relatórios sobre a execução do plano de saneamento que são alvo de apreciação pelo auditor externo. O relatório de 30 de agosto de 2017, refere algumas situações que evidenciam deficiências com reflexo nas contas, página dez e onze do dito relatório. Página onze, três: a trinta de outubro de 2010 foi declarado pelo Município que se encontrava em situação de desequilíbrio financeiro, devido a: primeiro, perdas de receitas municipais dadas as reduções das transferências do orçamento de estado consequentes do memorando assinado pelo FMI, pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia e da diminuição dos impostos diretos e indiretos resultante numa insuficiente libertação de fundos para o financiamento anual dos investimentos, seguida de dificuldades de tesouraria, excesso de endividamento líquido municipal, por isso, a Autarquia recorreu a treze de dezembro de 2011 ao plano de saneamento financeiro, celebrado com duas entidades bancárias, dois empréstimos de médio e longo prazo por doze anos, no montante de 7.600.000,00€.

O plano de reequilíbrio financeiro, estabeleceu medidas económicas e financeiras específicas e quantificadas para atingir e assegurar a continuidade de uma situação de equilíbrio e o pagamento do serviço da dívida. Contudo, apesar do tempo decorrido existem medidas que não foram, ainda, implementadas, designadamente a alienação do imobiliário e da liquidação retroativa das taxas devidas pela ocupação do subsolo do domínio público, página doze. A parceria público-privada Mirandela XXI, constituída em setembro de 2009 foi dissolvida mediante decisão da Assembleia Municipal em 27 de abril de 2012, tendo ficado o Presidente da Câmara de então, Engenheiro *António Branco*, responsável pela formalização de todos os atos e procedimentos. Contudo a extinção da parceria encontra-se dependente da liquidação por parte do Município de um saldo de 367.000,00€, referente à aquisição dos projetos da mesma, valor não considerado nas responsabilidades contabilizadas pela Autarquia, página número treze do relatório; 4.1: compromissos assumidos com quinze Juntas de Freguesia, as outras não responderam, montante de 182.000,00€, muitas já com obras feitas, não havendo qualquer registo patrimonial, página dezasseis do relatório; 4.2: existem 26 processos contra a Autarquia, com valor reclamado 7.990.000,00€ de que podem resultar mais responsabilidades; 4.3: investimentos financeiros e participação em entidades, importaria pedir qual a situação de cada uma no que respeita ao trabalho desenvolvido e à situação financeira, página dezoito e seguintes do dito relatório. Ver o caso da ACIM, página dezanove, que se encontra em incumprimento nomeadamente com obrigação de entrega dos relatórios trimestrais. Águas do Norte, urgente discussão de dívida do Município e da possibilidade de revisão do contrato.

Ponto cinco: controlo interno, páginas 21, 22 e 23 do dito relatório. Muitas chamadas de atenção para aspetos inconcebíveis que levam a concluir que o controlo interno apresenta insuficiências de tal ordem que o inviabilizam, ver resumo da página 29 do dito relatório. Número seis: a dívida financeira líquida da Autarquia em 31 de dezembro de 2017, ascendia a 13.500.000,00 €, página 31. Sétimo: a existência de divergências entre a aplicação de gestão do Serviço de Águas e a Contabilidade da Autarquia, configura uma falha grave ao nível do controlo interno da Autarquia, possibilitando o surgimento de situações de erro ou mesmo de fraude nos processos de cobrança, página 35 do dito relatório. Os saldos a receber do fornecimento de água e saneamento, ascendem a 738.000,00€ em seis de março de 2018, dos quais 526.000,00€ respeitam a períodos anteriores a 2016, ver quadro com notas sobre os acréscimos e diferimentos, página 37 do dito relatório. Oito: as contas com a Caixa Geral de Depósitos, não conferem com os extratos do banco, quer no que respeita aos depósitos à ordem, quer no que respeita ao depósito a prazo, com o prazo já vencido a 25 janeiro de 2018, página 40 do dito relatório. A autarquia classifica toda a dívida bancária em médio e longo prazo, não sendo separado o que é pago no curto prazo quer no longo prazo. Conclui-se que o endividamento do curto prazo da Autarquia considerando empréstimos bancários, locação financeira e fundo de apoio municipal, ascendia em 31 de outubro de 2017, a 1.639.000,00€, página 42 do dito relatório. Considerando os processos

judiciais em curso, atrás quantificados, é considerado que é insuficiente o valor provisionado em 1.420.000,00€ em 31 de outubro de 2017, página 43 do dito relatório.

As principais fontes de receita da Autarquia, como todos sabem, são da transferência e subsídios obtidos essencialmente da Administração Pública representando o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), cerca de 70% dessas receitas, página 46 do relatório. Esta dependência assume particular gravidade, quando os governos cortam as verbas a transferir para as Autarquias e isto reporta àquilo que nós estivemos a falar de manhã, às Autarquias. Por outro lado a situação poder-se-á agravar drasticamente se a denominada delegação de competências não for acompanhada por meios financeiros e humanos indispensáveis para o seu desempenho.

Nas outras receitas do Município, por exemplo, as vendas e prestações de serviços, o fornecimento de água representa mais de 70%, página 47 do dito relatório. Contudo há aqui que referir que o número de devedores e a necessidade de ser renegociado o acordo de fornecimento com a empresa fornecedora. Mais de 50% das transferências e subsídios correntes, concedidos em outubro de 2017, foram atribuídos a cinco instituições particulares, página 49. A melhoria dos resultados financeiros da Autarquia, quadro 51, deve-se à reversão da dívida e ao facto da descida das taxas de juro.

Recomendações de melhoria, página 87 e 96. Limitações e restrições do trabalho, página 102.

Com isto tudo, meus Senhores e minhas Senhoras, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, se aqui não há irregularidades, eu peço imensa desculpa pela minha pouca sabedoria, não sei o que é que hei-de dizer sobre isto. Se é assim a forma de nós governarmos uma Autarquia, eu prefiro que ela seja governada pelo merceeiro com o lápis atrás da orelha, porque esse provavelmente deve saber fazer contas, coisa que a Autarquia durante estes últimos quatro anos não soube fazer. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado Jorge Humberto. Chamo agora o Senhor Deputado Virgílio Tavares.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Muito boa tarde Senhor Presidente e restantes pessoas que aqui estão presentes nesta Assembleia.

Eu queria só chamar à atenção para um ou outro aspeto, em relação ao relatório e que as pessoas devem ter em conta.

Já ouvimos aqui várias versões, é evidente que, quem está no poder tem uma versão, quem não está no poder tem outra versão. Já estive, é evidente, e portanto tenta salvaguardar aquilo que entende que é uma... como disse aqui, portanto digamos assim “denegrir a anterior gestão”, eu não entendo isso, nós não entendemos isso, em primeiro lugar porque vê-se tantas desonestidades, tanta falta de ética, tanta corrupção, tanta traição na sociedade, principalmente a nível político como nós sabemos. Tantos atropelos, às vezes até nas famílias que eu acho que uma auditoria, se não lhe quiserem chamar auditoria, chamem-lhe procedimentos, como é chamado, mas se não lhe quiserem chamar procedimentos chamem-lhe ponto da situação no ato de posse de uma nova gestão. Eu acho que isso tem lugar, é de Lei, mas acima de tudo é princípio. Princípio da transparência, logo, para quê? Para que nós todos possamos chamar à responsabilidade quem agora está a iniciar o poder, portanto, quem está a exercer o poder. Esta é a minha visão e acho que estou correto. E estou correto, porque, se nós não soubermos o ponto da situação em que está, se for uma Escola a mesma coisa, qualquer Instituição, a nível de família, se nós não soubermos o ponto da situação, então, andamos sempre mal, se estivermos mal já, ou se estivermos bem, temos a sorte, olha as coisas estão a correr bem, não é verdade? Mas o ponto da situação é sempre fundamental, mesmo que esteja a correr bem. Para quê? Para se precaverem de futuras situações inesperadas que às vezes acontecem. Num caso de dinheiros públicos, que estão em causa, os dinheiros de todos nós, dos impostos, eu acho que isso está mais que justificado.

Em relação ao relatório em si, eu não sou técnico de contas, no entanto, pela minha profissão, pelo meu ensino da História, também tive que aprender e dar, cheguei a dar a disciplina de Introdução à Economia até ao nono ano, portanto, ia fazer parte do júri nacional a nível regional, de Lamego para cá na elaboração das provas, portanto, alguns conhecimentos, poucos de Economia que me permitem pelo menos e não é preciso perceber muito, todos nós aqui com certeza que já reparamos, que há na verdade, através deste relatório uma leitura um bocadinho diferente daquela que é feita aqui por alguns elementos, isto é, na minha opinião, há procedimentos e atos do exercício da atividade do poder autárquico duvidosos. Duvidosos e irregulares como foi chamado aqui, talvez ilegalidades pergunto eu, se efetivamente e dá indício de que há, claro que há lugares para se chamar à responsabilidade quem praticou essas ilegalidades. Mas que há procedimentos e atos por exemplo de imoralidade, eu digo aqui alto e bom som, nem todos os Municípios de Mirandela foram tratados em igualdade de circunstâncias e da mesma forma. Não vale a pena estarmos aqui a debater o passado, porque eu entendo, como já foi aqui dito de certa maneira, e nós de História, entendemos isso, o passado serve para compreendermos o presente e podermos preparar o futuro. Só assim, não para criticar, não para denegrir, não para deitar abaixo, não senhor, para chamá-los à responsabilidade quando têm que ser chamados à responsabilidade. Mas para podermos acima de tudo, compreender o presente e podermos preparar o futuro. E é nesse sentido que eu peço ao Executivo Camarário que o seu exercício do poder, não só, não traga casos iguais como evite que os Mirandenses sejam tratados de Mirandenses de primeira, Mirandenses de segunda, nomeadamente a nível cultural, a nível económico, a nível das Juntas de Freguesia e poderia continuar a elencar alguns aspetos. Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado Virgílio Tavares. Passo a palavra ao Senhor Deputado Dinis Veiga.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social, muito boa tarde e uma boa tarde de trabalho.

Antes de começar a minha intervenção, só quero dizer o seguinte: quando se entrega um relatório a 100 pessoas, obtemos 100 respostas todas diferentes. Cada um tem a sua maneira de pensar, a sua maneira de averiguar e vamos obter respostas totalmente opostas, e é curioso que aqui não se falou da parte principal.

Depois de ler a auditoria, que agora se chamam procedimentos e talvez daqui a um mês se chame outra coisa, mas isso pouco interessa, à conclusão que chego é a seguinte:

- Não sei se o que está escrito é correto ou não pois não tive documentos que me justifiquem essas conclusões.
- O mesmo se passa quando votamos as contas do município, acreditamos que os Serviços apresentam as contas corretas e o mesmo se passará com a empresa que fez este trabalho.
- O relatório refere que muitas das coisas poderiam ser registadas de outra maneira, é uma opinião mas se assim é, os Serviços de contabilidade é que estão a trabalhar mal, mas não tenho conhecimento de que houve algum ano em que o Tribunal de Contas as reprovasse. O Executivo não é obrigado a saber como se faz a contabilidade, por isso é obrigatório por lei existir o revisor oficial de contas.
- Mas ao ler o relatório do revisor oficial de contas relativas ao 1º semestre de 2018, ele aponta praticamente a mesma prática, o que significa que mudaram os responsáveis mas que continuam a tocar a mesma música.
- Mas a conclusão principal do relatório é de que nenhum membro do Executivo e principalmente o ex-presidente o Engenheiro António Branco não meteram a mão no saco.

A minha intervenção acabaria aqui se não existissem coisas graves que foram insinuadas antes do relatório sair e agora compreendo melhor o motivo da resistência da Senhora Presidente em não querer divulgar o relatório.

Esta sua atitude só a prejudicou politicamente, pois os Deputados Municipais e os eleitores em geral podiam fazer interpretações que não estavam corretas, mas que eram legítimas pois não lhe era dada informação.

A empresa foi escolhida por si, o conteúdo não é nem de perto nem de longe aquilo que esperava e na verdade é demolidor para si. Um relatório, que contradiz aquilo que a Senhora Presidente dizia e disse na rádio três meses antes de sair, só tem uma justificação. Será que foi mal informada ou quis deixar no ar dúvidas?

Tão digno é aquele que acusa com provas, como aquele que pede desculpa porque foi mal informado ou se precipitou na análise que fez com poucos dados.

Já parou para pensar nos danos morais que causou àquela família e em especial aos seus filhos? Na política não vale tudo, há limites, e quando se está à frente de uma autarquia esses limites ficam ainda mais estreitos, porque uma coisa é ser dita pelo Presidente da câmara outra é ser dita por um município qualquer, o efeito é totalmente diferente.

Mas este relatório não é só demolidor para a Senhora Presidente, mas também para aqueles que a acompanhavam na campanha, pois aquilo que diziam aos eleitores era demagogia era o desejarem o poder de qualquer maneira.

Na vida não vale tudo, é preciso ter bom senso, equilíbrio e especialmente reconhecermos se temos ou não capacidades para executar aquilo que pretendemos.

Mas este relatório, vai também pôr à prova o Executivo, pois ao anunciar determinados procedimentos, vamos durante o tempo que falta verificar se este Executivo tem a coragem política e capacidades para os resolver. Durante o tempo que falta da legislatura, muitas vezes serão confrontados se este ou aquele problema foi resolvido.

Referindo-me ao relatório, vou para já pegar em três pontos:

1. Mini hídrica da Ponte Europa, (página 81). Foi pedido à empresa em 15 de junho de 2016 comprovativos da venda de energia de janeiro de 2008 a dezembro de 2015, para calcular os 2,5 % da dívida ao Município (como se verificou o executivo anterior agiu) o devedor não respondeu. Já fez alguma coisa sobre este débito? Se sim informe a Assembleia Municipal, se não é tempo de agir. Se é tão corajosa, porque não declarar a nulidade do protocolo.
2. Recibos de água em atraso, (página 79). É preciso dizer que só se pode cortar a água ao fim de três recibos não pagos (há uma lei que regula essa matéria). Isto merece um comentário. A responsável do GAM foi transferida para a biblioteca, tendo um funcionário dos mesmos Serviços assumido a responsabilidade dos mesmos, e de janeiro a outubro de 2017 foram recebidos cerca de 16.000 recibos em atraso. O funcionário em causa que fez um bom trabalho, regressou ao lugar que ocupava anteriormente e a outra funcionária que tinha deixado os problemas foi nomeada Chefe de Divisão. Cada um que tire as suas conclusões.
3. Diminuição de pessoal ao longo do período em análise na sequência da entrada em vigor do plano de saneamento Financeiro, (página 43). Afinal o cartão partidário não servia para entrar, nem impedia para não haver renovação de contrato. Mas para o ano, quando apresentar o relatório de atividades iremos ver quantos entraram, quem são, a que área política pertencem e os valores que auferiram.

Pela boca morre o peixe. O político primeiro pensa depois fala, mas existem alguns que só falam e nunca chegam a pensar. Ainda tenho mais algum tempo Senhor Presidente? Só para dar um esclarecimento.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Tem os seus cinco minutos suplementares, além do tempo que lhe resta, Senhor Deputado *Dinis Veiga*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:** Falou-se aqui que determinadas senhas foram depositadas num NIB. Eu fiquei sem saber, será as senhas dos elementos da CDU que vão para o partido e portanto é sempre o mesmo NIB ou então as senhas que não foi na legislatura anterior, mas na outra um elemento do CDS propôs para cedermos as senhas à Casa do Menino Jesus de Pereira e também foram para esse NIB. É evidente pela tristeza só foram oito, os outros ficaram. Quanto às senhas, eu sei ao que o Senhor se quer referir, quanto às senhas foram depositadas no NIB do PSD, eu autorizei e muitos como eu autorizamos a que isso acontecesse é bom que se diga. Agora é evidente que muitas vezes diz-se de boca e não se regista, mas é essa a verdade. Obrigado pela atenção.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada, Senhor Deputado *Dinis Veiga*.

Está a pedir a palavra para resposta o Senhor Deputado Jorge Humberto. Tem, então, os três minutos para o efeito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Eu vou responder diretamente ao Senhor Deputado *Dinis Veiga*, porque mencionou aqui a questão da CDU.

Senhor Deputado, há uma diferença muito grande entre aquilo que disse e aquilo que se faz. As senhas são pagas ao meu NIB e eu dou ao meu partido como forma, o Senhor Deputado deve saber, faz parte daquilo que são as regras do bom funcionamento do meu partido, nem queremos ser prejudicados, nem queremos ser beneficiados. Nunca em tempo algum as senhas foram pagas ao NIB do meu partido, portanto, há uma diferença muito grande entre aquilo que insinuou e aquilo que é verdade. No seu caso foram pagas diretamente para o seu partido, no meu caso são pagas a mim e eu dou ao meu partido, é completamente diferente.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:** Ó Senhor Deputado, eu não digo que consigo se esteja a passar assim.

Desculpe, desculpe, eu não disse isso, eu disse que houve Deputados Municipais da CDU em que era pago diretamente ao partido, e se eu estou a mentir, estou a mentir com a boca do próprio elemento que o disse, portanto, não insinuei nada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Bom. Vamos continuar com as intervenções. Aproveito esta pequena pausa para perguntar à Senhora Presidente, reiterar a pergunta, se pretende já fazer alguma resposta, algum esclarecimento ou se podemos continuar com as intervenções?

Muito bem. Então passo a chamar o Senhor Deputado *Luís Pereira*. Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Pereira (PSD) disse:** Muito boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caros Membros da Assembleia Municipal, Digníssimo Público aqui presente e Comunicação Social.

Cerca de treze anos volvidos, desde a minha última presença neste mesmo Órgão Assembleia Municipal, sim porque já lá vão treze anos e essa reflexão fazia-a mesmo ontem. Enquanto Membro eleito deste Órgão, surgiu a oportunidade de aqui voltar e é obviamente com muito gosto que o faço. Hoje, nesta Assembleia Extraordinária Municipal, compete-nos debater, para além do muito importante debate que já foi aqui discutido durante a manhã das Juntas de Freguesia, suas problemáticas, aquele que foi um dos temas que ocupou as manchetes da Comunicação Social Local e tão desinformadamente foi debatido nos diversos fóruns locais. A pretensa auditoria, que não é mais que um relatório de procedimentos acordados ou até quem sabe um manual de procedimentos. Tem sido o mote para sucessivas acusações infundadas que, obviamente, atentaram contra a verdade e dignidade daqueles que dirigiram os destinos da Autarquia nos mandatos anteriores. Importa pois, nesta sede e para registo futuro, repor a verdade de tantas acusações infundadas que foram sendo proferidas ao longo do último ano e que nada mais são do que uma forma de disfarçar a inépcia da Senhora Presidente para uma eficaz gestão dos destinos da Autarquia. Esta série de inverdades na sua maioria proferidas pela Senhora Presidente e pelo Vereador com o Pelouro das finanças, criaram alarme social, sem nunca conceder a possibilidade do contraditório aos visados, pelo que neste Órgão e neste momento, importa repor alguma verdade dos factos. Obviamente vamos correr o risco de nos repetir nas intervenções com os meus companheiros de bancada nesta Assembleia Municipal. Mas elas não serão suficientes para suprir aquilo que foi o alarme social que foi criado, pelas inúmeras intervenções que foram sendo feitas ao longo do último ano pelos elementos do Executivo Municipal.

Em síntese, Senhora Presidente, Senhores Membros do Executivo, Minhas Senhoras e Meus Senhores, não é sério, não é sério identificar como acréscimos e deferimentos as seguintes situações:

Um: As amortizações de dívida de outubro contabilizadas em novembro, referentes a acordos de regularização de dívidas às Águas do Norte e Resíduos do Nordeste. O relatório identifica que os montantes reportados pelo BPI relativos às amortizações de outubro apenas foram contabilizadas em novembro, ora considerando que se vencem no final do mês, é perfeitamente natural que o Município apenas tenha essa informação bancária em novembro estando, assim, devidamente contabilizados.

Especialização das férias, subsídio de férias e natal. É referido que em outubro não foi efetuada a especialização deste custo e novamente estamos perante uma situação que de modo algum configura dívida não registada, mas sim, um procedimento contabilístico, pois efetivamente, o necessário registo deve ser efetuado no exercício económico que corresponde ao ano e não ao mês. Estando tal situação devidamente reportada na prestação de contas de 2017.

Ainda relativamente a este ponto, deixo aqui um desafio ao Executivo, que pergunte aos trabalhadores do Município se existem salários ou subsídios de férias em atraso e isto é repor a verdade dos factos. Ainda dentro deste ponto, a inexistência de acréscimo de custos para juros a liquidar. Mais uma vez se salienta, também neste registo contabilístico, apenas deve ser realizada a data das demonstrações financeiras, ou seja, a 31 de dezembro. Sendo óbvio que as entidades bancárias procedem sem atraso ao débito em conta desses juros.

Depois dizer-lhes, também não é sério identificar como insuficientes as provisões relativas a processos judiciais.

De acordo com o princípio da prudência previsto no POCAL, é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza, sem contudo, permitir a criação de provisões excessivas ou deliberada quantificação de passivo e custos por excesso. Quer isto dizer que devem ser contabilizadas provisões, quando a probabilidade de perder um ação em Tribunal seja elevada. Nesta conformidade verifica-se como balanço de 2017 aprovado pela Assembleia Municipal, este órgão onde nos encontramos, na sessão de abril de 2018, contempla um montante de provisões superior a 2.600.000,00€, correspondente às ações em que existe verdadeira probabilidade de o Município ser condenado. Par além deste

valor, pretendeu ainda esta auditoria insuflar os valores das provisões em quase 5.000.000,00€, como se de dívida oculta se tratasse, e já todos percebemos que não se trata de dívida oculta. Isto sim para justificar o verdadeiro empolamento dos possíveis encargos. Será que este Executivo pretende substituir-se aos Tribunais e sentenciar antecipadamente na praça pública, ações judiciais com base nos respetivos compromissos eleitorais que foram assumidos, aumentando estas provisões? Fica a questão concreta. Depois também dizer-lhes que não é sério falar de passivo não registado identificado no âmbito da circularização e da análise das requisições autorizadas por faturar. Estranha-se, como é que as requisições por faturar podem constituir passivo não registado, pois se ainda não existe qualquer fatura no Município, sendo este o documento que titula a dívida, como pode esse montante ser registado? Parece-nos que não é aqui tido em conta a diferença entre contabilidade orçamental e patrimonial. Pois se existe requisição autorizada, significa que esse montante já está registado e mencionar que este suposto passivo não está registado está essencialmente relacionado com autos de empreitadas que foram emitidos até dia 31 de outubro, cujas faturas apenas foram registadas após essa data. Aqui sinceramente não se percebe o alcance desta análise, pois se os autos forem emitidos até 31 de outubro e só posteriormente é que são emitidas as correspondentes faturas, como seria possível registar estas faturas até essa data? Ainda sobre este ponto e relativamente às Juntas de Freguesia, o Vereador com o Pelouro financeiro afirmou publicamente que tinha sido atribuído um subsídio à Junta de Freguesia de Suções que não se encontrava registado na contabilidade. De facto, e conforme consta em ata de reunião de Câmara esse subsídio foi aprovado, pelo anterior Executivo e devidamente cabimentado e registado pelos Serviços. No entanto, estranha-se que o atual Executivo socialista não tivesse incluído no orçamento par 2018, e mesmo que tenha existido algum lapso, já tiveram oportunidade, ainda ontem mesmo de corrigir tal situação. Será que o objetivo foi apenas anular esse subsídio e culpar a anterior gestão? Fica mais uma questão.

Dizer-lhes também pois que não é sério considerar dívida os encargos relativos a potenciar responsabilidades com entidades participadas, porque aqui falamos em consolidação de contas, a consolidação de contas de 2017 referia cerca de 1.400.000,00€ relativos a potenciar responsabilidades participadas. Estas responsabilidades, não devem nem podem estar relevadas nas contas individuais uma vez que se encontram devidamente refletidas nas contas consolidadas do Município, as quais são apreciadas em sede de Assembleia Municipal.

Foram aprovadas na Assembleia Municipal de junho de 2017, nos anteriores também o foram, em junho de 2018, já por este Executivo, na chamada aprovação de consolidação de contas. Trata-se de um desígnio legal, que foi sempre respeitado e posteriormente fiscalizado pelo Tribunal de Contas e publicamente registado em atas de reuniões de Câmara e Assembleia Municipal. De referir que estes valores dizem respeito basicamente a duas empresas participadas Metropolitano Ligeiro de Mirandela e Agro-Industrial do Nordeste, em ambos os casos foi possível, e é preciso que se diga e fica registado em ata, nos anos anteriores foi possível reduzir encargos e apresentar resultados positivos, algo que nunca tinha acontecido no passado. Depois dizer-lhes, também, que não é sério, mas não é mesmo nada sério falar aqui da questão da Mirandela XXI, da parceria público-privada. No ano 2012 a Assembleia Municipal votou a dissolução desta entidade, efetivamente, não houve acordo entre os acionistas, mas durante cinco anos nunca foi reclamada qualquer dívida, porque vem agora este Executivo assumir, assumir uma dívida que durante cinco anos não foi registada nem foi reclamada sequer em Tribunal. Se havia efetivamente alguma reclamação a fazer que o tivessem feito em Tribunal. Parece tão estranho que estejam a apontar ao Executivo anterior, apenas para acusar e registar uma dívida e lesar o Município dessa forma.

Relativamente aos encargos com garantias e cauções e o fundo de apoio municipal, o Doutor *Jorge Pires* também já falou e eu vou-me abster de o fazer. Isto tudo, depois contrasta com outras situações que as perguntas que nós vemos da bancada do Partido Socialista veem-nos falar não em débitos mas em créditos. Então se quisermos ser rigorosos, vamos então, subtrair àquilo que é o passivo oculto, aquilo que são os créditos que os Senhores vêm falar. Porque dívidas de água são créditos, e os processos judiciais que estão em curso e que o Município é o autor? São créditos. Se quisermos ser rigorosos já que somamos para dizer que é dívida, vamos subtrair para dizer que há créditos, e aí se calhar ainda vamos ficar em benefício?

Portanto, é importante repor a verdade dos factos e é importante que isto se diga. Muito mais haveria para elencar relativamente às inverdades vertidas no devido documento e da suposta dívida de cinco ou seis milhões, porque percebam a precisão dos factos quando se fala desta forma, em milhões, cinco ou seis milhões como quem fala em tostões. Isto não é sério. Mas acreditamos que nesta data já é mais que assumido que a montanha como disse o Doutor, efetivamente “pariu um rato”. Mas ainda assim, para memória futura cumpre repor a verdade e lavar esta verdade no livro de atas desta Assembleia, porque aí, quem vier a seguir, quem nos suceder vai saber efetivamente que a verdade foi reposta neste fórum. O que assistimos no último ano que foi um exercício de “caça às bruxas” que teve como protagonista dois caçadores deste Executivo, alicerçado num documento que custou mais de 50.000,00€ aos cofres da Autarquia e que, reitero, nada mais foi do que desviar as atenções da falta de rumo e orientação que reina na liderança da Câmara Municipal. Lamentamos que este Executivo municipal defina como prioridade a perseguição e sucessivas tentativas de denegrir o trabalho desenvolvido pelo Executivo anterior, quando deveria era estar a fazer aquilo para o que foi eleito, governar. Sim governar, pois de tal forma tem a toldada que não lhes permite prestar a devida atenção à grande quantidade de projetos estruturantes para Mirandela, financiados por fundos comunitários e garantidos no mandato anterior. A este propósito permitam-me reiterar, o Senhor Doutor também já o fez, novamente questões como: onde está a segunda fase do acesso norte? Onde está a ecopista na desativada Linha do Tua entre Mirandela e Macedo de Cavaleiros? Onde está a expansão da Zona Industrial? Como está a reabilitação do Bairro Operário, previsto no plano de ação integrada para as comunidades desfavorecidas? Como está o corredor verde da envolvente da estação da CP, até ao Parque do Império? Como estão todos os outros investimentos previstos no PEDU?

Senhora Presidente, daqui lhe lanço um desafio, deixe de estar agarrada ao passado, pois isto está a impedi-la de avançar e planear o futuro, pare com a caça às bruxas e foque-se naquilo que são as funções para as quais foi eleita. Governar os destinos do concelho, sob pena de aqui a três anos, aquele outro caminho que foi anunciado vir a transformar-se num apertado atalho.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada
Senhor Deputado *Luís Pereira*.

Senhor Deputado *António Figueiredo* faça favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, boa tarde Senhores Secretários, boa tarde Senhora Presidente da Câmara que acabou de sair e Senhores Vereadores, com todo o respeito ó Senhor Vice-presidente, meus Senhores e minhas Senhoras, Comunicação Social.

Eu não sou Jurista, percebo algumas coisas, bem eu vou falar com toda a sinceridade, quem fez isto foi uma pessoa muito minha amiga e que tem um vasto império em termos da advocacia.

Não, não foi o Engenheiro *Agostinho Beça*... O tempo está a passar e urge, resposta: eu vou ler aquilo que me enviaram, aquilo que me enviaram...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, Senhor Deputado *António Figueiredo*, eu vou aqui levantar uma questão a Senhora Presidente como viu teve que se ausentar, penso que por um minuto ou dois, se eventualmente quiser aguardar pela presença dela, teria mais sentido e fazemos um intervalo de três minutos para respirar.

(breve pausa)

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhores Deputados, agradeço, então, que regressem aos vossos lugares para fazermos a contagem e verificar se há quórum na sala.

Dado já se verificar quórum, agora sim, com as nossas desculpas, peço ao Senhor Deputado *António Figueiredo* para dar início à sua intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, meus Senhores e minhas Senhoras, Comunicação Social.

Eu vou simplesmente fazer, a minha intervenção que é sobre o relatório juridicamente, mais nada.

Lendo o presente relatório da Deloitte, ainda que de uma maneira perfunctória é desde logo manifesto que ele não constituiu nem constitui um relatório sobre a Câmara Municipal de Mirandela, como veremos mais adiante. Na inversa *in totum* e ao invés do que se pretende fazer querer, os procedimentos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) instituído pelo Decreto-lei 54-A/99 de 22 de fevereiro da Câmara Municipal sendo antes um relatório de procedimentos acordados *ibloto nossuns*, desconhecendo-se que acordo foi esse, qual o seu conteúdo concreto e que foram outros sim em concreto as partes contratantes.

Dois: Constata-se na verdade, numa leitura agora mais atenta, das primeiras folhas desse relatório, que no canto superior esquerdo da primeira folha consta o nome “Deloitte”, no final dessa primeira folha o nome de “Câmara Municipal de Mirandela”, imediatamente por baixo “Relatório de Procedimentos Acordados”, blote nosso. Ora um acordo consiste, como é consabido em termos jurídicos, na formação de um contrato sinalemático através da conjugação ou encontro de duas vontades no mesmo sentido em causa, *in casu* é assim que se diz. Uma dessas vontades será sem dúvida a da Deloitte e a outra será, a fazer fé no relatório em apreço, da Senhora Presidente da Câmara, doutora Júlia Rodrigues, sua destinatária.

Saliente-se porém, que isto é um verdadeiro exercício de adivinhação, porque na verdade, desconhecemos em concreto esse acordo, sendo assim, cumpre desde logo perguntar, que acordo foi esse? O que foi solicitado em concreto à Deloitte? Por quem, e em concreto? Quem o pagou? Caso tenho sido pago com verbas da Câmara Municipal, o que só se saberá com a apresentação da cópia da respetiva fatura pela Deloitte o que se sugere é que seja feita em sede própria. Pergunta-se, por que razão não foi feito com a total abrangência, respeitando os mais elementares princípios dos direitos de que falaremos mais à frente e atendendo às especificidades locais de uma região desfavorecida do interior que obrigaram pela sua premência à tomada de determinadas decisões sobejamente conhecidas, por todos os intervenientes políticos e administrativos. Mais, nessa hipótese, por que razão não foram como deviam tê-lo sido ouvidas as outras forças políticas da oposição? Assegurando-se assim um dos elementos principais em que informa qualquer sociedade democrática pertencente a um estado social de direito, como é o nosso, e que é o chamado princípio do contraditório de que falaremos mais à frente. Ou ainda, porque não lhes foi dada a estas últimas igualdade de oportunidades poderem recorrer à mesma empresa de consultoria, a Deloitte ou à sua concorrente de mercado a título meramente exemplificativo a KPMG ou a PwC (PricewaterhouseCoopers & Associados), é que estas questões ganham maior equidade quando analisamos os pontos que se seguem, como veremos.

Três: Quando passamos à análise da segunda folha do relatório em apreço, a estupefação é substancialmente maior, atingindo mesmo a incredibilidade, não se colocando em causa que o relatório *sub judice* tenha sido elaborado pela empresa Deloitte estando até assinado por um dos seus *partners* o Doutor *Nuno Miguel Figueiredo*, ROC, não podemos deixar de fazer sobressair as seguintes questões que emanam expressamente desse relatório e que a nosso ver lhe retiram, como teremos oportunidade de o afirmar com maior veemência, toda a sua credibilidade.

Peguemos, então, nessas questões e repita-se *incitas* as expressas nesse relatório. A Deloitte excluiu qualquer responsabilidade perante terceiros a quem seja disponibilizado o relatório em apreço, (sublinhado nosso). Este relatório foi preparado de acordo com o disposto na proposta de Serviços da Deloitte datada em 21 de dezembro de 2017 e destina-se exclusivamente para uso confidencial dos destinatários da mesma. Este documento é privado e confidencial, não podendo ser reproduzido ou distribuído, no todo em parte sem o prévio consentimento por escrito da Deloitte, (sublinhado nosso). No que diz respeito a qualquer entidade não autorizada conforme definido anteriormente, gostaríamos de salientar o seguinte: a Deloitte declina toda e qualquer responsabilidade, (sublinhado nosso). A Deloitte não se acha responsável por quaisquer perdas, danos ou encargos independentemente da sua natureza, resultante do uso, (sublinhado nosso). Olhando para estas questões que como se disse, mas que nunca será demais enfatizar, saltam à vista descarada de qualquer leitor, agora mais atento, do presente relatório, questionamos:

Por que razão, sendo este relatório elaborado por uma empresa tão conceituada como a Deloitte, esta tem a necessidade de nele pôr tamanha confidencialidade, mas mais ainda, de salvaguardar com tantas cláusulas de exclusão de responsabilidade? Teme vir a ser responsabilizada, porquê? Não confia no seu trabalho? Porquê? A nosso ver a resposta parece-nos cristalina, sem de qualquer modo algum beliscar o bom nome de que goza a autora do relatório, Deloitte, e que lhes reconhece, seria aliás uma estultícia e sinal de pouca inteligência não lho reconhecer. A questão é em nosso entender, bastante diferente, porque questiúnculas mesquinhas e políticas pretendendo, ainda, um ajuste de contas políticas, que já foi feito nas urnas, aquando das eleições Autárquicas, ocorridas em outubro de 2017, a Senhora Presidente da Câmara ou alguém do seu quadrante político, ainda insatisfeito e com problemas mal resolvidos e mal digeridos pretende a todo o custo agitar um “bicho papão”, servindo-se e usando um relatório, com chancela de uma entidade conceituada no mercado, como é o caso da Deloitte. Mas que com o devido e merecido respeito é um monte de nada. É um fato feito à medida e por encomenda do cliente que o pagou. O próprio relatório, enumera algumas restrições e/ou limitações na sua elaboração e que concluiremos nós, retiram-lhe, obviamente, qualquer probidade, ver por exemplo a folha 62. Por outras palavras, afigura-se-nos que a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, destinatária do relatório em apreço ou alguém do seu quadrante político pretendeu servir-se do nome e da credibilidade de uma empresa de auditoria como é o caso da Deloitte, comprando-lhe e não pagando-lhe a feitura de um relatório, com o dinheiro do seu bolso ou do erário público da Câmara Municipal, o que se desconhece, mas para que se espera que em breve venha a esclarecer em sede própria e que agora a Senhora Presidente da Câmara Municipal abana esse relatório com a chancela da Deloitte como se tivesse descoberto a pólvora e o omite tudo o que se tem vindo a referir a seu respeito. Diríamos até, de forma envergonhada, tímida e cautelosa como está apresentado o mencionado relatório da Deloitte, com as supras já referidas cláusulas de confidencialidade e exclusão de responsabilidade e bem vistas as coisas, compreendemos muito bem de forma tão cuidadosa como está apresentado. Pois limita-se, grosso modo, a fazer referência a rubricas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), instituído pelo Decreto-lei 54-A, descurando por completo e a título meramente exemplificativo as exigências que efetuaram, quando se efetuaram junto de quem as circunstâncias que os Serviços competentes da Câmara Municipal as inscreveram, as especificidades da Autarquia de Mirandela, em especial por se tratar de uma região desfavorecida do interior do País. Mais ainda, alegadamente pretendendo-se com o referido relatório, uma análise pericial, seria de primordial importância e de acordo com os princípios basilares do nosso direito, qualquer que seja a área que estejamos a falar, cível, administrativa ou criminal, é imperioso que as partes que pudessem ser afetadas pelo resultado dessa pseudo-perícia fossem notificadas para em prazo certo indicarem um consultor técnico da sua confiança e o assunto sobre o que se iriam pronunciar. É só esse consultor que poderia com conhecimento de causa formular objeções e observações sobre a perícia ou sobre o relatório pericial formulando as questões que lhe aproovesse, a título meramente exemplificativo do que dispõe do artigo 55.º do Código do Processo Penal. Só assim seria dado cumprimento numa perícia a um dos principais fundamentos que enformam no nosso direito e que já atrás aforamos o princípio do contraditório plasmado no artigo 32.º, n.º 5 da Lei Fundamental da Constituição da República Portuguesa. Em princípio do contraditório, traduz-se na garantia e participação efetiva das partes do desenvolvimento de todo o processo, mediante a possibilidade de em plena igualdade influir em todos os elementos, alegação, prova e direito, que se encontram em ligação com o objeto da causa e que em qualquer fase do processo apareçam como relevantes para a decisão. Deve um relevante contributo à jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem que tem considerado o contraditório um elemento integrante do princípio do processo justo e equitativo inscrito como direito fundamental do artigo 6.º, parágrafo um, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Encontramos afloramento deste princípio do contraditório no artigo 3.º, número 3 do Processo Civil aplicável aos Códigos dos Processos Tributários e Administrativos por força do número um, artigo 100.º do Código do Processo Administrativo. Por outro lado e também como decorre do artigo 20.º da Lei Fundamental da Constituição da República Portuguesa em consonância com o já citado artigo 6.º da Declaração Europeia dos Direitos do Homem, consagra-se aqui o processo justo e equitativo ou leal, sendo, este entendido com aquele que há entre outras, imposição dos meios de defesa, idêntico às partes controvertidas, direito de cada parte de se pronunciar sobre todas as questões relevantes perante a decisão da causa em questão. Ora, no caso vertente, a forma foi encomendada à medida. Relatório Deloitte, a forma foi elaborado sem ouvir quase ninguém e tendo apenas com a frieza dos números do POCAL, é manifesto que não cerrou aqueles elementos elementares dos princípios do direito da sociedade democrática pertencente a um estado social de direito, como é o nosso e, por isso, pensamos nós que a Deloitte, sabendo e tendo perfeito conhecimento destas regras e das limitações do seu relatório, pretendeu salvaguardar-se do uso através da inclusão das mencionadas cláusulas de confidencialidade e exclusão de responsabilidade. Com o devido respeito pela empresa Deloitte, que é muito, insistimos em apresentar. Mas que “raio” de relatório, foi este que essa empresa elaborou, onde, como, vindo a demonstrar exige uma enorme confidencialidade e excluiu qualquer responsabilidade que porventura vir a ser assacada, por isso, não cabe na cabeça de ninguém e é de legibilidade muito, mas muito duvidosa. Por isso, talvez seja preferível, não falarmos mais do relatório e em vez disso nos debruçemos sobre as questões concretas que os Municípios, ou a quem os representantes pretendem colocar. Por outras palavras, para que dúvidas não restem, pretendemos realçar antes de mais, talvez ser lançado um relatório da Deloitte inócuo, como já tentamos demonstrar, talvez a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela...

Só faltam duas frases... Devesse ter dialogado com o anterior Executivo e dessa forma ter-se-iam resolvido estas questões. Ao solicitar intervenção da Direção Geral das Autarquias Locais ou o Inspeção Geral de Finanças (IGF), entidades competentes em termos administrativos e em termos financeiros, ou participar estas situações duvidosas ao Ministério Público ou ao Tribunal de Contas titular da ação penal, caso entendessem que as mesmas poderiam configurar na prática de ilícitos criminais, claro que, em qualquer uma destas situações se sentisse ofendido com estas denúncias poder-se-ia sempre lançar mão do crime da denúncia caluniosa previsto no artigo 365.º do Código Penal e poderia apresentar junto do Ministério Público competente a queixa-crime, por outras palavras, em qualquer uma destas situações, sempre poderia o visado do anterior Executivo vir a apresentar queixa-crime...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, vai ter mesmo de terminar...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Já estou, são duas linhas...

... Contra a Senhora Presidente da Câmara ou contra quem fizesse uma dessas referentes denúncias pela prática em abstrato, crime de denúncia caluniosa previsto no artigo 365.º do Código Penal. Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado António Figueiredo.

Passo a palavra ao Senhor Deputado Rui Pacheco.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pacheco (PS) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e restantes Vereadores, caros colegas Deputados, Comunicação Social e Público presente.

Após um longo, tortuoso e conturbado processo, espero que seja desta vez que finalmente esclarecemos todas as dúvidas sobre este assunto.

Como é o ponto mais suscitado nos variados comunicados, intervenções prévias, inclusive as da última Assembleia onde, apesar de num dado momento já estar reagendada esta Sessão Extraordinária, Vossas Excelências, da bancada do PSD, continuaram a intervir, foquemos primeiramente o assunto que, aparentemente mais vos preocupou, durante estes seis meses, ou durante estes oito meses, que foi o da forma do documento apresentado.

O processo poderia e deveria ter sido tratado de outra forma, dizem. Concordamos com isso! O nome poderia ter sido outro, a forma como o seu conteúdo foi saindo para o público poderia ter sido diferente. Frases que foram tiradas fora de contexto. Enfim, consideremos isso, uma espécie de dores de crescimento, uma espécie de dificuldades inerentes ao início de funções. Mas uma coisa é certa. Mas nada disso altera o seu conteúdo! E é isso que interessa.

Começemos pelo facto de pedir uma auditoria: Ora bem. A Senhora Presidente da Câmara anunciou, logo depois da vitória de dia 1 de outubro, que ponderava realizar uma auditoria externa às contas do Município. A nosso ver, nada mais normal e completamente compreensível. Até mesmo, atrevo-me a dizer, exigível! Sobretudo numa Câmara sob assistência financeira. Com uma dívida brutal, como a que o nosso Município tem.

Paços de Ferreira, Vizela, Alijó, Chaves, Lamego, isto numa pesquisa muito rápida, entre tantas outras, são alguns exemplos de autarquias onde, quando houve alteração do Executivo, existiu o mesmo procedimento. Quem está a começar uma tarefa tão nobre e tão exigente tem a obrigação de querer saber tudo acerca da tarefa que os espera! Reafirmo: Nada mais normal. Aliás, faço aqui uma promessa, se ainda aqui estiver quando, e se o PSD ganhar novamente a Câmara, e se Vossas Excelências quiserem realizar o mesmo procedimento que foi usado desta vez, serei o primeiro a subscrever a vossa ideia, fica aqui registado em ata. A bem da transparência e da responsabilização!

Eu considero isto uma forma de fazer quase como que um *reset* a tudo.

A expressão foi aqui usada ontem, na Sessão Extraordinária, e eu quero recuperá-la. Ao contrário do foi depois contraposto, digamos assim, na política existem, efetivamente, heranças! Umhas melhores, outras piores. Infelizmente, nalguns casos, noutros não, não se pode passar uma esponja no dia das eleições para começar tudo do zero.

É justo saber qual foi a herança que o PSD nos deixou. Há um passado que dita o presente e irá ditar o futuro. Infelizmente para os Mirandelenses não foi esta a visão do PSD.

Porque era dinheiro mal gasto, porque andávamos à procura de culpados, porque andávamos a fazer uma “caça às bruxas”! Porque não podiam fazer o contraditório! Porque atentava a seriedade e a competência dos anteriores Executivos. Como se com os cargos políticos não viesse a responsabilidade política das decisões tomadas no exercício dos mesmos. Tudo e mais alguma coisa, foi usado nesse sentido! A nosso ver, nada mais errado.

Passemos ao conteúdo propriamente dito.

Convém neste momento lembrar uma coisa. O documento efetuado contém duas competências distintas, porém igualmente importantes: A questão da análise financeira, e a questão dos procedimentos. Lá voltaremos.

O estudo efetuado detetou, sem qualquer margem de dúvida, diferenças entre o que era apresentado nos orçamentos e o que efetivamente foi apurado neste documento!

Referiu o Doutor *Jorge Pires*, penso que foi ele anteriormente, que se dez pessoas analisarem um documento, dez pessoas têm...

Não foi? Peço desculpa, foi o Professor Dinis. Se dez pessoas analisarem o mesmo documento, dez pessoas terão uma visão diferente do mesmo. A nossa visão é a seguinte: ora vejamos:

Há manifestamente uma insuficiência nas provisões para os riscos e encargos com os processos judiciais em curso, num valor de cerca de 1.400.000,00€.

Há um valor de 171.000,00€ em concessões de espaços turísticos e cafés que também não estava evidenciado nas contas.

Valores atribuídos a PPP's como a Mirandela XXI que não constavam, também, nas contas, cerca de 366.000,00€ que como foi já aqui referido, ou como tenho de contrapor ao que foi já aqui referido, há efetivamente registos que foram apresentados na última Assembleia Ordinária que há uma assunção de dívida, ou da dívida existente por parte do anterior Executivo, na pessoa do Engenheiro António Branco. É um valor também que não está versado nas contas.

Valor das contrapartidas da exploração da mini-hídrica da Ponte Açude: Este valor não podemos contabilizar, uma vez que à data da realização do estudo, que não existia algum tipo de informação por parte da empresa exploradora da infraestrutura que permitisse quantificar o valor que a Câmara teria de receber, uma vez é uma percentagem de 2,5% da produção de energia.

Existem valores em dívida dos estudantes da Residência de Estudantes, não sabemos muito bem qual?

Existem valores em dívida dos comerciantes da Feira e Praça do Mercado, também não sabemos muito bem qual?

Existem valores em dívida das rendas das habitações da Câmara, mais uma vez não sabemos muito bem qual, mas tudo isto foi detetado. Há uma inexistência ou uma desadequação de regulamentos sobre o uso dos mesmos.

Existe uma falta de procedimentos implementados para fazer face ao não pagamento destes valores.

Existem falhas no inventário de materiais da Câmara Municipal de Mirandela.

Os valores das dívidas relativos ao fornecimento de água: Valores antigos que já tinham prescrito ou que estavam em vias de prescrever. Dívidas que eram cobradas, e bem, com a penalização dos juros, e outras onde os mesmos eram perdoados. Que igualdade é essa? Não pode, nem existirá connosco Mirandelenses de primeira, nem Mirandelenses de segunda!

Existe um valor em dívida, não versado também, com as Freguesias.

Faço agora uma questão agora aos Senhores Deputados do PSD. Alguma destas situações que acabei de citar está errada? Alguma delas não corresponde à verdade?

O Deputado *Paulo Pinto* estava a referir que é crédito, há aqui crédito...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Por favor, não se dirija aos Deputados.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Rui Pacheco* (PS) disse:** Peço desculpa!

Há créditos, que quando não são pedidos, quer dizer, estamos também a entrar num incumprimento das nossas obrigações enquanto Município. Se nós temos créditos na rua que não os reclamamos, também não estamos a proceder de uma forma correta.

O Vereador *José Miguel Cunha* referiu na última reunião Ordinária desta Assembleia, dia 28 de setembro, que só em dívidas relativas ao fornecimento de água, tinham sido recuperados até à data cerca de 175.000,00€. Tendo em conta, como já foi várias vezes referido e sublinhado pela parte do PSD, que este estudo custou cerca de 55.000,00€, o Município, só com as dívidas da água, já pagou o documento e ainda recuperou 125.000,00€. Parece-me uma conta bastante simpática de se fazer.

Esta análise permite criar as devidas medidas quer ao nível dos potenciais gastos, alocando provisões para o efeito, como ao nível das receitas cobrando o que é devido aos Mirandelenses. Nada mais justo. Evitar mais surpresas.

Mas não nos devemos esquecer da segunda premissa do estudo: a parte das recomendações de todos os procedimentos que deveriam ser alterados. Por vezes é necessário uma visão externa para nos apontarem falhas, que internamente não são detetadas, por muito evidentes que elas possam parecer.

O estudo realizado pela Deloitte detetou uma série de erros ou insuficiências nos procedimentos que a Câmara Municipal estava a usar, sugerindo de uma forma completamente construtiva cerca de 35 sugestões de melhorias nos mesmos, em áreas que vão desde a gestão dos ativos fixos tangíveis, receitas, contribuintes, clientes, inventários, tesouraria, receita, despesa, pessoal. Em suma, uma enorme mais-valia que futuramente permitirá à Câmara Municipal tornar-se mais eficiente, capaz e justa, com um melhor controlo sobre os seus bens e que certamente ajudará a prever melhor algumas despesas que são cíclicas.

O documento apresentado é muito útil. Por variadíssimas razões. Em primeiro lugar, e não me canso de referir, porque o mesmo nos permite ter uma visão mais abrangente acerca dos problemas do Município.

Permite-nos saber exatamente o real estado das contas.

Permite-nos alterar ou criar procedimentos para tornar mais eficiente o Município.

Permite-nos ver a real herança que 42 anos de governação PSD deixaram. Permite-nos definir prioridades, e caminhos a traçar para executar o nosso programa para Mirandela. Em função do real estado do Município.

Assim, esperamos que depois de toda a polémica vazia a que fomos atirados, possamos colocar um ponto final nesta questão, aproveitando os dados que temos para trabalhar de forma séria, construtiva e principalmente com o foco nos Mirandelenses e na sua qualidade de vida.

Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Rui Pacheco*.

Passo a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pontes*.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* (PSD) disse:** Quanto não vale o público nesta Assembleia. Estão a ver? Não é possível avaliar o valor.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, respetivos Secretários, Senhora Presidente da Câmara respetivos Vereadores, Excelentíssimos Colegas, Público, Comunicação Social.

Não venho aqui para falar da Deloitte nem de relatórios que assumo não tenho capacidade mínima para fazer essas análises. Mas vou fazer assim umas análises pequeninas.

Primeiro: É a segunda vez que o Senhor Engenheiro *Agostinho Beça* Deputado desta Assembleia vem aqui dizer e falar nas senhas da Assembleia. Também é a segunda vez que eu venho aqui dizer que, ele que diga quais foram as senhas, porque se alguma senha minha ou que seria minha, foi depositada nesse tal NIB, que eu não sei qual é, então eu sinto-me enganado. Mas tanto quanto eu sei e nas minhas contas caseiras eu tento tomar conta bem delas, às vezes a minha mulher diz que não que não tomo, mas pronto, isso é uma questão familiar. Não tenho conhecimento que alguma senha minha tenha sido depositada noutro NIB que não tenha sido o meu.

Segundo: Perguntava ao Senhor Deputado do CDS, Virgílio Tavares, se neste momento já sabe de onde é que parte? Depois deste relatório todo, se já sabe de onde é que parte, mas não é para responder.

Terceiro: Andamos aqui há oito meses a discutir a Deloitte e o relatório, há dívida, não há dívida. E eu pergunto: mas afinal há dívida ou não há dívida? É que eu não sei! Ainda hoje não sei. E não sei se a dívida é legal, se não é legal, se é grande se é pequena. Não sei. Isto resulta da minha incapacidade de avaliar relatórios desta envergadura, atenção!

Quarto: Então afinal, se há dívida, eu rapidamente arranjo já aqui 15.000,00€ ou 20.000,00€ de dívida deste Município, desde que está em exercício.

Primeiro: Vejam só que não se consegue chegar à conclusão de um relatório de um exercício de quatro anos, se há dívida se não há dívida, se é legal se não é legal, se mete se não mete. Ninguém chega à conclusão. Eu também não consigo chegar à conclusão, desde que oiço falar do relatório, quanto é que custou este relatório?

Calma, calma, Professor.

Eu já ouvi falar a primeira vez, 30.000,00€ e não vou falar mais nada, já hoje ouvi falar aqui dois valores. Foi aqui o Senhor Deputado *Luís Pereira* falou em 50.000,00€, o meu antecessor falou em 55.000,00€. Mas eu mediante estes valores falo em 60.000,00€. E falo em 60.000,00€, porquê? Não sei se é com IVA ou sem IVA. Não sei, isso não sei. Mas se são 55.000,00€, foi o Senhor Presidente que disse, agora ponham mais 5.000,00€ para esta Assembleia. Portanto, já são 60.000,00€, se foram 55.000,00€ como disse o Senhor Deputado. Se foram 50.000,00€, já foram 55.000,00€, não sei se com IVA se sem IVA. Mais, disse eu que arranjava já aqui 15.000,00€ ou 20.000,00€ de dívida para o Município.

Lembra-me uma vez o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, vir aqui elogiar a Câmara Municipal pagava as senhas de acordo, quando íamos ter uma assembleia pagava as senhas da anterior. Acho que sim. Mas isso é um louvor à Câmara. Eu neste momento estou a ter a terceira e ainda não recebi nenhuma, ou seja, se são 5.000,00€ cada Assembleia, a Câmara já deve neste momento 15.000,00€.

Pronto, está bem mas eu não percebo nada de contas, também assumo isso. A Senhora Presidente disse aqui de manhã, sem ninguém lhe ter perguntado nada, disse aqui de manhã sem ninguém lhe ter perguntado nada que foi atribuída ao fim de oito meses, ao fim de oito meses de insistência de 22 ofícios, foi atribuído um subsídio de 2.500,00€ à Junta de Freguesia do Franco e Vila Boa. Acho muito bem que o deusa dizer, a bem da transparência, porque eu já o tinha dito na Assembleia de Freguesia da minha Freguesia. Bem, mas se já me atribuiu 2.500,00€, está em dívida comigo, porque eu ainda não os recebi.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado, *Paulo Pontes*, já excedeu largamente o seu tempo e desviou o objetivo. Se não me leva a mal, referiu que toma boa conta das suas contas, terá que rever uma vez que as senhas da Assembleia Municipal estão pagas até junho, portanto, não está paga a última ordinária, que foi recentemente, portanto terá, que também verificar o NIB porventura.

Muito obrigado Senhor Deputado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Veja lá se o número da conta que tem na Câmara não está errado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Eu apenas pedi que fosse clarificada a questão, não disse que tinha sido feito. Como o Senhor Vereador *José Cunha* na apresentação do relatório abordou essa questão, eu apenas pedi que fosse clarificada.

Se foi ou não depositado na conta do Senhor Deputado, *Paulo Pontes*, eu não disse nada disso.

Mas prometo que hei-de averiguar e informar esta Assembleia e o próprio em primeira mão, logo que tenha essa informação. Mas de momento, apenas o que eu pretendia era que o Executivo ou alguém nos clarificasse esse pormenor.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito bem. Muito obrigado. Deputado *Virgílio Tavares*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Ó Senhor Deputado *Paulo Pontes*, isso dito dessa maneira, pode levar a muitas interpretações. Se já sei de onde parto? Eu sei ao que se quer referir. Então que fique aqui o esclarecimento. Quando eu me refiro, o ponto de partida é precisamente quando nós iniciamos uma atividade e neste caso um poder numa instituição, temos que saber com que “linhas nos cosemos”, ou seja, temos que saber o que está depois não nos atribuírem culpas que não temos, mas também sermos responsáveis por aquilo que efetivamente será feito e nós, Membros desta Assembleia, não poderemos falar se não estivermos devidamente informados, e portanto, é esse ponto de partida da Câmara Municipal à data de tomada de posse, a situação, queira-lhe chamar um retrato da situação da Câmara Municipal a diversos níveis que já foram aqui elencados.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado.

As chaves que apareceram não são da funcionária de apoio aos Órgãos Municipais, pelo que se por acaso alguém notar que perdeu as suas chaves elas estão aqui, portanto, dirija-se aqui para as recolher.

Por último temos a inscrição do Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Renovo os cumprimentos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, hoje em dia de festa, Público Presente, Comunicação Social.

Senhora Presidente, esperamos tanto tempo por este dia. Se a justiça falha, a democracia falha. O que pretendemos hoje ainda como justiça política, porque não nos queremos substituir aos Tribunais, a justiça que pretendemos fazer hoje é a justiça devida de todos aqueles que serviram nos últimos anos, em nome do PSD, no Executivo da Câmara Municipal de Mirandela.

Senhora Presidente, a pergunta que lhe tenho que fazer diretamente porque já percebemos que quer à esquerda quer à direita as leituras são distintas, mas percebemos agora também que os créditos por cobrar da Câmara Municipal são muitos e que os números afinal podem muito bem ser diferentes, a pergunta que tenho que lhe colocar, a pergunta que os Mirandelenses querem ouvir, é a seguinte: se tinha dívida oculta e agora já não tem porque deve saber onde está, porque é que já fez três revisões orçamentais e nenhuma delas foi sobre o arrombo das contas identificadas na auditoria?

Senhora Presidente, o PSD já desde março, que sabe que não há dívida oculta. Com a aprovação do relatório de contas em março de 2018, percebemos que não havia contas erradas na Câmara Municipal. Aliás, o Tribunal de Contas, com tantas dúvidas lançadas pelo seu Município teve o cuidado de lhe pedir o relatório, porque tardava em chegar. Um relatório que ultrapassou prazos. Um relatório caro, que foi feito por uma entidade privada, quando a aconselhamos a pedir uma entidade pública, isenta e que evitaria de suportar os 50.000,00€.

Senhora Presidente, um relatório preliminar, eu estou-lhe a dar conta, depois de sabermos que já não existia dívida depois do relatório de março aprovado, tudo isto foram factos que, porventura, permitam-me a expressão, nos divertiu um bocadinho. Mas que nos deixou ansiosos no caminho que estava a levar o bom nome da cidade de Mirandela dos seus dirigentes políticos e de todos que cá moram. Porque senti nas reuniões distritais por onde participei, que aquilo que Mirandela andou a anunciar, afinal não era verdade, sob pena de ser tudo falso, sermos terra de bandidos e de vagabundos e que nem os políticos são e não é nisso que tenho em conta este Executivo, não é por causa desta auditoria. Terá em mim o apoio suficiente para se porventura algum dia houver um linchamento público, porque nada aponte nesse sentido em relação ao Executivo, conte comigo. Porque normalmente estas auditorias ultrapassam fronteiras, mexem com o posicionamento da cidade e do concelho no contexto regional, pelo que o relatório preliminar deixou-nos ainda mais perplexos, porque não existe um relatório preliminar. Um termo de confidencialidade, eu essa não estava à espera Senhora Presidente. Chegados a julho, depois de ultrapassarmos prazos, verificamos que havia um termo de confidencialidade para assumir.

Senhora Presidente, um relatório que já leva três nomes. Uma auditoria, sem contraditório, que em democracia é muito grave, um manual de procedimentos e agora percebi na última Assembleia, chamem-lhe o que quiserem, as palavras não são nossas.

Senhora Presidente, um fato à medida que a Senhora já não usa, porque a Deloitte o abandonou, quando percebeu que o objetivo que lhe era pedido não era cumprido.

Senhora Presidente, com este resultado e com a pergunta que lhe fiz e que gostava de ver objetivamente respondida, até porque nós pretendemos de uma vez por todas encerrar este assunto e julgo que a Senhora Presidente também, houve uma lapidação do Património Público, este Património Imaterial do concelho de Mirandela e sobretudo volto a repetir dos seus dirigentes políticos pelo que, Senhora Presidente, peço-lhe encarecidamente, primeiro que responda a estas perguntas que não se escude no Senhor Vereador *José Cunha*. Sabemos perfeitamente que trabalha todos os dias com estes números e que cada vez estará mais bem preparado, mas diga verdadeiramente se são cinco, seis ou quantos milhões de euros, porque valor vai fazer a próxima revisão orçamental? E este será seguramente o saldo contabilístico e o saldo político desta auditoria. Mais não digo, Senhora Presidente, porque não quero, porque não preciso, porque tive uma bancada que se preparou abnegadamente para defender um relatório, que no qual todos e mais alguns, naquilo que eram as suas funções se sentiram atingidos na sua dignidade política, porque estamos a falar de valores políticos.

Senhora Presidente, o Senhor Deputados *Dinis* falou, houve nomes aqui, falados, semana após semana em que eram classificados com todos os adjetivos e mais alguns. Isso está ultrapassado, que as pessoas levam experiência suficientemente de vida, mas outros que não percebem estas coisas da política, como entenderão isto? Portanto Senhora Presidente, peço que lhe façam um balanço contabilístico deste relatório na revisão orçamental que ontem fez uma e não fez mais outra e que faça um balanço político. E Senhora Presidente é bem verdade que tomar a palavra é tomar o poder, palavras de Carlos Magno proferidas na Festa da Geografia naquele auditório ali, que até hoje ainda não esqueci. Que a Senhora Presidente quando toma a palavra, toma a palavra com uma força ao ponto de conseguir ter ganho as últimas eleições em Mirandela. Porque foi pela palavra seguramente também, porque praticou a boa nova, anunciou-se ao mundo, ao mundo Mirandelense. Foi seguramente pela palavra, pelos seus programas e é essa palavra que lhe peço agora igualmente também, com a palavra, com o poder que as suas palavras vão ter, que se explique sucintamente e de forma humilde qual é o valor da próxima revisão orçamental que vai fazer. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Temos, ainda, mais um pedido, afinal não finalizamos, do Deputado *Jorge Pires*, que agradeço, então, restam-lhe ainda três minutos do seu tempo que poderá então utilizar se quiser.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Jorge Pires* (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, caros Vereadores, caros Colegas, Público em geral, Comunicação Social.

Foi aqui afirmado há pouco por um dos nossos Colegas, não lhes chamo camaradas, chamo-lhes colegas, Deputados, que não sabia se todos tínhamos lido o mesmo relatório, e eu confirmo, todos lemos o mesmo relatório. Temos certamente, é diferentes conceitos do mundo e da vida. A nossa verdade é diferente, certamente. Não defendo, por exemplo, a coletivização, estou-lhe apenas a dar um exemplo, não estou a criticar, atenção. A coletivização dos meios de produção, defendo sim, o primado do ser humano, isso defendo, a sua inteligência, as suas capacidades quando, quando, repito, postas ao serviço da comunidade. Não concordo com muito daquilo que defendo, mas respeito-o e peço igualmente respeito. E quando digo todos lemos o mesmo relatório, eu vou só aqui repetir duas ou três coisas. Há pouco eu referi que havia duas questões que me levaram, embora considerasse este relatório nulo, mas que levavam a aceitá-lo.

Primeiro era a confusão que se estava aqui a estabelecer, com dívida oculta e em segundo lugar e eu não mencionei, é a parte do relatório que fala em controlo de gestão, as tais 35 medidas.

Eu sou, sempre fui, a vida exigiu-me isso, um sério defensor do controlo de gestão. Há um orçamento, tem que ser controlado. Não defendo as contas de merceeiro como por exemplo, aqui foram referidas. Isso para mim, não existe. Mas até o merceeiro consegue perceber pela sua experiência de vida o que está contido, neste relatório. Volto a dizer: a Câmara, o Executivo, tem todo o direito a querer saber como está a situação, para a partir daí encetar um novo mandato, corrigir os erros se os houver. Agora, temos que considerar que, dos pontos que eu aqui eu enumerei, por favor digam-me qual é aquele que não está correto quando eu digo que não pode ser considerada como dívida oculta.

Mencionei sete pontos. Num foi, questão do imobilizado, dei razão, embora também tivesse dito, que era um ativo que a Câmara dispunha. Mencionei o problema das garantias de caução, disse que umas são positivas e outras são negativas. Como é que eu posso considerar 786.000,00€ como dívida oculta? Referi o problema do fundo de apoio municipal, que foi criado pelo Governo, que constitui, efetivamente, no futuro, sempre um ativo para a Câmara. Não é uma dívida oculta. Extinção do fundo, a Câmara recebe o valor.

Terceiro: Referi o problema relacionado com o Estado e outros Entes Públicos, concretamente a um subsídio que foi aprovado aqui em maio de 2017, não está oculto. Foi aprovado, e o Executivo, e aqui faço uma ligeira crítica, devia-o ter incluído no orçamento, mas está a ata em que este... Não está registado? Peço desculpa, eu para mim se me dizem que foi aprovado, considero-o como existente.

Bom, referi depois o problema dos acréscimos e deferimentos, e vou acabar muito rapidamente. Estas verbas de um modo geral são consignadas no orçamento. Se estão consignadas no orçamento, aprovadas depois aqui na Assembleia, não posso considerar como dívida oculta. Uma questão é quando elas são aprovadas, outra questão é quando eu as registo depois de..., com base no provimento que foi feito dessas verbas.

Por último, nem vale a pena, estar a falar nisso na PPP XXI. Os Senhores queriam exigir a um Presidente da Câmara que registasse nas suas contas uma coisa que ele não aprovou? Que ele contesta? Onde é que estão os projetos? Digam-me, existem? Senhora Presidente, não sei se os projetos existem, se existem peço imensa desculpa.

Segunda questão... Eu vou terminar rapidamente. Eu não queria referir aqui isto, mas alguém falou nas funções passadas de Professor e não sei quê ligadas com esta matéria, eu ainda nunca o mencionei, mas eu devo informá-lo que fui Professor Universitário durante quinze anos e dei aulas do quinto ano, aulas sobre estas matérias, portanto, não venho aqui falar de graça, falo com conhecimento de causa.

Muito obrigado pelo tempo extra que me deram. Obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito bem. Esgotadas todas as intervenções, de todos os Deputados inscritos para este ponto, segue-se a palavra da Senhora Presidente de Câmara par responder às matérias em questão.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito boa tarde. Cumprimentar todos, Senhor Presidente, respetivos Secretários, Colegas do Executivo, Senhores Deputados Municipais, Público em geral, Mirandellenses, Amigos e Amigas, Comunicação Social.

De facto, eu vou apresentar a perceção política relativamente à análise deste relatório e depois, como é óbvio, e porque foi citado várias vezes pelos Senhores Deputados vou dar a palavra ao Senhor Vereador responsável pela parte financeira, *José Miguel Cunha*. Defender o que é indefensável, eu admito que é difícil. É difícil porque quem lê este relatório tem a noção de que as contas não eram controladas.

Estamos a falar de procedimentos contabilísticos.

Estamos a falar de rotinas de controlo interno.

Estamos a falar de receitas próprias que não eram cobradas.

Estamos a falar de seriedade na apresentação das contas.

Começo por alertar uma questão que é referida nas oportunidades de melhoria da empresa Deloitte. A Autarquia não detém um manual de procedimentos, manual de contabilidade, políticas contabilísticas de apoio à área financeira. A existência de um *standard* de políticas contabilísticas e procedimentos nesta área, definição de registos rotineiros e não rotineiros, juntamente com o estabelecimento de procedimentos e *checklist* de fecho de contas, permitirá a manutenção e apoio a um ambiente de controlo interno adequado. Este manual deverá ser acessível a todos aqueles que efetuam lançamentos contabilísticos para assegurar a consistência de aplicação de políticas e práticas a este nível. Este manual irá beneficiar a Autarquia em momentos de alteração ou rotação de elementos chave no processo de contabilização, permitindo a redução do tempo de aprendizagem de novos colaboradores providenciando um apoio adicional à compreensão das práticas contabilísticas e à sua aplicação. O manual de políticas contabilísticas irá providenciar uma base para o processo contabilístico, tendo por objetivo minimizar os efeitos de crescimento orgânico e rotação de pessoal. Pode ler-se no relatório.

Iniciando, então, esta panóplia de intervenções e agradeço a todos a vossa participação na análise deste relatório, uns de forma mais técnica outros das questões políticas.

Começo pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, falou num jogo político durante quase um ano. Pois bem, a política tem regras, quem faz a gestão de um Município está sujeito a que essa gestão venha a ter um controlo da mesma. Nós sabemos quantos Presidentes de Câmara têm responsabilidades e também os Presidentes de Junta têm responsabilidades, porque lidam diretamente com dinheiros públicos e, portanto, eu não consigo entender, nem sequer perceber o que é que quando se fala em jogo político. Isto não é de todo um jogo político. Isto é boa prática da gestão pública. A questão política associada à questão de financiamento público é uma coisa, a questão política é outra. Não se trata de um jogo político, trata-se de fazer um relatório, fazer uma auditoria às contas do Município para que seja transparente tudo aquilo que é herdado. O bom e o mau. Aquilo que nós podemos falar de uma forma geral dos graves problemas da Autarquia sem ser a questão do urbanismo, sem ser a questão jurídica, porque temos muitos processos em Tribunal, não quer dizer que sejam todos para perder ou todos para ganhar. Mas há um critério objetivo que nos pode encaminhar para determinadas coisas. Um grave problema da Câmara

Municipal de Mirandela são os procedimentos contabilísticos e é o Património. Património este que nunca foi dada a devida importância e nunca foi de uma forma séria e rigorosa feita uma avaliação correta do Património e do imobilizado desta Autarquia.

Dizer que a democracia não se pode subjugar às minorias, dizer-me isso a mim que sempre fui oposição. Eu bem sei o que é ser oposição e bem sei as dificuldades. Provavelmente as minhas dificuldades seriam muito maiores porque nunca tinha estado numa Autarquia e não tinha sequer amigos na Autarquia que me pudessem fazer algumas elucidações, alguns esclarecimentos adicionais. E como é importante ter amigos!

Suspendeu a oposição. Não suspendemos a oposição, a oposição existe e quanto melhor for a oposição melhor é o poder e o exercício do poder. Por isso, agradeço muito as vossas questões.

Quanto ao Deputado *Jorge Pires*, é um tema complexo obviamente, a “montanha pariu um rato” é uma afirmação que quanto a mim, não é correta, até porque lendo com atenção a auditoria e tecnicamente está muito bem sustentada. Aponta pistas de melhoria e oportunidades de melhoria em todas as áreas e tudo aquilo que nós conseguimos saber, quando fala em dívida oculta é dívida não registada de forma contabilística, ou seja, é dívida que poderá ter existido a aprovação na Câmara Municipal ou na Assembleia, mas não está registada na contabilidade. E por isso, esses tais relatórios e manuais de procedimentos são fundamentais para que haja com rigor e que os nossos colaboradores do Serviço de Contabilidade saibam exatamente o que estão a fazer, porque tudo começa no aprovisionamento e nas compras.

Esteve tudo mal, e agora é que está bem. Não, não é isso que se quer com esta auditoria. O que se quer com esta auditoria é um retrato fiel. Um retrato exato e rigoroso de como estamos e para onde podemos caminhar e qual é o caminho sob o ponto de vista contabilístico, que nós temos que fazer para executar melhor.

Relativamente à Mirandela XXI, a sociedade não foi extinta e o Presidente era o ex-Presidente da Câmara, portanto, são esclarecimentos que os colegas de bancada saberão esta situação.

Relativamente à questão da almofada financeira para a Câmara, portanto, se nós não vamos cobrar os créditos que temos e as dívidas que têm para com a Câmara, podemos não ir a tempo de cobrar as devidas dívidas, por isso, nunca houve alarido à volta deste tema do relatório, o que há é, de facto, um desconforto da bancada do PSD que por obra e mágica pediu esta reunião Extraordinária para debater o tema. O relatório da auditoria já está no Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas terá ocasião de se pronunciar sobre este relatório. Dizem que eu falo no passado, mas foi a bancada do PSD que solicitou a Assembleia Municipal Extraordinária, para debater este relatório. Eu achei era uma excelente ideia, mas depois não venham acusar o Executivo que está a voltar ao passado.

Em relação às obras do plano estratégico do desenvolvimento urbano, estamos com um plano exequível para, como vocês sabem, já foram executadas algumas sobras, tal como noutros Municípios estão a ser executadas obras no âmbito deste quadro comunitário e estamos a ter uma boa execução e até ao final do ano vamos conseguir, com toda a certeza, executar projetos, e elaborar outros projetos que já estão a ser preparados, como por exemplo a renovação do Bairro Operário que está a cargo dos nossos Arquitetos da Câmara. Em relação à nova via de acesso Norte, também é um projeto que está em elaboração e é isso que se pretende.

Em relação às questões que foram levantadas pelo Deputado *Agostinho Beça*, a parceria público-privada Mirandela XXI dizer-lhe que em relação aos projetos da Mirandela XXI, apesar de existirem *emails* do próprio Presidente da Câmara, e que o Vereador *José Cunha* mostrou na apresentação que fez, assumir a dívida e o pagamento da dívida, os projetos não estão na Câmara Municipal.

O depósito das senhas no mesmo NIB, sim é verdade, estão todas no mesmo NIB, e não existe autorização oficial dos Senhores Deputados para a transferência de três senhas de presença do ano passado relativas à vossa participação na Assembleia Municipal.

O Deputado *Jorge Humberto* fez uma análise sistemática, página a página do relatório, a nível do passivo ou a nível da dívida global do Município a referência aos 26.000.000,00€ e ao plano de saneamento financeiro.

Uma das situações que vos queria referir é que, de facto, quem ouve a bancada do PSD dá ideia que nós estamos num concelho e num Município em que tudo foi gerido a 100%, ou seja, dá ideia que é uma espécie de concelho das maravilhas, apesar de termos duas maravilhas, com certeza que a parte da contabilidade da nossa Câmara não é uma maravilha e temos, de facto, medidas urgentes, a implementar já na elaboração deste orçamento municipal.

Registo patrimonial, como todos sabem eu já falei disso.

Os processos em Tribunal também são uma das situações de controlo que temos que verificar.

As fontes de receita da Autarquia são, de facto, as situações mais preocupantes. Não era cobrado o valor em dívida a particulares, a empresas, a instituições, tudo ficava sem cobrar. Tudo ficava sem cobrar.

Quanto ao Deputado *Virgílio Tavares*, não se trata de denegrir a anterior gestão, trata-se de se fazer um exercício de análise, de avaliação, da gestão anterior para podermos traçar o nosso caminho.

Em relação ao Deputado *Luís Pereira*, de facto, assumir aqui a pouca seriedade relativamente à regularização das águas, aos contabilizados em novembro, aos procedimentos contabilísticos, e portanto, de toda esta situação ficamos a conhecer que o Deputado *Luís Pereira* não conhece, ou quis de alguma forma ligeira desvirtuar a leitura do próprio relatório. Falou dos débitos que não estavam na contabilidade, como se fossem do mesmo ano económico e não é isso que diz a auditoria. Mal seria que uma auditoria referissem valores sem terem em consideração o princípio da especialização do exercício. Aquilo que me parece Senhor Deputado é que esta auditoria não é um custo é um investimento. Por vezes, nós temos que investir para vir a caminhar na realização de dinheiro para podermos fazer os projetos para investir nas Juntas de Freguesia, para investir no Setor Social, para investir nas pessoas e, portanto, eu não considero esta auditoria um custo, eu considero esta auditoria um investimento.

Relativamente a duas situações que falou, em “alarme social”. Sabe Senhor Deputado o “alarme social” existe quando não há verbas para a Ação Social, ajudar as famílias mais carenciadas. Sabe Senhor deputado, o “alarme social” existe quando a

Câmara Municipal não dispõe de receitas para investir em medicamentos, no apoio social a famílias carenciadas, para o transporte das crianças, na alimentação das crianças, isso é que é um “alarme social”.

Respondendo ao Deputado *Dinis Veiga*, este relatório não é demolidor para a Presidente da Câmara, não é demolidor para o Município, é uma luz para o Município, é uma forma de sabermos onde estamos e para onde vamos caminhar, designadamente à organização interna sobretudo. E na política há limites, a vossa demagogia, o bom senso, o equilíbrio de que fala, não houve equilíbrio de contas é verdade, porque senão não estávamos em plano de saneamento financeiro, não estávamos com uma dívida como a que temos. Não foi este Executivo que criou esta dívida, é bom que se saiba.

Capacidades para executar? Obviamente que sim! Competências para executar? Obviamente que sim! Nós temos colaboradores no Município que com alguma formação, alguma organização e algum apoio vão com certeza conseguir reconhecer os procedimentos e reconhecer novos procedimentos e abarcar essa formação.

Coragem política? Bem! Sobre isso acho que nem vou falar porque, de facto, coragem política... Podem-me acusar de muita coisa, de falta de coragem política, isso não podem.

Relatório mini-hídrica, ora bem, mini-hídrica da Ponte Europa disse aqui o Senhor Deputado, *Dinis Veiga*, que em 2016 fizeram uma notificação à mini-hídrica, no relatório de auditoria diz: “O direito de exploração do terreno foi concedido à Egeve, Empresa Geradora de Vapor e Eletricidade, Lda, em 23 de outubro de 2007 por um período de 35 anos, tendo sido acordado como renda da concessão o pagamento anual de 2,5% da faturação de venda de energia elétrica. A Egeve foi notificada”, nove anos depois em 2016, “que estava pendente de liquidação 2,5% da faturação mensal de 8 anos, tendo sido requerida a apresentação de documento comprovativo que identifique as vendas anuais de energia elétrica desde janeiro de 2008 a dezembro de 2015”, portanto, o contrato foi assinado a 23 de outubro de 2007 e estão a pedir a faturação desde janeiro de 2008 a dezembro de 2015, “para apuramento do valor em dívida. Com base na informação transmitida, à data de fecho deste relatório não se encontrava em curso nenhum procedimento formal de regularização desta situação, não tendo sido obtida qualquer informação da Egeve e mantendo-se a empresa a desenvolver a sua atividade no terreno concessionado sem qualquer pagamento efetuado à Autarquia.”, pois bem, em relação à mini-hídrica, acho que ficamos esclarecidos.

Em relação aos recibos de água em atraso, fez aqui alguma confusão com Diretores de Serviço, porque nós não temos Diretores de Serviço no Município, Senhor Deputado. Nós não temos Diretor de Departamento como vocês tinham, temos Chefes de Divisão.

Só falam e nunca chegam a pensar! Eu acho que se estava a referir a alguém não sei a quem, mas julgo que deve refletir sobre os seus pensamentos e aquilo que fala, antes de realmente falar, porque devemos sempre ponderar aquilo e de quem falamos.

Relativamente às senhas em atraso, eu não conheço o NIB do PSD será certamente uma pessoa que poderá seguramente ser identificada e será identificada com toda a certeza.

Requisições por faturar, autos de empreitadas, que nem sequer houve requisições. Há muitas obras que foram efetuadas em 2017 com base em acordos verbais que nem sequer estão requisitadas e orçamentadas, e que foram executadas porque dizia-se “façam, depois logo se vê” e há testemunhas sobre estas situações.

Relativamente ao Metro Ligeiro de Mirandela, já ontem falei do Metro e da situação de falência que o Metro está a viver no entanto vai haver um acordo com a CP para a regularização das dívidas.

Em relação à AIN, julgo que podemos ter uma Assembleia Municipal dedicada à AIN dadas as situações que se verificam na AIN e dada a situação em que está a AIN e o Matadouro Industrial do Cachão.

Ora bem, “caça às bruxas”, “caça às bruxas” fala em dois caçadores, eu nunca cacei, por acaso não tenho a carta de caçador, por isso, não me incluo nessa situação, não sei de quem fala, mas com toda a certeza eu não sou caçadora e julgo que o Senhor Vereador *José Cunha* também não caça, só mesmo no prato.

“Falta de rumo e orientação”, não sei ao que é que se refere até porque temos feito tudo aquilo que podemos e o que não podemos para que tenhamos um rumo nesta execução deste orçamento, até porque tudo aquilo que eu vos posso dizer e o Senhor Vereador *José Cunha* vai falar a seguir é que nós já diminuimos 2.500.000,00€ de dívida. Ele depois vai explicar, certamente foi um trabalho dele e, por isso, terá todo o prazer em vos explicar.

Quanto às questões do Senhor Deputado *António Figueiredo*, e já estou quase a terminar, relatório sob o ponto de vista jurídico, relatório de procedimentos acordados... As partes contratantes, naturalmente que é o Município de Mirandela e a Deloitte, foram publicados todos os procedimentos como em todos os contratos, na base de dados do Governo em www.base.gov.pt, nas plataformas eletrónicas e, por isso, o contrato com a Deloitte está disponível nesta base de dados, depois o Estado decide contratar, o convite é feito, ou faz-se um anúncio do procedimento, apresentação e validação de propostas e depois a adjudicação e a celebração do contrato, por isso, é fácil basta aceder a esta plataforma.

Depois referiu também o facto de nós não termos dialogado com o anterior Executivo. Bem, esta situação já que não se pode chorar, só dá mesmo para rir. Não queria voltar a falar desta situação até porque, como todos sabem, nós temos dialogado com o anterior Executivo, há muitas matérias que estavam na mão de somente uma pessoa, que era o Senhor Presidente da Câmara e como sabem não houve transferência de funções, não houve transferência de pastas, não houve transferência de conhecimento daquilo que existiu e aquilo que poderia vir a fazer parte do nosso conhecimento e do estado em que ele poderia perfeitamente, como aconteceu noutras Câmaras Municipais aqui bem perto, fazer esta transferência de funções que é o natural, o habitual e o eticamente correto.

Como disse o relatório de auditoria já foi enviado ao Tribunal de Contas.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*, julgo que fez uma análise muito correta, muito fiável e muito rigorosa do relatório, isto porque, ... Não dá para rir, porque é verdade, basta ver que tudo aquilo que é referido dos valores em dívida são aqueles que estão referidos no relatório.

De facto existe um problema com a cobrança da água, havia perdão de juros na cobrança da água e essa é uma situação muito grave que existe e que está a ser avaliada uma vez que ninguém, nenhum colaborador, nenhum responsável pode perdoar juros

na cobrança da água. Existia uma ferramenta informática que se podia ativar ou desativar conforme o perdão de juros, já foi bloqueada para que não haja esse perdão, uma vez que é de todo ilegal, é de todo irregular haver este perdão.

As recomendações de melhoria são as 36 sugestões de melhoria, é um processo longo, um processo que ainda vai demorar alguns meses, e por isso, temos muito trabalho pela frente.

Em relação ao Deputado Senhor Presidente de Junta *Paulo Pontes*, claro que há dívidas estamos em plano de saneamento financeiro. Também tenho aqui as verbas atribuídas à Junta de Freguesia de Franco e Vila Boa, mas isso sabe, com toda a certeza.

Quanto ao Deputado *Paulo Pinto*, em relação à segunda intervenção que fez agora no final, “hoje em dia de festa”, também não percebi só se é pelo Senhor Vereador *Orlando Pires* fazer anos hoje, mas com toda a certeza não teve o dia de folga, como têm todos os Colaboradores do Município, que quando fazem anos é atribuído um dia de folga.

“Esperamos tanto tempo por este dia”, ainda bem que este dia chegou, ainda bem que todos contribuímos para que fosse possível estar feliz nesta festa para mim, não é uma festa é uma preocupação.

“A justiça devida de todos aqueles que serviram nos últimos anos”, não tenho dúvidas que todos aquele que serviram o Executivo e a Câmara Municipal nos últimos anos deram o seu melhor, não tenho dúvidas sobre isso, acho que sim, acho que em política... Eu sei o que custa liderar uma Câmara Municipal com todos os seus problemas. Com toda a certeza que é se calhar a tarefa mais desafiante da política, muito mais ainda que ser Deputada da Nação, mas também é uma tarefa de muita responsabilidade e não tenho dúvidas que todos os que serviram a Câmara Municipal deram o seu melhor, contudo, é necessário sempre quem vem a seguir fazer esta avaliação.

Em relação à “terra de bandidos e de vagabundos”, não considero assim, nem bandidos nem vagabundos, aliás os Mirandenses são reconhecidos em todo o distrito e em todo o país, como orgulhosos da sua Terra e das suas Gentes, a maior parte são apelidados de “Alheira” ou de “Mirandela”, porque há uma situação de muita “prisão” e muito empenho na sua Terra e vê-se perfeitamente os estudantes universitários como têm uma união, de facto, muito grande lá fora para conseguirem superar os obstáculos e, portanto, é um orgulho muito grande ser Mirandense. Nunca considerei esta Terra como uma terra de bandidos e vagabundos, antes pelo contrário há como em todas as Terras pessoas boas, pessoas menos boas, mas pessoas más não as considero porque são minhas conterrâneas.

Em relação à próxima revisão orçamental, não sei dizer exatamente qual é o valor, porque como viu, nesta revisão orçamental, nós tivemos que incluir uma candidatura, que entretanto foi aberto o concurso e nós candidatamo-nos. Podem abrir candidaturas que entretanto nós tenhamos que nos candidatar e, por isso, não lhe sei dizer nem quando nem como vai ser feita a revisão orçamental. Três revisões orçamentais num ano, não me parece muito, houve anos que fizemos aqui oito, nove e dez revisões orçamentais.

Em relação ao Senhor Deputado *Jorge Pires* é com gosto que o oiço sempre, apesar de não concordar com algumas situações como refere, como “relatório nulo” ou “dívida oculta”, mas creio que entendo o que é o controlo interno, os procedimentos internos, os procedimentos contabilísticos corretos.

Quanto às qualidades do ser humano é óbvio que o respeito é fundamental e o debate político baseia-se no respeito.

Obrigada a todos. Vou passar a palavra ao Senhor Vereador *José Cunha*.

----- **O Senhor Vereador José Cunha (PS) disse:** Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, caros Colegas, Senhores Deputados, Público em geral e Comunicação Social.

Vou tentar explicar algumas questões que foram aqui levantadas. Vou tentar falar um pouco em geral, não vou responder a cada Deputado porque muitos falaram sobre o mesmo tema e ser mais fácil para não nos alongarmos no tempo.

Sobre o que disse o Senhor Deputado *Jorge Pires* e chamando aqui alguma atenção de algumas situações eu quero alertar e como disse o Deputado *Dinis Veiga*, a análise do relatório é feita se calhar por 100 pessoas, são 100 seres pensantes a leitura poderá ser diferente e acredito que tenha tido, com a sua experiência um lapso na análise do relatório nessa primeira tabela que referiu como dívida ou não dívida.

Essa primeira tabela que refere na página oito, onde estão as garantias, cauções e fundos do apoio municipal. Esse é o ponto de partida em outubro. Isso foi retirado do balancete em outubro, então o Senhor o que disse foi que está mal registado em outubro 2017 e para trás estava mal feita essa análise. No seu entendimento acha que estes valores não deviam estar aqui, deviam ser diferentes. Este é o ponto de partida e o gráfico seguinte é que demonstra por parte da Deloitte o que eles acham que não está registado. Acredito que as letras em baixo possam ser pequeninas, diz aqui que é do balancete e não se tenha apercebido, porque com o seu vasto conhecimento acredito que tivesse analisado muito bem este relatório. Sobre a questão de dívidas ocultas ou não ocultas aqui o que se quer saber e também o que temos que dizer é que o que foi feito neste relatório foi pedida a fotografia naquele momento. O que estava e o que não estava. É verdade, eu já o disse na última Assembleia que tínhamos aqui valores de faturação que entraram e que está comprovado que posteriormente foram registados. As faturas do mês de outubro, autos de obras, etc, e eu referi isso na última Assembleia antes de suspendermos este ponto. Agora existem aqui situações de dívidas que são sabidas ou eram sabidas por parte do anterior Executivo, mas não estavam registadas, eu só posso saber o que é dívida o que está registado. Eu posso agora dizer que vou dar ou que devo dinheiro a alguém, mas não o registro, não está no Património, por isso, é um erro essa informação. Por exemplo da Junta de Freguesia de Suções foi aprovado numa reunião de Câmara, agora eu não poderei ler todas atas de reuniões de Câmara para trás, para saber o que foram subsídios aprovados ou não, têm que estar na contabilidade registados, porque havendo cabimento tem que ser registado. Mas há uma norma nos orçamentos anteriores e no nosso também, no momento em que foi feito e foi feito muito rapidamente, nós entramos em outubro e o orçamento tinha de ser apresentado até ao final do ano. Não me parece que seja muito correto e também vai ser retirado, tem uma cláusula em que refere que todos os subsídios, o orçamento 2016, 2015, por aí fora e o de 2107 e 2018 também refere que todos os subsídios que não sejam pagos até ao final desse ano civil, económico, perdem validade. Por isso estaríamos aqui a dizer que todos os subsídios que foram aprovados anteriormente estavam anulados. Acho que é incorreto e

não deve ser feito. Senão, apresentávamos muitos subsídios em reunião de Câmara e não tendo intenção de pagar, chegávamos ao fim do ano, não era pago, não era entregue.

O que vai ser feito e se referirmos nestes valores que estão aqui e que não estão mencionados, muitos podem não ser ocultos, podem não estar escondidos ou ninguém sabe. Agora há faturas que não estão registadas, as pessoas podiam saber mas estavam lá na gaveta, não estavam na contabilidade registadas. Este caso que falamos da Junta de Freguesia de Suções, como existem das Associações, porque existiam folhas paralelas, folhas em excel, sobre quotas, sobre por exemplo o pagamento dos funcionários de um Protocolo do INATEL, sobre o Mirandela XXI que é outro tema. Só esta questão de Associações, Juntas de Freguesia e Mirandela XXI, estamos a falar de 762.000,00€ que não estão registados. Não estão reconhecidos. Podem dizer: mas nós sabíamos, mas os Mirandelenses não sabiam porque não está lá registado. Quando estamos a debater dívida, debatemos o que está registado, não é o que está registado mais o que eu sei, mas não vou dizer! E isso pode levar, não estamos aqui a dizer enriquecimento dos políticos, nunca ninguém pôs isso em causa e acredito veementemente que nenhum dos Senhores Vereadores aqui presentes, como o anterior Presidente tenham tido proveitos pessoais a nível da contabilidade ou do serviço do Município além do seu salário mensal que é devido. Agora há aqui informação que podemos não querer transmitir que os beneficiava para se manterem ou serem reeleitos, porque a informação está melhor do que na realidade acontece. Por isso só aqui sem falarmos realmente dessas situações de autos de faturas, 762.000,00€ que não estão, não chamaremos oculto mas reconhecido, é a mesma coisa. É a mesma coisa, se eu souber e não transmitir a ninguém, se tiver uma empresa e quiser vender a minha empresa, eu não registo as dívidas, mas eu sei que as tenho, estou a enganar o comprador. Aqui é um pouco, também, o que acontece ao estar a omitir essa informação.

Sobre o caso da Junta de Freguesia de Suções, também sei que a Senhora Presidente está preocupada, sobre esse tema, quando se fala na revisão do orçamento, nós temos que incluir no orçamento valor para pagar, porque se formos por aí, nós vamos ter que dar o reconhecimento na dívida do valor. Não terá que vir aqui à revisão do orçamento esse valor porque já está reconhecido, não está incluído e vamos ter que o incluir nas nossas contas e no valor da dívida, não é na revisão orçamental que vamos lá incluir. Iremos incluir se for para ser pago este ano, já foi dito à Senhora Presidente, vamos reunir e vamos chegar a um acordo de pagamento, sobre esse subsídio como já foram feitos com outras Juntas, pagamentos às prestações, não havendo capacidade para se pagar no momento. Pagaremos em x prestações, conforme negociações e também com o devedor.

Sobre a Mirandela XXI podemos já falar, eu concordo que Mirandela XXI não havendo projetos e acima de tudo não havendo requisições não se pague, porque também como é que reconhecemos uma fatura não havendo essas requisições? E também avisando que o que vem aqui neste relatório é mencionar situações que nós temos que comprovar se existiam requisições ou não. Agora a informação que nós temos é que houve um reconhecimento por parte do anterior Presidente dessa dívida através de correspondência, agora temos de comprovar aonde é que estão as requisições e a nível de projetos, dito pelos Serviços não conhecem nenhum projeto. Deram algumas opiniões sobre os projetos em causa, mas não existem. Não existindo, bem para todos nós que não teremos que pagar estes valores. Mas isto é o que vamos analisar, pois há ou não há essa informação para corrigir. Eu adorava que não houvesse aqui nenhum valor de dívida. Melhor para mim que diariamente não tinha que me preocupar com isso que pensar só no futuro e não em pagar contas para trás. Agora sobre o Mirandela XXI é estranho que o anterior Presidente que não soubesse e que não houvesse os projetos e como é que ele Presidente da Mirandela XXI envia uma fatura? Como é que estamos dos dois lados, um dia vestidos com a camisola da Câmara Municipal de Mirandela, não reconhecemos, noutro dia estamos com a camisola da parceria Mirandela XXI e já reconhecemos a fatura. Eu acho que nenhum de nós apaga as coisas conforme o edifício ou a camisola que veste, por isso aí há um problema. Por mim, se os Senhores Deputados pelo que dizem não existem, não deve ser pago, por nós não pagamos se não houver nada e é isso que nós quisemos perguntar aqui na última Assembleia? Digam-nos desta informação aqui reportada o que é mentira o que não deve ser assumido, isso nós nunca assumimos, nós nunca fizemos essa despesa. Porque melhor é para todos, mais dinheiro temos para investir nas mais variadas áreas e no caso que falamos hoje de manhã, nas Juntas de Freguesia, mais especificamente.

Foi falado aqui, também, nos projetos de futuro, acho que teremos oportunidade de falar sobre esses temas no orçamento para 2019, irão lá estar incluídos muitos. Posso acrescentar que grande parte deles que foram aqui referidos, Zona Industrial, Bairros Sociais, estão a elaborar-se projetos, estamos nalguns casos à espera de aprovação de pareceres dos fundos ambientais, mas acho que no orçamento podemos discutir sem problema esses pontos todos e essas obras todas referidas aqui.

Analisando algumas situações, algumas já foram aqui faladas, a ACIM já foi debatida na última Assembleia.

Sobre os créditos, dizerem que pode existir uma dívida. Mas também temos aqui um crédito, afinal fica tudo bem, porque esta parte paga esta parte, não tudo mal! Porque o crédito só é vantajoso se for recebido. Se eu tiver um crédito e nunca chegar a receber, esse crédito vale zero. E o que é que acontece? Nós temos aqui casos, por exemplo nas águas como noutras situações a dívida pode estar prescrita. Então não temos como cobrar esse valor. As pessoas podem invocar que a dívida está prescrita. Deixa de ser um crédito e de recebermos.

O caso das concessões, que também foi aqui debatido, às vezes também é o princípio da situação. Foi debatido, por exemplo, na Rádio Terra Quente para a campanha eleitoral e foi questionado pela candidata da altura a Doutora *Paula Lopes* do CDS-PP, se existiam dívidas de uma concessão específica, em que o candidato do PSD disse que não existia nenhuma dívida, mas essas dívidas existem, sobre essas concessões. Como outras concessões que estão como créditos de não vencimento em que já foram entregues as chaves e a pessoa agora não tem bens em sua posse. Por isso, como é que vamos conseguir recuperar esse valor? Se a empresa ou o proprietário não tem posse financeira, esse crédito passa a ser zero.

Mais dúvidas técnicas e de registo.

Sobre as senhas e espero que a esposa do Deputado *Paulo Pontes*, não esteja presente, senão vai “levar nas orelhas”. Sobre as senhas deste ano as únicas que não estão pagas é a de hoje, a de ontem e a de 28 de setembro. Ah? Contava já ter recebido a de hoje?

Sobre as senhas anteriores, eu posso referir então aí também terá que analisar a sua contabilidade porque a senha do dia 28 de novembro de 2016 foi paga para o NIB que o Senhor tem na sua ficha, mas as senhas dos dias 12 de dezembro 2016, 17 de fevereiro de 2017, 28 de abril de 2017 e 30 de junho de 2017, foram pagas para outro NIB diferente deste que o Senhor tem na sua ficha. O Senhor podia estar a pensar que ainda não a tinha recebido, mas aqui já está como paga. Está noutro NIB que não o

que está na sua ficha. Isso, teremos que verificar junto dos Serviços quem é que deu autorização para pagar para o NIB "X" sem autorização do Deputado. Isto é como o nosso salário, se agora pagarem para outro NIB sem eu dar autorização para outro NIB, acho que está incorreto. Mas foi isto que aconteceu e se quiser comprovar, se houver dúvidas, pode verificar aqui para onde foi transferido as suas senhas de presença, dessas quatro reuniões de Assembleia Municipal.

A nível técnico e assim mais específico acho que já falamos. Sobre a revisão do orçamento já falamos como é que será, provavelmente na última Assembleia vamos fazer uma revisão orçamental, para fechar o ano.

Sobre as concessões a muitos deles já foi entregue uma carta, agora está-me a faltar o termo, desculpem, um requerimento, uma informação sobre a dívida e foi discutido qual é o plano de pagamento que pretendem e se querem entregar o espaço ou não, e pagar a dívida, se não têm condições para continuar. Sobre a mini-hídrica já foi conversado com os exploradores e também foi solicitado à EDP os valores da faturação para podermos fazer este cálculo em que a EDP nos informou que não nos pode transmitir essa informação. Terá que ser o proprietário a solicitar e a entregar-nos. Só aí é que vamos conseguir avaliar o custo real que está em dívida e como disse, creio que o Senhor Deputado *Dinis Veiga*, se verificarmos que não há o pagamento, sim suspendemos o Protocolo e fazemos reversão da hídrica. Creio que foi paga pelo investidor, mas podemos fazer um acerto de contas. Por exemplo, custou 110, deve 50, nem que o Município pague 50 e passa a ter a propriedade da hídrica. Será uma situação a estudar e creio que os Senhores também irão concordar, certamente por essa solução se for o caso.

Quanto ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, agradecer a questão da escolha da empresa da auditoria, porque nesse parecer trouxe referiu a Deloitte e as duas concorrentes a PwC e a KPMG como alternativas e foram essas três as empresas que foram consultadas por parte do Município para fazerem a auditoria, por isso aqui demonstrando quais são as empresas mais credíveis do mercado e mais independentes para fazerem este tipo de trabalhos.

Creio que não havia mais nenhuma dúvida, a Senhora Presidente também já respondeu às restantes questões. Mas se houver mais alguma estarei disponível para responder.

Muito obrigado e bom fim-de-semana.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Vereador.

Não sei se alguém quer responder?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Então um de cada vez muito rapidamente. Começamos com o mais velho, o Deputado *Dinis Veiga*, que tem o privilégio de falar em primeiro lugar. Faz favor.

Mais velho aqui na Assembleia!

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Peço aos Senhores Deputados que esclareçam quem é que pretende intervir.

É o Senhor Deputado *António Figueiredo*, o Senhor Deputado *Dinis Veiga* e o Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Confirmam?

----- **O Senhor Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD) disse:** Senhor Presidente e Senhores Deputados, é rápido aquilo que vou dizer.

Reconheço à Senhora Presidente da Câmara que tem arte e engenho para fazer um discurso redondo, fugindo às questões. Nisso eu reconheço-lhe que tem arte. Porque o problema aqui não é da auditoria, o problema aqui é aquilo que foi dito antes do relatório estar cá fora. Esse é que é o grande problema e é isso que indignou a bancada do PSD. Não é o que vem no relatório, porque o que vem no relatório é, se lermos com atenção, problema de Serviços. Conforme o ROC apresentou a contabilidade continua a fazer da mesma maneira. Senhora Presidente, então como é?

É preciso levantar um processo disciplinar a quem esteve e que fez essas asneiras. Da mini-hídrica já foi explicado, mas Senhora Presidente não lance também poeira para os olhos, eu sei que a concessão foi em 2007 para a construção, mas eles não vão pagar energia em 2007 porque não produziram, só produziram a partir de 2008, portanto, esse é outro ponto.

Outro ponto, chamar-lhe Chefe de Divisão ou Diretora de Serviços é a mesma coisa, ao fim e ao cabo, bate no mesmo. Sabe a quem é que eu me quero referir, eu não gosto de falar em nomes. Mas eu como Presidente de Câmara mandava levantar um processo àqueles Serviços para saber o que se passou. Por que razão não foram lançados os cortes a quem não pagava a água? Por que razão não foram lançados os juros? Até lhe digo mais, conheço pessoas que pagaram com juros e conheço pessoas que pagaram sem juros. Mas alguém tinha o poder para mexer lá na estrelinha. Eu disso de informática não percebo nada, o Orlando é que sabe, eu disso não percebo nada, que aquilo é uma confusão para mim. Mas há esse problema, há que levantar um processo a este pessoal, saber de quem é a responsabilidade e obrigá-los a assumir as suas responsabilidades.

Património, ó Senhora Presidente, eu vou-lhe dizer uma coisa, há aí e estou convencido que há aí muito Património que pertence à Câmara Municipal e não está no nome de ninguém. Não está no nome de ninguém. Olhe, eu vou-lhe dar um exemplo, talvez ainda se lembre, o Parque de Estacionamento era relativamente pequeno, ao fundo existia um lote de casas que era o Pedro da Manta, o Ruivo e Pires comprou aquilo tudo e disse ao Doutor José Gama eu dou-lhe isto tudo para um Parque e você faz-me o loteamento para eu construir aqui. Tudo bem de boca.

O homem construiu vai para vender, chega ao notário, e disseram-lhe não posso registar isto sem matriz, tem que ir às Finanças, mas as Finanças dizem isto não está loteado e ele disse-lhe, bem Senhor Presidente eu vou colocar aqui um cadeado, isto é meu, quem entrar para o Parque tem que pagar. Ou o Senhor resolve isto ou não.

Agora faço uma pergunta, veja-me isso se faz favor? Será que fez loteamento? Fez. Será que foi registado o Parque no nome da Câmara? Eu já não digo nada. Também era um processo de averiguações ao pessoal que está com o Património.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Chamo agora o Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde Senhora Presidente. É só uma questão, qual é a dívida então da Câmara Municipal?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado *Jorge Humberto*, faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente, a minha intervenção vem na sequência daquilo que disse o Senhor Deputado *Dinis Veiga*. Há que tirar consequências disto e têm que se fazer processos, porque diz assim e eu vou citar: “o artigo 310.º do Código Civil, no ponto 1, as rendas e alugueres devidos pelo locatário prescrevem no prazo de cinco anos” e agora colocando o exemplo da mini-hídrica, a Câmara só pode requerer o dinheiro devido a partir de 2013, porque entretanto de 2008 a 2013 já prescreveu. Não é verdade? É o que diz o Código Civil, eu só me estou a cingir ao que diz o Código, não sou Jurista, portanto, estou-me a cingir nisto e mais, Senhor deputado, diz o artigo 235.º do Código Penal “Quem, infringindo intencionalmente normas de controlo ou regras económicas de uma gestão racional, provocar dano patrimonial importante em unidade económica do sector público ou cooperativo é punido com pena de prisão até 5 anos”, portanto, vamos agora colocar esta questão. Vamos pôr um processo aos Técnicos do anterior Executivo e aqueles provocaram dano ou dolo da gestão do Património da Câmara, o Executivo tem todo o direito de lhe pôr um processo e esse processo vai conduzir a uma pena de prisão no mínimo até cinco anos. Esta é que é a grande questão? Portanto, temos que ter aqui algum bom senso e alguma racionalização dos atos que cometemos. E agora respondendo aqui ao Senhor Deputado, eu sei que não compactua com a s minhas ideias, obviamente que eu também...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Senhor Deputado *Jorge Humberto* vire-se para a Mesa, só connosco.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Era só para dizer que realmente eu também não estou de acordo que aquilo que seja a ideia que nós temos de privatização do setor privado, não viva só com os benefícios e com os dividendos de ser privado. Mas depois quando têm prejuízos são os meus impostos e os seus que pagam. Como aconteceu com o BES, como aconteceu com o Banif e como acontece com muitas empresas que nós sabemos quais são. Portanto, o corporativismo provavelmente não corresponde à ideia socioeconómica que tem para o país, eu também não compactuo só com o corporativismo, agora eu quero é o privado que seja responsável pelos atos que comete e que não seja só privado para ter benefícios, mas depois quando tem prejuízos vamos nacionalizar os prejuízos. Muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Segue-se a intervenção da Senhora Presidente da Câmara.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** É muito rápido. De forma resumida referir aqui as no seu todo.

“Arte e engenho”, não sei se será verdade, mas agradeço as qualidades que me referiu, mas eu nunca fujo à realidade e também tenho essa qualidade, normalmente vivo nesta realidade.

A indignação da bancada do PSD, surgiu não sei como, mas o que é certo é que isto não é um problema de Serviços, mas é um problema de gestão. Gestão Autárquica, tem um Executivo que faz a gestão e, por isso, quem tem a responsabilidade é sempre o Presidente de Câmara. Porque repare, nós temos visto nos últimos dias muitos Presidentes de Câmara e Vereadores responsáveis da Proteção Civil, com graves processos em Tribunal quando, provavelmente, não seriam eles que andavam a limpar as bermas da estrada, mas eram eles que organizavam o trabalho das bermas da estrada e não foram eles que não executaram são aqueles que organizam, são responsáveis. Há responsabilidade jurídica e há responsabilidade política e, portanto, abrir um processo? Abrir um processo? Não se sabe exatamente de quem é a responsabilidade. A responsabilidade é sempre do Presidente da Câmara ou do Vereador a quem delega as competências. Pode haver envolvimento de algum colaborador, mas isso não é tão fácil como o Senhor Deputado está a dizer para abrir processos a todos os colaboradores da Câmara Municipal. Não deve ser assim e não vai ser assim com toda a certeza. Se o Património não está inventariado, se há falhas do Património, não houve visão suficiente para que houvesse esse registo da parte do Executivo, porque senão os colaboradores não precisavam de ninguém que os organizasse, que os orientasse e que definisse as políticas. A função do Executivo é definir políticas e controlar e encontrar normas de procedimento interno e responder às necessidades dos Municípios. São essas as funções não vamos responsabilizar cada colaborador porque tem acesso ao perdão de juros. Não deve ter acesso ao perdão de juros. Não deve ter acesso ao perdão de juros, mas quem permitiu que tivesse acesso também é responsável e reparem, por esse país fora temos muitos responsáveis que não tem a ver com responsabilidade técnica, tem a ver com responsabilidade política e, por isso, os responsáveis políticos também têm que ser avaliados.

Era só mesmo esta situação, recomendo ao Senhor Deputado *António Figueiredo* que veja a página oito, já que nos estamos a referir ao passivo do Município, às dívidas do Município a 31 de outubro de 2017.

Relativamente à mini-hídrica, bem, é um assunto que ainda vamos provavelmente falar muito por aqui, porque de facto existem verbas por cobrar e a nossa intenção é cobrar tudo aquilo que tem que ser cobrado para que a Câmara tenha receitas para fazer face àquilo que tem que fazer por Mirandela e por todos os Mirandelenses.

Obrigada a todos.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigado Senhora Presidente de Câmara. Por fim para encerrar o debate sobre esta matéria na Assembleia Extraordinária toma a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Guimarães*.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Ora bem, chegamos ao fim desta maratona e devo dizer-vos que ouvi com muita atenção a análise técnica que foi feita ao relatório a análise jurídica também, uma ou outra sob o ponto de vista social e falta agora, se calhar faltou até em demasia fazer uma análise política.

A análise se me permitem política sob dois prismas completamente diferentes um na qualidade de cidadão comum outra na qualidade de Presidente desta Assembleia. Como cidadão comum, fico baralhado, afinal o relatório está correto ou não está correto? Dá-me a sensação que sim.

O grande dilema e se calhar aqui não foi discutido, porque se discutiu o relatório, foi a divergência entre, enfim, aquilo que em dado momento passou para a Comunicação Social e aquilo que é a realidade. Mas existe um problema. Um problema grave que é aquilo que a nós Municípios nos interessa. Há irregularidades na Câmara, facilitismos e isso de facto é que é preocupante, esse é que é preocupante, estou a falar como cidadão comum. Claro que poderá ser criticável essa ação de marketing, chamamos-lhe assim, inicial mas em política faz-se isto, até porque há dois momentos políticos importantes neste processo todo. Aliás, eu diria que há três. Um é quando o Executivo que é político faz isso, o outro é um período obscuro que toda a gente sabe qual é a minha opinião, de o relatório ter demorado a subir à tona e depois também há um terceiro e de marketing promovido aqui pelo PSD e inteligente que é requerer esta Assembleia Extraordinária de clarificação. Portanto, eu acho que as partes se compensaram bem nesse sentido.

Agora a análise como Presidente da Assembleia, é que já chega meus Senhores. Eu penso que é altura de o Executivo deixar de atacar o passado. O Executivo deve andar para a frente, sob a liderança de projetos novos da Doutora *Júlia Rodrigues* que com certeza terá muitos e que nós queremos ver a correr, a andar a vingar. Também é altura dos Senhores oposição deixarem de defender o passado, já cansa até porque o passado não é alternativa a alternativa é esta juventude que eu vejo aqui à minha frente liderada pelo *Paulo Pinto*. Essa é que é a alternativa, então vamos começar a falar também do futuro. Eu acho que se as partes assumirem este compromisso a partir de hoje encerrarmos este ciclo político hoje, tudo será diferente e será muito mais positivo. Era só esta mensagem que eu vos queria deixar.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Presidente.

Eu gostava que não saíssem antes de eu dar uma pequena informação. A Mesa regista um elevado número de ausências no período da tarde. Dizer-vos que não é de todo aceitável que isso suceda já que todos estamos em consonância, estamos a falar de temas muito importantes, dizer-vos que a Mesa não tolerará mais este tipo de atitude e que agirá em conformidade, já que os Senhores Deputados têm a figura da substituição para o fazer, caso tenham algum impedimento.

Muito obrigada. Bom fim-de-semana.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Deixar só um alerta, Senhor Presidente da Assembleia, há um aviso da meteorologia, por isso, estejam atentos porque as condições do tempo estão-se a agravar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Guimarães disse:** Está encerrada a sessão.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57 do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 18 horas.


O Presidente da Assembleia Municipal


Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário


José António Costa Ferreira